

Introdução Teórica à Crise

Salários e lucros na divisão internacional do trabalho

Ladislau Dowbor

Editora Brasiliense, 1981

Introdução

A formação social capitalista, como tal, está em crise. Trata-se de uma crise que atinge não só o grupo de países Industrializados, mas o conjunto do sistema, englobando tanto os países capitalistas industrializados como o Terceiro Mundo.

Vista inicialmente como fenômeno conjuntural, como uma recessão ligada ao problema do petróleo, a crise torna-se hoje mais clara nos seus fundamentos estruturais.

No centro da crise está a polarização, ou desenvolvimento desigual, do mundo capitalista, que permitiu simultaneamente uma riqueza e uma pobreza de extensão até hoje desconhecidas.

Para se ter uma ideia da rapidez desta polarização entre OS chamados Norte e Sul, basta dizer que, entre 1970 e 1975, a renda anual por habitante aumentou de 180 dólares nos países do Norte, de 80 dólares nos países do Leste e de 1 dólar nos países do Terceiro Mundo.¹ Como falar, nestas condições, em países "em vias de desenvolvimento"? Como falar em programas de ajuda, em diálogo, em relações econômicas internacionais, em vantagens recíprocas?

A polarização atual do mundo capitalista toma duas formas: a polarização Norte-Sul, e a polarização interna nos países subdesenvolvidos. Hoje o Norte conhece um produto médio de 10.000 dólares por ano e por pessoa, para uma população de 671 milhões. Do outro lado da balança, 2300 milhões de pessoas viviam, em 1980, com um produto de 791 dólares por pessoa. Entre estes, 1133 milhões vivem com um produto por habitante de 216 dólares.²

O ritmo de progressão desta polarização mantém-se acelerado, apesar dos compromissos, decisões, promessas, resoluções. O crescimento do PNB foi de 3,1% por pessoa durante os anos 1960, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, de 2,9% durante os anos 1970, e as previsões são de baixar ainda para 2% durante o período 1980-1985. Enquanto isto, os países do Norte mantêm um crescimento que corresponde, respectivamente, a 3,9%, 2,4% e 2,5%. Os níveis absolutos apresentando uma enorme diferença, estas percentagens significam uma reprodução acelerada da polarização.

¹ Maurice Guernier. Le Monde, 29 ago. 1980.

² As cifras citadas e as que seguem nesta introdução são baseadas no *World Development Report 1980*, do Banco Mundial (The World Bank), 1981.

A África ao sul do Saara é considerada como apresentando a situação mais grave. Última a sair da noite colonial, sangrada durante séculos dos seus melhores trabalhadores, com uma agricultura destruída pela monocultura das fases colonial e neocolonial e um processo de industrialização que só se interessou na pequena transformação de matérias-primas destinadas ao próprio Norte e na constituição de pequenas ilhas de desenvolvimento luxuoso, a África negra enfrenta uma situação particularmente dramática. O crescimento do produto por pessoa foi de 1,6% durante os anos 1960, baixou ainda para um estagnante 0,2% durante os anos 1970, e as previsões são de uma regressão de 0,3% por ano durante os anos 1980-1985. Nada menos que 27 países da África fizeram este ano apelos internacionais para enfrentar a situação de urgência alimentar. Diante da situação, o Plano de Ação de Lagos, adotado em abril de 1980 pelos chefes de Estado, salienta que "a própria manutenção dos níveis atuais de pobreza e desemprego massivos, sem se falar da melhoria da situação, exigirá esforços heroicos e concretos para construir a economia da região sobre uma nova base".³

O complemento inevitável desta polarização Norte-Sul é a polarização interna dos países do Terceiro Mundo. Com efeito, é somente através da existência e reprodução de minorias privilegiadas que foi possível manter o Terceiro Mundo concentrado em produzir para o Norte, entregando a preços ridículos suas riquezas naturais e o fruto do seu trabalho. O resultado é que as massas trabalhadoras do Sul veem sua situação relativa deteriorar-se com maior rapidez. A metade mais pobre das populações do Terceiro Mundo mal recebe 15% da renda, e a polarização aumenta. Há mais de 800 milhões de pessoas esfomeadas no mundo e, segundo as estimativas do Banco Mundial, "é provável que o número de pessoas vivendo em pobreza absoluta aumente durante a próxima década".⁴ Mas, sobretudo, aumenta a parte da renda controlada pelas minorias privilegiadas. Assim, no Brasil, entre 1960 e 1970, a parte da renda atribuída ao 1% mais rico da população aumentou de 51%. Esta inclusão parcial de elites do Terceiro Mundo nos privilégios do Norte constitui um eixo essencial de reprodução do sistema.

Muito se tem falado na industrialização do Terceiro Mundo. É necessário lembrar a este respeito algumas verdades. A primeira é que esta industrialização concentra-se em

³ *Lagos Plan of Action*. United Nations, 1980, E. C. A., p. 8.

⁴ *World Development Report*, *op. cit.*, p. 13.

alguns países. Assim, durante o período 1966-1975, o Brasil concentrou, através da instalação das companhias transnacionais, 23,9% do valor acrescentado manufatureiro do Terceiro Mundo, praticamente um quarto do total. Se acrescentarmos o México, a Argentina e alguns mais, temos, com 10 países, 73,2% do valor acrescentado manufatureiro dos países subdesenvolvidos.⁵

Isto implica que, na realidade, os países do Terceiro Mundo continuam sendo, na sua esmagadora maioria, fundamentalmente fornecedores de produtos primários aos países do Norte, e que a divisão internacional de trabalho estabelecida se mantém nos seus moldes clássicos. É útil lembrar que a parte dos produtos primários nas exportações dos países em vias de desenvolvimento passou de 87,3% em 1953 para 82,4% em 1965 e se mantém no nível de 81,1% em 1975. As exportações de manufaturados são igualmente concentradas, sendo que 9 centros industriais do Terceiro Mundo representavam em 1973 cerca de 87% das exportações manufatureiras do Terceiro Mundo.⁶

Uma segunda característica deste processo de industrialização é se tornar instrumento de dependência crescente e não de independência. A simples extensão e instalação no Terceiro Mundo, em alguns centros privilegiados, de grandes parques industriais que repousam não numa revolução agrária e amadurecimento econômico do conjunto do país ou da região e, sim, num enclave explorador, leva à multiplicação de cordões umbilicais financeiros, tecnológicos e humanos que ligam mais solidamente estes segmentos industriais ao Norte. Estes centros, constituindo uma ruptura e não uma continuidade no desenvolvimento do país pobre, são inviáveis sem a ampla rede internacional de serviços bancários, comerciais, de transportes e de apoio tecnológico hoje controlados pelo Norte.

É de se colocar hoje claramente em questão qual o interesse de um processo de industrialização que longe de se apoiar numa dinâmica interna de desenvolvimento global e equilibrado, constitui uma extensão do processo de industrialização do Norte. A que ponto se pode estender sem mais o processo modernizador de uma sociedade, onde o rendimento por pessoa é de 10.000 dólares, para um país onde este rendimento é de 500 dólares? As necessidades são outras, o nível de formação da mão-de-obra é outro, as capacidades de manter e de reproduzir o equipamento instalado são outras. E os efeitos, sabemos-lo, é uma

⁵ *World Industry since 1960, progress and prospects*. UNIDO, 1980, p. 42.

⁶ Paul Bairoch pour 1953 e 1965, OATT pour 1974-76. Citado por D. Melkin, *L'Évolution de spays développés et les perspectives industrielles du Tiers Monde* (polyeopié). IDEP, Dakar.

dependência maior e um reforço da elitização local.

Um efeito fundamental desta modernização extrovertida e dependente que constatamos no Terceiro Mundo nos últimos trinta anos, é a marginalização da maior parte das populações. Esta exclusão da imensa maioria das massas trabalhadoras do processo de modernização dá-se através da interiorização da troca desigual entre setor moderno e o setor tradicional. Mas dá-se igualmente porque nem a tecnologia adotada, nem o perfil de produção permitem uma participação das massas no processo de mobilização para o desenvolvimento.

Na falta de uma sólida base interna e de uma adaptação efetiva às capacidades e necessidades da população, em particular do mundo rural, desenvolvem-se economias elitistas, cujo ponto de apoio fundamental constitui a própria economia internacional, dominada pelo Norte. E as relações externas deixam de constituir um apoio complementar e dinamizador ao processo interno de acumulação, para tornar-se um instrumento de adaptação das economias nacionais às necessidades de acumulação no Norte.

Um instrumento fundamental desta extroversão das economias subdesenvolvidas, e insuficientemente realçado, é o controle do Norte sobre as infraestruturas de serviços que apoiam e controlam os fluxos internacionais: redes internacionais de comercialização, de transportes, de telecomunicações, de seguros, de apoio financeiro. Este monopólio virtual do Norte sobre a infraestrutura material e organizativa da circulação internacional é determinante para a fixação de preços, para a decisão informada dos agentes e para o próprio financiamento e reprodução destas infraestruturas.

Trata-se portanto, hoje, de enfrentar não somente o problema das relações Norte-Sul nos seus termos de intercâmbios a nível internacional, mas de enfrentar o conjunto do sistema gerador e reprodutor de desigualdades, no próprio Norte, no sistema de organização do mercado internacional, no sistema de reprodução das ditaduras elitistas e na organização das próprias economias do Terceiro Mundo em função das necessidades reais e suas populações.

É, portanto, uma pirâmide de injustiças que deve ser revista, no conjunto das suas manifestações. Presas no ciclo de uma modernização dependente dos circuitos internacionais, atreladas ao financiamento de tecnologia, de peças sobressalentes, de assistência técnica e das próprias máquinas que as fornecem, as economias

subdesenvolvidas concentram-se em produzir cada vez mais divisas para financiar o sistema, reforçando ainda mais a dependência, incapazes de modificar a lógica do conjunto.

Na África em particular, conforme aponta o Plano de Ação de Lagos, "foi imposto um sistema econômico que limita a amplitude de utilização dos recursos naturais da região e a coloca numa camisa-de-força, levando-a a produzir o que não consome e a consumir o que não produz, bem como a exportar matérias-primas a preços baixos e em geral declinantes, para importar produtos acabados ou semiacabados a preços elevados e crescentes. Nenhum programa de libertação econômica, salienta o Plano, pode ter sucesso se não atacar no coração deste sistema de subjugação e de exploração. Os recursos da região devem ser aplicados, antes de tudo, em função das suas próprias necessidades e dos seus próprios objetivos".⁷ Não há, portanto, ruptura do sistema Norte-Sul vigente sem se redefinir a estratégia de utilização de recursos nas próprias economias do Sul.

Trata-se, assim, não só do problema de acelerar o desenvolvimento, como de reorientá-lo, na medida em que as orientações atuais têm levado a um aprofundamento das desigualdades e do círculo vicioso do subdesenvolvimento.

No centro de uma nova estratégia de desenvolvimento, deve necessariamente situar-se o mundo rural. Representando este, na grande maioria das economias subdesenvolvidas a esmagadora maioria da população, não é viável em termos econômicos nem em termos políticos um processo de modernização e desenvolvimento que não assegure efetivamente a participação das massas camponesas.

Em termos econômicos, trata-se de generalizar a tecnologia simples e acessível ao campo, e de criar as redes de serviços de apoio indispensáveis nas áreas de comercialização, estocagem, transportes e crédito, bem como orientar a industrialização, hoje concentrada em escoar e transformar os produtos do campo, para a produção de insumos agrícolas indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Aumentando fortemente sua produtividade, o campo poderá constituir-se efetivamente numa base progressiva de acumulação produtiva — e não mais comercial — e tornar-se um mercado interno de grande profundidade social, permitindo à própria cidade encontrar os produtos agrícolas necessários à sua sobrevivência e os mercados necessários ao desenvolvimento modernizado.

⁷ *Lagos Plan...*, op. *ett.*, p. 2.

Não há, no entanto, soluções econômicas sem soluções políticas correspondentes. O lançamento de um processo efetivo de acumulação no campo exige a organização de sindicatos rurais, de partidos rurais, da sua informação política, enfim, dos instrumentos concretos de participação das massas camponesas no processo.

Poder-se-á, assim, passar de uma situação em que as minorias urbanas privilegiadas constituem elites vinculadas ao exterior, drenando o produto rural e superexplorando as massas rurais para financiar a acumulação do luxo na capital e de lucros no Norte, para uma situação em que as cidades constituam o elemento dinamizador da acumulação rural, um produzindo para o outro.

Isto implica que os centros urbanos mais importantes se concentrem na produção industrial de meios de produção para o campo e de bens de consumo de primeira necessidade. Mas implica também que as redes de serviços básicos — comercialização, armazenagem, transportes — e o sistema de preços permitam efetivamente dinamizar o mundo rural e se tornem na correia de transmissão tripé agricultura- indústria-serviços-voltados para o desenvolvimento autodinâmico do país.

É nesta perspectiva apenas que a relação Norte-Sul pode adquirir sua dimensão correta, ao desempenhar a área internacional o papel complementar e dinamizador de um processo de desenvolvimento eminentemente interno, rompendo-se o círculo vicioso da corrida pelas divisas que exigem cada vez mais divisas. Enquanto a economia, no plano interno, for organizada em função do problema da balança de pagamentos, da busca das divisas e de aumento do setor exportador, de pouco adianta melhorar os termos de troca, e as regras do jogo continuarão a ser ditadas pela área internacional, e por quem a domina.

É possível uma estratégia de desenvolvimento autocentrada sem se modificar o sistema internacional vigente? A verdade parece ser de que, no grau atual de monopolização do mercado internacional, com a evolução dos termos de troca, com o controle da transferência de tecnologia, com a força do processo de deformação e corrupção lançado pelas companhias transnacionais, os processos de transformação nacionais e internacionais devem ser concomitantes.

O fato é que o conjunto de mecanismos e os principais fluxos de troca internacionais são hoje controlados pelo Norte. Os EUA controlam 80% do comércio de cereais, apesar de produzir apenas 20% destes. O domínio esmagador do Norte sobre as trocas internacionais

reflete-se na sua participação quantitativa: em 1970 o grupo de países do Norte controlava 65,4% do comércio de mercadorias (204.160 milhões de dólares sobre um total mundial de 312.070 milhões) e em 1977 controlavam 62,2% (700.000 milhões de dólares sobre um total mundial de 1.123.625 milhões). A participação de todos os países subdesenvolvidos nas trocas de mercadorias em 1977 era de 23%, e a dos países socialistas de 9,7%.⁸ Globalmente, o grupo de países do Norte controla, assim, dois terços do mercado internacional, enquanto, mesmo somando-se a participação dos países do Terceiro Mundo com os países socialistas, com cerca de 3.700 milhões de habitantes, mal chegamos a um terço dos fluxos.

Mais forte ainda, no entanto, é o controle qualitativo sobre os fluxos internacionais. Com efeito, e conforme vimos, os países do Terceiro Mundo continuam sendo exportadores fundamentalmente de matérias-primas, enquanto o Norte exporta para o Sul produtos nobres, com elevado conteúdo tecnológico, permitindo dinamizar no próprio Norte os setores de ponta, reproduzindo o círculo vicioso.

O monopólio exercido, tanto em termos de peso qualitativo e quantitativo nos fluxos mundiais de bens e serviços, como ainda sobre o suporte organizativo do mercado internacional (redes de comercialização, de transportes, sistema de apoio de seguros, bancos, telecomunicações), leva a uma situação insustentável em termos dos próprios termos de troca. Hoje 10 caminhões são pagos com o valor equivalente de 1500 toneladas de arroz, o trabalho de um ano de 1500 camponeses do Terceiro Mundo, quando no Norte, com 1500 trabalhadores, faz-se funcionar uma fábrica de caminhões. Como pode o país pobre equiparar-se com estes custos? Um mês de assistência técnica dos países do Norte custa cerca de 6.000 dólares, o equivalente de 18 toneladas de arroz, trabalho de um ano inteiro de 18 camponeses para pagar um mês de um técnico europeu. A relação de troca de tempo de trabalho fica em cerca de 1 para 150.

Nestas condições não se pode falar em transferência de tecnologia, em ajuda externa, em desenvolvimento baseado no apoio técnico e material do Norte. E como se situam neste contexto países como a Guiné-Bissau, com um rendimento *per capita* de 200 dólares, e importadores de petróleo? Atualmente 90 países do Terceiro Mundo são obrigados a importar o seu petróleo. O Brasil, mais industrializado, situa-se sem dúvida numa escala

⁸ *World Development Report*, op. cit., p. 28 e 118.

superior. Mas qual será a situação do Brasil frente à generalização da crise no conjunto destes países?

Levando-se em consideração que os aportes externos trazidos do Norte correspondem apenas marginalmente às necessidades internas do país e às suas prioridades de desenvolvimento — vendas concentradas em produtos sofisticados para estender as linhas de produção no Norte — não há estratégia de desenvolvimento possível ou compatível com amplas trocas com o Norte, enquanto não houver uma mudança radical da ordem internacional.

E deve ser aqui recolocado firmemente o problema político da reprodução, através da força e da corrupção, de sistemas ditatoriais no Terceiro Mundo, de governos totalmente desvinculados dos anseios dos seus próprios povos para o desenvolvimento, mantidos com gigantescas muletas por servirem documente os interesses dominantes na economia internacional, escoando para o Norte, em troca de produtos desvinculados das necessidades básicas da população, as parcas riquezas acumuladas ou a própria ajuda internacional.

Neste quadro, é de se repensar as recomendações, encontradas em quase todos os relatórios que manifestam preocupação pela situação do Terceiro Mundo, no sentido de que os países do Terceiro Mundo devem lutar por uma maior parte do mercado mundial, abrir-se mais ainda para o exterior. Assim é que o Banco Mundial se preocupa com "políticas econômicas introvertidas que impediriam os países em desenvolvimento de aproveitar as consideráveis vantagens em matéria de oportunidades de exportação que existirão nos países industrializados mesmo se seu crescimento diminui, e que poderiam retardar o crescimento do comércio dos países em desenvolvimento entre si".⁹ A própria Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento busca "a expansão e diversificação rápida do seu comércio internacional", recomendando uma taxa de aumento do comércio internacional mais elevada do que a do crescimento da produção interna (respectivamente, 8 e 7% por ano).¹⁰ O problema é do perfil de troca, do controle real sobre os fluxos pelos destinatários, muito mais do que de simples expansão do que existe, forma de aprofundar o círculo vicioso.

A realidade é que nestas estruturas de relações internacionais, chegou-se a um

⁹ *World Development Report*, op. cit., p. 23,

¹⁰ ONU. *Stratégie Internationale du développement pour le troisième decennie des Nations Unis pour le développement*. p. 6, 1980.

bloqueio, tanto do ponto de vista dos países do Sul, imobilizados por uma dívida externa de 400 bilhões de dólares e utilizando hoje cerca de 60% das novas dívidas contraídas para pagar anteriores dívidas,¹¹ cômodo ponto de vista dos países do Norte, que recorrem cada vez mais à venda de armas para manter o sistema de ditaduras (os gastos anuais em armas representam 17 vezes o esforço de ajuda ao desenvolvimento),¹² mas veem cada vez mais dificuldades em vender, para um Terceiro Mundo estagnado e de massas miseráveis, seus produtos. O desenvolvimento elitista do mundo está estancando, e a necessidade de reformulação já está sendo sentida pelo próprio Norte. O sistema deu o que tinha, para uns como para outros, e qualquer que seja o peso momentâneo que ainda têm os conservadores, não há possibilidades de um relançamento sem sua revisão global.

Diante desta situação, a compreensão da crise torna-se fundamental. E as raízes da crise residem, naturalmente, no sistema profundamente injusto de distribuição da renda no quadro do capitalismo.

O estudo dos mecanismos de reprodução e aprofundamento das desigualdades levou ao estudo, já tradicional na literatura marxista, dos salários e lucros a nível nacional.

A gradual passagem de uma série de contradições capitalistas para a área internacional, no entanto, leva a estudos mais recentes sobre a troca desigual e a divisão internacional do trabalho.

Tanto a problemática nacional como a problemática internacional repousa, na realidade, sobre o mesmo processo de acumulação capitalista.

Neste sentido, o que se deve abordar hoje com clareza é como se reproduzem os lucros e salários dentro da atual economia capitalista mundial. É o objetivo deste ensaio, que visa ultimamente contribuir para a compreensão da crise que nos atinge a todos.

O ensaio que segue é teórico. Um general-presidente do Brasil disse certa vez que "na prática, a teoria não funciona". Que me seja permitido lembrar, aos que se assustam com teoria, as palavras de um grande economista polonês, Pawel Sulmicki: "Não há nada mais prático do que uma boa teoria".

¹¹ *World Development Report, op. cit., p. 9.*

¹² *World Development Report, op. cit., p. 29.*

Imperialismo ou economia capitalista mundial

No centro da problemática do subdesenvolvimento encontramos, evidentemente, a questão da polarização da renda a nível mundial. As aproximações de Bairoch a este propósito encontram-se resumidas no quadro¹³ da página seguinte.

Embora sejam aproximativos, estes números não deixam dúvidas em relação à evolução geral do fenómeno, e as previsões da renda per capita para o ano 2000 indicam uma diferença de cerca de 1 para 25.

Existem dois ângulos para estudar este problema: o primeiro consiste em considerar que os países são independentes uns em relação aos outros e que um grupo de países "arrancou", numa época determinada, enquanto os outros "ficaram" para trás. A pobreza destes é, então, determinada. Outro consiste em procurar no desenvolvimento de uns a raiz

Evolução 1770-1970 do nível do PIB/hab.

(em US\$ e a preços EUA — 1970)

	1770	1870	1970
Países desenvolvidos ocidentais	210 220	550*	3300
Europa	170	560	2500
EUA		550	4900
Países subdesenvolvidos ocidentais		160	340
América Latina			750
Ásia			260
África			270

(*) Não inclui o Japão-, com o Japão: 510.

essencialmente explicada por uma ausência de dinâmica, mais do que por uma dinâmica O

¹³ Paul Bairoch. "Les écarts des niveaux de développement économique entre pays développés et pays sous-développés de 1770 a 2000." *Revue Tiers-Monde*, Paris, 1971, n. 47, p. 503.

subdesenvolvimento dos outros, num processo global de desenvolvimento desigual, cujo "campo" é uma totalidade mais vasta, a economia capitalista mundial.

Se optarmos pela primeira abordagem, característica das análises dualistas e pluralistas, devemos contentar-nos com contributos no estilo de W. W. Rostow, ou com transposições marxistas que procuram modos de produção pré-capitalistas cada vez que se tem de constatar um atraso. Se optarmos pela segunda, devemos, em contrapartida, privilegiar o estudo das relações dialéticas entre os dois grupos em fase de polarização. Neste caso, temos de partir da teoria do imperialismo.

Porém, a teoria clássica do imperialismo,¹⁴ como instrumento teórico para a análise do processo de subdesenvolvimento, apresenta duas insuficiências fundamentais. Por um lado, trata-se de uma teoria concentrada não sobre as relações que se estabelecem entre as duas partes, orientação que permitiria desembocar nas relações de produção das próprias partes e, por conseguinte, na reprodução da relação imperialista em si, mas nos mecanismos económicos situados dentro dos países dominantes, e que levaram estes a interessar-se pelas economias mais débeis.

O campo de análise era o mesmo, estudavam-se os entraves do processo de reprodução do capital na Inglaterra para compreender por que razão ela recorria às relações imperialistas. O próprio conteúdo destas relações — trata-se, é preciso insistir neste ponto, de uma *relação* que implica dois sujeitos, e não de uma relação unívoca — era deixado na sombra, assim como os efeitos, em termos de relações de produção, nas economias dependentes e a reação destas relações de produção sobre a configuração da relação imperialista em si.

Por outro lado, a teoria clássica do imperialismo enfoca um momento preciso do desenvolvimento capitalista, e podemos situá-la como uma tentativa de interpretação desta corrida à partilha do mundo que caracteriza o período final do séc. XIX, e os conflitos interimperialistas do princípio do séc. XX.

Este fato deixa, do ponto de vista da nossa problemática, dois vazios imensos, nos quais a insuficiência teórica é palpável.

a) Trata-se da teoria da fase atual da internacionalização do capital produtivo, cujos

¹⁴ Referimo-nos aqui àquela "geração" de estudos sobre o imperialismo que nos deram as obras de R. Hilferding, Hobson, R. Luxemburgo, Lenin, Bukarin e outros.

mecanismos são sensivelmente diferentes dos que caracterizavam o imperialismo "clássico".¹⁵

b) Trata-se também, e sobretudo, da caracterização das relações capitalistas mundiais no decurso dos cerca de três séculos e meio que antecederam a expansão imperialista estudada por Lênin.

Veremos mais adiante alguns problemas relacionados com a recente internacionalização do capital produtivo.

Vejamos, por enquanto, os problemas que decorrem da insuficiência de uma teorização da expansão capitalista anterior à fase imperialista.

Como pudemos ver ao longo do nosso estudo sobre as fases do desenvolvimento econômico do Brasil,¹⁶ é rigorosamente impossível compreender as estruturas atuais, assim como as do sul dos Estados Unidos ou de outros países latino-americanos sem fazer referência, como elemento explicativo central, às necessidades da acumulação capitalista europeia.

É importante constatar, no que respeita à exportação de capitais que caracterizou a fase "clássica" do imperialismo, que se tratou, no essencial, de um esforço de intensificação da capacidade de produção de matérias-primas nas economias periféricas. Esta intensificação é, sem dúvida, uma realidade, mas, ao dotar as colônias de ferrovias, portos e redes de comunicações destinadas a acelerar a extração, transporte e comercialização de matérias-primas, não se fazia mais do que reforçar uma relação de dependência centro-periferia, materializada no modelo primário exportador, que caracterizava uma divisão internacional capitalista do trabalho preexistente.

Como devemos definir estas relações que antecedem o imperialismo de alguns séculos, mas que são determinadas por uma dinâmica capitalista, que se manifestam através de um mercado capitalista mundial e que já estão impregnadas de todas as características da dominação, da "preeminência" europeia?

O conjunto das relações entre o capitalismo europeu em desenvolvimento e o que

¹⁵ "Uma primeira fase do que poderíamos chamar 'imperialismo clássico' estende-se de 1880 até a I Guerra Mundial, e talvez até aos anos 30. Esta fase começa com uma crise estrutural no centro, crise ultrapassada precisamente pelo surgimento dos monopólios e pela exportação de capitais. Simultaneamente, o período de estagnação relativa dos salários reais no centro termina, e inicia-se um período de crescimento relativamente forte destes." S. Amin. *L'Échange inégal et la loi de la valeur*. Paris, Anthropos, 1973, p. 86.

¹⁶ L. Dowbor. *Formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa, Prelo, 1977.

constitui hoje em dia o Terceiro Mundo foi resolvido de uma forma bastante apressada através do conceito de acumulação primitiva.

Logo, é importante situar, em poucas palavras, a função da acumulação primitiva na análise marxista do desenvolvimento capitalista, para compreender este "desaparecimento" de alguns séculos de relações mundiais de produção.

"Vimos, escreve Marx, como o dinheiro se transforma em capital, o capital em fonte de mais-valia, e a mais-valia em fonte de capital adicional. Mas a acumulação capitalista pressupõe a presença da mais-valia, e esta a da produção capitalista que, por seu turno, só entra em cena no momento em que massas de capitais e de forças de trabalho bastante consideráveis já se encontram acumuladas nas mãos dos produtores mercantes. Todo este movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual não se conseguiria sair sem admitir uma acumulação primitiva (*previous accumulation*, segundo Adam Smith), anterior à acumulação capitalista e servindo de ponto de partida à produção capitalista, em vez de resultar desta".¹⁷

A acumulação primitiva desempenha aqui um papel de "chapéu" da construção lógica, elemento que quebra o "círculo vicioso" da acumulação do capital com sua fase inicial. Como diz o próprio Marx, "Adão mordeu a maçã e aqui está o pecado que o introduz no mundo". Para além deste "momento", teremos necessariamente de nos referir a estruturas permanentes de exploração e de acumulação.

A partir daqui, a concepção que se encontra em Marx é a da simples expansão do capitalismo para o resto do mundo: "As necessidades antigas, satisfeitas pelos produtos indígenas, cedem o lugar a novas, que reclamam, para sua satisfação, os produtos dos países e dos climas mais distantes. O antigo isolamento e a autarquia local e nacional cedem o lugar a um tráfego universal, uma interdependência universal das nações. (...) A burguesia (...) força todas as nações, sob pena de cavarem sua sepultura, a adotarem o modo de produção burguês".¹⁸

Trata-se, essencialmente, de uma concepção de extensão linear, que não nos instrui nem sobre seus mecanismos nem sobre seus efeitos. Antes, pelo contrário, deixa supor, e é a concepção que orientará toda uma geração de estudos marxistas, que o capitalismo

¹⁷ K. Marx. *O Capital*, livro I, cap. 26.

¹⁸ K. Marx e F. Engels. *Le Manifeste du Parti Communiste*, Paris, La Pléiade, p. 165.

européu impõe ao resto do mundo seu próprio caminho.

De fato não há, hoje em dia, muitas dúvidas de que a história das relações entre centro e periferia começa com o nascimento do próprio capitalismo. Num estudo aprofundado e conclusivo sobre o séc. XVI, I. Wallerstein escreve: "Foi no séc. XVI que surgiu uma economia mundial europeia baseada no modo de produção capitalista. (...) Por que teria sido o capitalismo, fenômeno que não conhecia fronteiras, sustentado pelo desenvolvimento de Estados fortes? Esta é uma pergunta que não tem resposta única. Mas não é um paradoxo; pelo contrário. O traço característico da economia capitalista mundial é que as divisões econômicas se orientam antes de tudo para as estruturas menores que têm controle legal, os Estados (Estados-nação, Estados-cidade, impérios) dentro da economia mundial (...) Os Estados não se desenvolvem e não podem ser entendidos senão no contexto do desenvolvimento do sistema mundial".¹⁹

É, sem dúvida, o próprio fato de investigar o desenvolvimento global do capitalismo que leva a fixar o período inicial no séc. XVI. Distinguindo as duas instâncias — o político e o econômico, Wallerstein faz sobressair claramente o peso da internacionalização da economia da época.

É igualmente a opinião de A. G. Frank, que, ao estudar a história pré-capitalista da acumulação do capital, constata: "Este exame dá a conhecer, por exemplo, que o capital não extravasou assim tanto os limites estatais para se tornar internacional no período recente, mas que o Estado nacional propriamente dito já estava constituído há muito como subproduto e servidor do capital, cuja existência e acumulação já eram — e, de fato, desde o início — internacionais antes do nascimento do Estado-nação".²⁰

A necessidade de tomar o séc. XVI como ponto de partida da análise do capitalismo mundial define-se, portanto, pouco a pouco. É difícil compreender a América Latina com seu sistema de plantação — em particular do Brasil — sem compreender as necessidades da acumulação do capital europeu já no séc. XVI, e é impossível compreender a desestruturação econômica ou a estruturação das classes dirigentes na África negra sem compreender as necessidades do abastecimento das colônias europeias da América em mão-

¹⁹ Immanuel Wallerstein. *The Modern World System; Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. Nova York, Londres, Academic Press, 1975. p. 67.

²⁰ André Gunder Frank. *L'Accumulation mondiale, 1500-1800*. Paris, Cal mann-Levy, 1977. p. 25 e 39.

de-obra.²¹ Se a Ásia foi talvez menos atingida nessa altura em termos de estruturas socioeconômicas, não deixa de ser evidente que as bases do subdesenvolvimento atual devem ser investigadas no próprio nascimento do capitalismo.

O tempo de vida do capitalismo mundial recuava, portanto, bruscamente e punha-se o problema da caracterização das fases.

Samir Amin parte da existência de dois cortes fundamentais na sua divisão em períodos do sistema capitalista. O primeiro corresponde à revolução industrial, o segundo à fase imperialista em torno de 1880. Estes dois cortes definem três fases. A primeira vai até a revolução industrial: "Durante os três séculos anteriores do período mercantilista, o modo de produção capitalista não está concluído. Seus elementos essenciais, a acumulação da riqueza dinheiro num polo, a proletarianização no outro, destacam-se progressivamente".

Depois da revolução industrial, Amin considera que existe uma continuação da expansão capitalista, e não imperialismo: "O sistema em vias de constituição foi, sem dúvida, desde a origem, internacional e desigual, e a função da periferia deste período, essencial para a acumulação da riqueza. Mas esta função é completamente diferente da que assume a periferia posterior".

Por que razão não caracterizar esta fase de imperialista? Porque não existe, segundo Amin, exportação de capital: "Se a exportação do capital aparece no fim do séc. XIX, e não anteriormente, não é, de modo nenhum, por o capitalismo, até então, não ser 'expansionista'. Era-o, mas sob outras formas, preenchendo outras funções. É porque a exportação do capital só se torna possível quando a concentração do mesmo separa a função de empresário (que pode ser, a partir deste momento, preenchida por agentes assalariados) e a de capitalista, até então confundidas. (...) Antes do aparecimento dos monopólios, o capital não pode emigrar sem que o capitalista emigre, em virtude de, na empresa familiar da época, estas funções estarem confundidas".²²

Em suma, assistimos a uma intensificação progressiva da internacionalização do capital, intensificação que permite distinguir três etapas. Se o critério de determinação da fase

²¹ A riqueza da abordagem "centro-periferia" e sua adequação à análise das formações econômicas do séc. XVI ressalta claramente dos estudos de Marian Malowist acerca das relações entre a Europa Oriental e a Ocidental a partir desta época. Ver em particular M. Malowist. *Wschód a Zachód Europy — XIII-XVI*. Varsóvia, P.W. N., 1973.

²² Samir Amin. *L'Échange...*, op. cit. Samir Amin. "La periodisation de l'histoire du système capitaliste." p. 81 e seguintes.

imperialista — separação das funções do capitalista e do empresário — é pouco significativo, na medida em que o capital exportado não necessita de estar ligado a um capitalista do centro para cumprir funções imperialistas, resta no entanto que as relações centro-periferia são já consideradas como um dado do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, acompanhando todas as suas etapas.

Desta forma, o fato imperialista não é negado, nem as análises de Lênin contestadas. Observa-se antes uma extensão do raciocínio sobre a acumulação primitiva, a expansão capitalista através do mundo e a divisão internacional do trabalho, que recolocam a fase imperialista "clássica" num conjunto mais vasto: forma de expansão capitalista correspondente à fase monopolista, esta fase não implicando, de algum modo, que anteriormente à fase monopolista o capitalismo não fosse mundial, mas que as formas de expansão eram diferentes. E à medida que progridem as investigações sobre as origens e a natureza do subdesenvolvimento, o peso da expansão capitalista anterior à fase Imperialista, e igualmente anterior à revolução industrial europeia, surge de forma clara.

André Gunder Frank retoma esta distinção entre estágios mercantil, capitalista industrial e imperialista na sua análise do capitalismo mundial.²³

Wallerstein opta por uma periodização um pouco diferente: "Dividi o trabalho, pelo menos inicialmente, em quatro partes principais, correspondentes ao que eu considero os quatro períodos mais importantes, até agora, do sistema mundial moderno. O primeiro volume tratará das origens e das condições iniciais do sistema mundial, ainda e apenas um sistema mundial europeu. Este período abrange aproximadamente 1450 a 1640. O segundo volume tratará da consolidação deste sistema, sensivelmente de 1640 a 1815. O terceiro tratará da conversão da economia mundial numa empresa global, tornada possível graças à transformação tecnológica do industrialismo moderno. Esta expansão foi tão súbita e tão grande que, de fato, o sistema teve de ser recriado. Este período situa-se mais ou menos entre 1815 e 1917. O quarto volume tratará da consolidação desta economia capitalista mundial de 1917 até ao momento atual, e das tensões 'revolucionárias' particulares que esta consolidação provocou".²⁴

Christian Palloix propõe uma distinção análoga à de S. Amin e de Gunder Frank,

²³ André Gunder Frank. "L'Accumulation...", *op. cit.*

²⁴ I. Wallerstein. *The Modern World System, op. cit.*, p. 10.

designando-a, no entanto, como extensão da fase imperialista. Partindo da concepção de que o imperialismo existe anteriormente à fase imperialista clássica, mas que só se torna *dominante* nessa altura, classifica as etapas do desenvolvimento do capitalismo mundial em função das formas de imperialismo adotadas: "A cronologia proposta 6: proto-imperialismo, arqueo-imperialismo, neo-imperialismo. Esta fase do neo-imperialismo é, sem dúvida, o estado supremo, por ser o imperialismo acabado, no sentido de que o imperialismo é então uma totalidade englobante, um sistema mundial que domina as formações sociais capitalistas, sejam elas dominantes ou dominadas. A economia mundial faz-se, constrói-se, na fase do arqueo-imperialismo. A economia mundial encontra-se no neo-imperialismo. Isto remete para a progressiva internacionalização do capital, que só é dominante com o neo-imperialismo".²⁵

Ligando esta classificação às formas de internacionalização do capital, Palloix refere-se corretamente ao fato de ter sempre havido internacionalização do capital, embora sob formas diferentes: sob a forma de capital-mercadoria ao longo da fase mercantil, capital-dinheiro ao longo da fase imperialista clássica, capital produtivo nos nossos dias. Deste modo, a periodização do imperialismo estava ligada ao processo da reprodução do capital no centro,²⁶ o que constitui indiscutivelmente um passo em frente importante.

Ligada a um processo concreto de reprodução do capital no decorrer dos vários períodos do desenvolvimento capitalista, a relação centro-periferia enriquecia-se, portanto, gradualmente, ao desembocar na análise das relações de produção mundiais.²⁷

Com efeito, enquanto as análises de A. Emmanuel se concentravam no problema da formação do valor ao nível internacional, desembocando diretamente na exploração de certas nações por outras, as análises de Pierre Philippe Rey ligavam imperialismo e reprodução do capital, para desembocarem na articulação dos modos de produção das nações exploradas. A investigação orientava-se, portanto, para os modos de produção pré-capitalista, e para as respectivas relações de produção, num conjunto em que o capitalismo aparecia como modo de produção dominante.

²⁵ Christian Palloix. *L'Economie mondiale capitaliste et les firmes multinatlonales*. Paris, Maspéro, 1975.1.1, p. 155.

²⁶ Sobre este assunto, consultar Christian Palloix. "Imperialisme et mode d'accumulation International du capital; essai d'une approche du néoimpérialisme." *Revue Tiers Monde*, jan.-mar. 1974.

²⁷ Permitindo, em consequência, ultrapassar a identificação abusiva da teoria da economia Internacional com a teoria das trocas.

Todavia, esta análise ao nível da reprodução do capital não ultrapassou o problema da dominância das relações de circulação sobre as relações de produção, chegando a um impasse caracterizado pela oposição entre os que privilegiam uma ou outra fase da reprodução.

A ultrapassagem deste impasse parece-nos situar-se a dois níveis: por um lado, ao nível das análises do carácter particular das classes dirigentes das economias dependentes, onde reencontramos toda a profundidade das estruturas imperialistas no interior dos países subdesenvolvidos — problema que conheceu uma pseudo-solução com os marxistas por intermédio do conceito de "agentes internos do imperialismo"— e, por conseguinte, das relações de produção nacionais que asseguram a reprodução da exploração ao nível mundial.

A outra linha de ultrapassagem situa-se ao nível da teoria dos salários, problemática que nos parece corretamente situada, como campo de análises, por Ch. Palloix, mas não abordada.

Deste modo, enquanto a análise do imperialismo se abre para uma reavaliação do conjunto das relações centro-periferia que acompanham o desenvolvimento do capitalismo do centro desde seus primórdios, o aprofundamento dos estudos permite ultrapassar a concepção absurda segundo a qual as relações internacionais, durante a fase pré-imperialista, teriam sido apenas relações de "mercado", relações de troca num campo neutro constituído pelo mercado internacional, enquanto as relações de produção e as contradições de classes se mantinham ao nível meramente nacional, ou reduzida a relações "militares" ou de força (acumulação primitiva).

Toda pré-história do subdesenvolvimento, desde a reestruturação das classes dominantes africanas devido ao comércio de escravos, até à formação das classes dirigentes latino-americanas em função do mercado mundial, ficava assim afastada da análise e o subdesenvolvimento surgia de uma certa forma sem os seus fundamentos históricos.²⁸

Este argumento é reforçado por outro fato importante: é que não basta tomar por base, para determinar o peso da Internacionalização ou do "expansionismo" capitalista, a

²⁸ A análise do subdesenvolvimento merece, então, plenamente a crítica feita por Samir Amin e Coquery-Vidrovitch a Rostow e Schumpeter: "O fato histórico fundamental de o desenvolvimento não ser a estrutura de origem desses países, mas o multado de uma história — a da sua integração no mercado capitalista mundial — é desprezado". Samir Amin e Catherine Coquery-Vidrovitch, *Histoire économique du Congo 1860-1968*, Anthropos, 1969.

importância que tem junto do centro. A produção e o comércio do açúcar podem ter tido uma importância muito relativa na acumulação do capital na Europa do século XVI, como simples contribuição de recursos para uma dinâmica já lançada. Mas no Brasil este mesmo fenômeno determinava a estruturação do conjunto da economia e da sociedade.

É assim que o imperialismo se torna talvez dominante, como pretende Palloix, no século XIX, na Europa. Mas no Brasil não há dúvida que essa dominância se manifesta já desde a metade do século XVI e não apenas em termos de trocas de mercadorias mas em termos de estruturação das relações de produção e das contradições de classe.²⁹

De forma geral, se a profundidade da integração econômica entre os Estados que integram a economia capitalista mundial tornou evidentes, hoje em dia, os laços que, para além do mercado mundial, constituem a base das relações mundiais de produção e da acumulação desigual do capital à escala mundial, isto não significa que estes laços surtem hoje, nem necessariamente no fim do séc. XIX, com a fase imperialista clássica, mas antes que esta realidade só agora se impõe à nossa análise, face aos gigantescos problemas políticos que coloca o subdesenvolvimento. Isto não impede que seja necessário procurar as raízes do fenômeno onde elas se encontram efetivamente.

E neste plano o estágio imperialista "clássico" do modo! de produção capitalista surge como uma intensificação das relações preexistentes, intensificação ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, e não como surgimento da economia mundial.³⁰

Esta "abertura" da análise é essencial à teoria do subdesenvolvimento. Com efeito, na medida em que o imperialismo era considerado como fenômeno que nasce com a intensificação do expansionismo do fim do séc. XIX, tornava-se extremamente difícil compreender o subdesenvolvimento como sistema progressivo de diferenciação das formas

²⁹ Não há aqui contradição alguma e o capitalismo pôde bem ser dominante no Brasil enquanto ainda se não tinha desenvolvido na Europa. Marx nota aqui "os povos comerciantes — fenícios, cartagineses — surgiram em toda a sua pureza no mundo antigo... o capital enquanto capital comercial ou capital monetário apresenta-se precisamente sob esta forma abstrata onde ainda não é o fator dominante das sociedades". K. Marx, *Introduction générale à la critique de L'économie politique*, ed. La Pléiade, p. 62.

³⁰ O fato de se tratar de uma intensificação de relações de produção materializada numa divisão internacional do trabalho preexistente, reflete-se na composição dos próprios investimentos do centro: "Até 1914, a repartição do investimento britânico foi baseada no princípio: 'A Inglaterra, oficina do mundo'. Desta forma em 1913, mais de 85% do investimento britânico estrangeiro era colocado nos países cuja economia assentava na exportação de matérias-primas, como o Canadá e o resto do Império (47%), os EUA (20%) e a América Latina (20%). Na sua maior parte os investimentos iam para países insuficientemente desenvolvidos, a fim de aí serem explorados os recursos naturais e de tomar estes acessíveis." *La Division internationale du travail, tendances actuelles*. Paris, La Documentation Française, 1976 v. I.p.58

de acumulação sob a égide do capitalismo — justamente porque a análise implicava que, anteriormente ao período imperialista, se tratava de capitalismos "nacionais" ou de zonas primitivas onde o capitalismo só podia "sugar" as riquezas, numa dinâmica decerto violenta, mas entendida como passiva do ponto de vista da zona espoliada.

Toda a pré-história do subdesenvolvimento, desde a reestruturação das classes dominantes africanas devida ao comércio de escravos, até a formação das classes dirigentes latino-americanas em função do mercado mundial, ficava assim afastada, de certa maneira, da análise, e o subdesenvolvimento surgia sem os seus fundamentos históricos.³¹

O argumento é reforçado por outro fato importante: é que não basta tomar como base, para determinar o peso da internacionalização ou do expansionismo capitalista, a importância que esta representa para o centro. A produção e o comércio do açúcar podem ter tido uma importância limitada na acumulação do capital na Europa do século XVI, como simples complemento de recursos a uma dinâmica já lançada. Mas no Brasil o mesmo fenómeno determinava a estruturação do conjunto da economia e da sociedade.

Assim, o imperialismo pode ter se tornado dominante na Europa somente no século XIX, como o descreve Palloix. Mas no Brasil não há dúvida que esta dominância se manifesta desde o início do século XVI, e não só em termos de troca de mercadorias, mas em termos de estruturação das relações de produção e das contradições de classe.³²

Ao procurar um quadro de análise que corresponda ao quadro histórico do surgimento do processo global do subdesenvolvimento, chegamos, portanto, às considerações seguintes: 1) o imperialismo "clássico", considerado como estágio do modo de produção capitalista, está efetivamente ligado ao aparecimento do monopólio e à expansão do capital financeiro

³¹ A análise do subdesenvolvimento merece então plenamente a crítica que Samir Amin e Coquery Vidrovitch fazem a Rostow e Schumpeter: "O fato histórico fundamental, que o subdesenvolvimento não é a estrutura original destes países mas o resultado de uma história — a da sua integração no mercado capitalista mundial — é negligenciada". Samir Amin e Catherine Coquery Vidrovitch, *Histoire Economique du Congo 1880-1968*, Ed. Anthropos, Paris, 1969.

³² Não há nenhuma contradição no fato, e o capitalismo podia perfeitamente ler dominante no Brasil quando ainda não se tinha plenamente desenvolvido na Europa. Marx nota bem que "os povos comerciantes — fenícios, cartagineses — apareceram em toda a sua pureza no inundo da antiguidade... O capital, como capital comercial ou capital monetário, se apresenta justamente sob esta forma arbitrária onde ainda não é fator dominante das sociedades" — Karl Marx, *Introducion générale à la critique de l'Économie politique*, Ed. La Pléiade, p. 262.

em fins do séc. XIX e princípios do séc. XX, e materializa-se, na altura, na corrida para o "resto do mundo"; 2) esta delimitação do fenómeno imperialista põe, evidentemente, outro problema, o da existência concreta dos fenómenos imperialistas como elemento determinante para Uma série de economias do Terceiro Mundo anteriormente ao imperialismo "clássico"; 3) a solução mais correta parece-nos ser a de Samir Amin, que consiste em manter o conceito "imperialismo" limitado à fase clássica, mas retomando o conjunto dos fenómenos que caracterizam a deformação progressiva de uma série de economias do Terceiro Mundo ao longo dos séculos anteriores sob o impacto do desenvolvimento capitalista do centro através do estudo do "capitalismo mundial".

É evidente que não se trata de uma discussão académica. O facto de recolocar a teoria "clássica" do imperialismo num conjunto mais vasto permite que se tenha uma visão mais clara da polarização progressiva do centro e da periferia e relacionar o subdesenvolvimento com suas causas mais profundas. Mas esta orientação permite igualmente ultrapassar uma visão estática do fenómeno imperialista, como a de um "estágio último" que constitui uma espécie de "ponto de chegada". Do mesmo modo como reencontramos, através da teoria da economia capitalista mundial, as raízes do imperialismo, compreendemos que o imperialismo em si é um dado dinâmico que se transforma com o desenvolvimento das forças produtivas.

A teoria da economia capitalista mundial desemboca, deste modo, no estudo das formas novas do imperialismo, qualquer que seja o nome que se lhes dê — neo-imperialismo, capitalismo monopolista de Estado, etc. — caracterizadas pela internacionalização do capital produtivo.

Enfim, a diferenciação das fases do imperialismo deve permitir abordar as relações de produção que o sustentam e que constituem um dos principais pontos fracos da teoria do imperialismo, limitada durante demasiado tempo aos aspectos de agressão económica e militar.

É ao estudo de algumas características — ao nível dos mecanismos da reprodução do capital — deste imperialismo, que ultrapassa o período do imperialismo "clássico" e que caracterizamos como capitalismo mundial, que dedicaremos as seções seguintes.

Capitalismo mundial e nível de salários

A teoria da troca desigual desenvolvida por A. Emmanuel constitui uma contribuição essencial para o aprofundamento da teoria do imperialismo. O raciocínio é simples:

Em primeiro lugar, Emmanuel constata — único ponto aliás, em que parece forçar um pouco a realidade — a perequação da taxa de lucro entre centro e periferia. Retomando em abono da sua teoria, um relatório cubano, afirma:

"Podemos, portanto, aceitar que uma mobilidade imperfeita do capital no plano internacional não é incompatível com taxas de lucro mais ou menos iguais nos países desenvolvidos e nos países atrasados."³³

Enquanto os lucros são sensivelmente iguais, constatamos que as diferenças de salários são enormes ("desvios que vão de 20 a 40 vezes", p. 97).

Terceiro ponto, as diferenças de produtividade não bastam para explicar este atraso: "pode-se avaliar a intensidade do trabalho — produtividade do trabalho com ferramenta igual — do operário médio de zonas subdesenvolvidas em 50 a 60% da produtividade do operário médio das zonas industrializadas".

O resultado é fácil de calcular: "Por conseguinte (...) concluímos que, considerando prestações sociais diretas e individuais, a média do salário dos países desenvolvidos é cerca de 30 vezes a mesma média dos países atrasados e, considerando a diferença de intensidade do trabalho, cerca de 15 vezes a mesma média" (p. 98).

Ora, se a diferença de salários é 1:15 para produtividade igual, enquanto a taxa de lucro é a mesma no centro e na periferia, há lugar para a transferência de lucro de uma zona para a outra — se assim não fosse os lucros seriam, como é evidente, incomparavelmente mais elevados na periferia.

"Torna-se desta forma claro que a desigualdade dos salários como tal, sendo todas as

³³ A. Emmanuel, *L'Échange inégal*. Paris, Maspéro, 1972. p. 91

outras coisas iguais, provoca por j si só a desigualdade da troca."³⁴

Não há nada a objetar ao essencial deste raciocínio, que *i* resistiu firmemente a um dilúvio de críticas e de comentários.³⁵

No entanto, a teoria assenta evidentemente na diferenciação dos salários entre centro e periferia, que desempenhai aqui um papel essencial:

"(...) a condição fundamental da tese que se segue: mobilidade do fator capital, imobilidade do fator trabalho, comi rejeição simultânea da hipótese ricardiana do custo fisiológico] da força de trabalho. Mobilidade suficiente do primeiro fator para que a perequação internacional dos lucros se opere no| essencial e que o teorema dos preços de produção mantenha sua validade, imobilidade bastante grande do segundo, para que *os desvios locais de salários, devidos ao fator sócio-histórico*, não possam ser eliminados, e que uma modificação do teorema se imponha." ³⁶

Ora, considerando que toda a teoria assenta na diferenciação dos salários, é importante debruçarmo-nos um pouco sobre os mecanismos da sua determinação.

E aqui temos de constatar que o fenômeno econômico mais importante do nosso tempo, constituído pela polarização extremamente rápida dos salários e dos rendimentos em geral entre o centro e a periferia, não encontra praticamente na teoria econômica clássica ou marxista mais do que explicações embrionárias.

Em Ricardo, mais do que da diferenciação trata-se essencialmente de um nivelamento por baixo: "O preço natural do trabalho é o preço que é necessário para permitir aos trabalhadores, entre si, a subsistência e a perpetuação da sua raça, sem aumento nem diminuição. A capacidade do trabalhador para se manter a si e à família que pode ser necessária para manter o número de trabalhadores, não depende da quantidade de dinheiro que ele possa receber como salário, mas da quantidade de comida, de bens de primeira necessidade e comodidades que se tornarem essenciais para ele em virtude dos hábitos que

³⁴ A. Emmanuel. *L'Échange...*, *op. cit.*, p. 111.

³⁵ Referimo-nos aqui à segunda fonte da troca desigual. A primeira citada por Emmanuel, devida à diferença das composições orgânicas do capital, já era amplamente conhecida. Notemos que as críticas tendem mais a delimitar a importância da contribuição teórica e do fenômeno do que a refutar o raciocínio em si.

³⁶ A. Emmanuel, *op. cit.*, p. 53, sublinhado nosso. De fato, a mobilidade do capital produtivo é igualmente essencial para assegurar que a produtividade do trabalho na periferia se encontre próxima da produtividade das economias do centro. (5) David Ricardo. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Londres, Everyman's Library, 1973. p. 52.

esse dinheiro permitir adquirir. Por conseguinte, o preço natural do trabalho depende do preço da comida, dos bens de primeira necessidade e das comodidades necessárias à manutenção do trabalhador e da sua família".⁵

Portanto, o problema da diferenciação dos salários não se põe. E trata-se fundamentalmente da mesma abordagem em Marx, que considera que a força de trabalho é paga em função do seu custo e não do seu rendimento. Mas o custo da força de trabalho é o custo das mercadorias necessárias à sua reprodução.

Esta ausência de uma teoria da diferenciação dos salários é compreensível na própria medida em que, na altura, esta diferenciação era ou pouco Importante (dando no entanto azo a referências à "aristocracia operária" e à determinação "social" do mínimo fisiológico) ou amplamente apagada pela dinâmica fundamental da polarização das classes e do empobrecimento global do proletariado.

Ora, o fenómeno mais chocante, e que constitui nosso ponto de partida, é o da elevação brusca dos salários, depois de milênios de estagnação virtual, no grupo dos países que tinham realizado revoluções burguesas e que se tinham lançado na revolução industrial. Esta elevação verifica-se nos fins do século XIX.

Podemos pôr o problema de outra forma: os salários na Inglaterra ainda se situam ao nível do mínimo vital no tempo de Marx, enquanto a revolução industrial já tinha mais de século e meio e o processo de acumulação capitalista existia desde o século XVI. É importante que ponhamos a questão: por que razão, numa altura em que a riqueza global da sociedade inglesa (expressa, por exemplo, pelos índices de renda *per capita* e não de salários) tinha amplamente ultrapassado o das regiões mais pobres do mundo, o sobressalto dos salários só chega com um século de atraso. Em suma, o fato da elevação dos salários ser tão tardia pode ser tão interessante como o fato de se produzir. Não estamos em presença de um período de pobreza durante o qual os salários são baixos e seguidamente de um período de riqueza durante o qual os salários são elevados, mas de um período de elevação da produção com salários razoavelmente constantes e em seguida de um período de elevação da produção acompanhada da elevação dos salários.³⁷

³⁷ É Importante recordar que Bairoch baseia suas estatísticas, que deixam supor um aumento da renda desde o início do século XIX, na renda *per capita*, média nacional, não reflete a repartição da renda entre a classe dos capitalistas e do proletariado. A fase 'redistributiva' para o proletariado começa sem dúvida

O fenômeno deve ser relacionado com outro: nomeadamente, o aumento rápido da produção em certos países subdesenvolvidos, enquanto aí os salários estagnam e dão justamente lugar a esta polarização dos salários ao nível internacional. É deste modo que o acréscimo de produção *per capita* no Brasil entre 1900-2 e 1960-71 foi de 2,46% ao ano (6,82% de crescimento anual do produto industrial), ao mesmo tempo em que o acréscimo destes índices para vários países desenvolvidos era inferior ou comparável.³⁸

Mas, como já vimos, a extrema miséria do proletariado rural e industrial no Brasil não se pode explicar por um simples atraso econômico, explicação que nos permitiria *a contrario* explicar o aumento dos salários e a fase redistributiva moderna do capitalismo do centro como o simples resultado do acréscimo da produção nestes países.³⁹

A teoria da diferenciação dos salários ao nível internacional está, portanto, por elaborar. Temos, no entanto, de constatar que só encontramos em Emmanuel embriões de teoria desta diferenciação. De fato, na parte consagrada a este tema, em particular o capítulo 3, o problema do nível dos salários escapa de certo modo à economia política e está situado fora das determinações do processo de reprodução do capital. Com efeito, Emmanuel considera de chofre o nível dos salários como variável independente:

"No tempo em que os salários variavam de um país para outro de 1 para 2 ou até de 1 para 3 ou de 1 para 4, era talvez legítimo supor que as flutuações do mercado das mercadorias pudessem estar na base destas variações. Mas, quando os salários variam de 1 para 20 ou de 1 para 30 e só variam no espaço, estando pelo contrário dotados de uma rigidez extrema no tempo ao longo do qual apenas se registra uma tendência lenta e linear e praticamente nenhuma oscilação, temos enfim que confessar que existem possibilidades de variarem segundo leis próprias e que é, por consequência, possível que

bem mais tarde, e só assume uma importância real no século XX. Ver os estudos de Engels sobre a classe operária na Inglaterra.

³⁸ Ver dados de S. Kuznets e C. Haddad que citamos na nossa obra *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, p. 280-1

³⁹ O problema é, portanto, efetivamente o da relação entre produção e salários, mas não tem, como veremos, uma solução linear. A produção acrescida pode traduzir-se simplesmente num acréscimo dos lucros, saída que Ricardo coloca já como a mais provável: Se, por conseguinte, pela extensão do comércio, ou por aperfeiçoamentos na maquinaria, a comida e os bens de primeira necessidade do trabalhador puderem ser trazidos para o mercado, a um preço mais baixo, os lucros aumentarão" (*The Principles...*, op. cit., p. 80).

constituam sem dúvida uma variável independente do sistema."⁴⁰

Considerando o salário como variável independente, Emmanuel vai retomar as determinações externas, os "dados-base" que determinam o seu nível.

A mais importante destas determinações é o fator "sócio-histórico": "A força de trabalho só é indiretamente equivalente a uma certa quantidade de trabalho. É diretamente e *a priori* equivalente a uma certa quantidade de bens. Esta equivalência é imutável na medida em que é *independente do desenvolvimento diferencial da técnica e do valor ou preço de produção próprios a estes bens* (sublinhado nosso, L. D.). Para que se modifique é necessário que o próprio homem mude. É necessário que mude o que chamamos seu padrão de vida. E esta mudança é um processo muito lento, tão lento como a evolução do meio social e cultural que condiciona as necessidades do homem".⁴¹

O problema da diferenciação dos salários ao nível mundial está, desta forma, separado do processo de produção ("independente do desenvolvimento diferencial da técnica e do valor ou preço da produção") e depende da modificação do homem (o "padrão de vida"), por sua vez determinada pelo "meio cultural e social".

Segundo Emmanuel, "é apenas no decurso da segunda metade do século XIX que o fator sócio-histórico começa a ter verdadeiramente um papel nos países industrializados e que a mutação se produz".⁴²

Ora, o problema central para o qual devemos contribuir com uma explicação é precisamente o seguinte: por que razão, após séculos de igualdade "pela base", ao nível do salário de subsistência, os costumes e o "padrão de vida" se modificam e o fator sócio-histórico começa a ter um papel? Por outras palavras, para além do argumento *já desenvolvido* em Marx, de acordo com o qual o mínimo de subsistência é a função dos "costumes", é necessário dar um conteúdo económico concreto à transformação destes costumes e explicar os mecanismos económicos da mutação que se verifica ao longo da segunda metade do século XIX.

⁴⁰ A. Emmanuel, *L'Échange...*, op. cit., p. 118. Fato característico, Emmanuel considera que não há praticamente "nenhuma oscilação" dos salários no tempo. É importante a este propósito pôr-se o problema da sobreexploração dos trabalhadores na indústria brasileira em certos períodos, e as opções redistributivas nos momentos de crises interimperialistas que obrigavam os produtores a reconverterem-se para o mercado interno, provocando "oscilações" muito nítidas. Este debate encontra-se ainda no centro das discussões acerca das saídas do modelo brasileiro, em crise a partir de 1974.

⁴¹ A. Emmanuel, *L'Échange...*, op. cit., p. 146.

⁴² A. Emmanuel, *L'Échange...*, op. cit., p. 102.

Os limites deste raciocínio aparecem nos próprios impasses a que Emmanuel é conduzido. Com efeito, ele tem de constatar que o nível dos salários nos EUA era, na altura da mutação, bem mais elevado do que na Grã-Bretanha: a Inglaterra tomava um avanço sensível, os salários nos EUA eram já de há bastante tempo reconhecidos como consideravelmente superiores aos da Inglaterra.⁴³

Se os salários dos EUA eram tão altos, explica-nos Emmanuel, "isso se deve ao fato de os homens que então colonizaram os Estados Unidos e a Austrália, serem provenientes de certas regiões europeias que já eram avançadas e que já tinham um nível de vida superior ao de outros e de, ao emigrarem, exigirem naturalmente rendimentos ainda superiores". Tal não "aconteceu com os espanhóis e os portugueses que colonizaram a América Central e do Sul, nem mesmo com os franceses que colonizaram o Quebec".⁴⁴

Desta forma, Emmanuel considera que o nível relativamente mais elevado nos EUA é devido à influência da própria Inglaterra, onde os salários eram, no entanto, muito baixos e reduziam o proletariado a uma miséria negra.

O raciocínio é fraco nos seus dois aspectos. Dizer que os salários na América Latina estiveram nesse nível terrivelmente baixo que se conheceu e que é ainda conhecido hoje em dia em grande parte, por causa de costumes importados, é não compreender todo o impacto da extroversão econômica sobre as relações de produção, sobre a orientação da produção (em função de necessidades externas e não em função do perfil do consumo interno) e sobre o grau de exploração que daí decorre. Em suma, desligar o nível dos salários das condições de produção e de realização (funcionamento global do processo de reprodução do capital) não contribui para o avanço da análise e mostra-nos a debilidade essencial da construção lógica do autor: o fato de desligar as condições da troca das relações de produção.⁴⁵

E é sem dúvida esta separação das condições de produção que Emmanuel efetua de igual modo ao analisar os EUA: "Poderíamos, portanto, afirmar que, se o desenvolvimento diferente dos EUA não determinou os salários dos EUA, o desenvolvimento desigual do

⁴³ A. Emmanuel, *L'Échange*..., *op. cit.*, p. 152.

⁴⁴ A. Emmanuel, *L'Échange*..., *op. cit.*, p. 164.

⁴⁵ A única referência à ligação possível entre o nível dos salários e as condições da reprodução do capital encontra-se numa nota da p. 164, na qual Emmanuel sugere que, "para além do nível de vida do ponto de partida dos imigrantes", "a transplantação para as colónias das estruturas clérico-feudais da metrópole" teria igualmente desempenhado um papel na América Latina. Ora, tratar-se-ia justamente de explicar por que razão, depois de vários séculos, estas estruturas se reproduziram e os salários se mantiveram a níveis de subsistência fisiológica e isto] *apesar* do aumento da produção.

mundo determinou, sem dúvida, em última análise esses salários, uma vez que determinou o mínimo vital diferente e as 'exigências' dos homens que povoaram os EUA".⁴⁶

Exportação de costumes, pobres para a América Latina, ricos para os Estados Unidos, é a explicação avançada. Em contrapartida, o fato de, por exemplo, os EUA disporem de uma fronteira de terras férteis e livres, o que permite aos assalariados fugirem ao trabalho industrial assim que os salários desçam abaixo de certo nível, condição concreta que influi sobre as relações de produção, é referido como dado secundário.⁴⁷ No que respeita às condições de realizações do produto industrial e da sua relação com o nível dos salários, não encontramos a menor referência.

Para explicar a diferenciação dos salários, base essencial da teoria da troca desigual, por outro lado perfeitamente demonstrada, Emmanuel recorre, portanto, às "exigências", ao "padrão de vida", transferidos por efeito de imitação de país para país. Ora, justamente estas "exigências" desligadas das condições de produção perdem seu sentido.

Uma outra forma de explicar o arranque desta fase redistributiva é a "luta sindical" e a "pressão dos trabalhadores" de forma geral: "Podemos, afirma Emmanuel, fazer coincidir grosseiramente o início desta diferenciação (dos salários) com o princípio da luta sindical de grande estilo nos países industrializados, ou seja, por volta dos anos 1860".

O argumento é importante e conhecido. No entanto, devemos considerar não só a vontade dos trabalhadores de aumentarem seus salários, mas também o fato de esta vontade se transformar em pressão organizada apenas quando existem elementos econômicos que tornam esta pressão viável. Ou seja, quando o desenvolvimento das forças produtivas faz com que seja possível assegurar a reprodução alargada do capital e aumentar os salários. E aqui somos remetidos, mais uma vez, para o problema das relações de produção ao nível das economias dominantes e das economias dependentes, e da sua articulação através da divisão internacional do trabalho (DIT).

Apontemos, enfim, uma terceira determinação possível desta diferenciação dos salários: o fato de a existência das fronteiras impedir a realização da perequação dos salários: "As fronteiras nacionais, escreve Emmanuel, são suficientemente estanques para que uma igualização pela concorrência internacional dos trabalhadores esteja

⁴⁶ A. Emmanuel, *L'Échange...*, op. cit., p. 164

⁴⁷ Emmanuel refere-se em nota a este argumento, como um dado secundário: "Por outro lado, desempenhou igualmente um papel..." (*L'Échange...*, op. cit., p. 164).

completamente excluída".⁴⁸

Mas, ainda neste ponto, embora o fato da mobilidade relativamente mais fraca da mão-de-obra seja inegável, deve distinguir-se o fenômeno das suas causas. Com efeito, se considerássemos as gigantescas transferências de mão-de-obra africana para o Brasil ou para os EUA, poderíamos concluir que esta entrada de mão-de-obra tenderia a deprimir os salários em todo o país. Ora, nos EUA, o efeito foi, pelo contrario, de manter um setor escravista, mais tarde semi-escravista que permitiu reforçar a acumulação na parte Norte, sem deprimir os salários ao nível nacional. Justamente, e sem dúvida nenhuma, porque esta mão-de-obra não podia circular livremente. Mas o fato importante a referir é que o capitalismo manteve esta separação muito nítida, em particular nas zonas de plantações. Podemos igualmente apresentar o exemplo dos "bantustões" sul-africanos: os trabalhadores são parqueados em zonas onde a insuficiência de recursos os obriga a recorrerem de tempos a tempos ao trabalho nas grandes empresas sul-africanas. É, portanto, necessário pôr-se a questão de até que ponto a ausência de mobilidade de mão-de-obra ao nível internacional,⁴⁹ mas também ao nível nacional nos países subdesenvolvidos com forte polarização interna, não constitui um aspecto da reprodução capitalista da polarização dos salários. E neste caso é naturalmente necessário voltar aos mecanismos de reprodução do capital e à reprodução de relações de produção pré-capitalistas nos países subdesenvolvidos.

Um raciocínio análogo pode ser aplicado a outros mecanismos, invocados desta vez para explicar a manutenção dos salários da periferia a um nível tão baixo: a pressão do excesso de mão-de-obra sobre o mercado do trabalho. Ora, aqui também nos parece que é necessário situar o excesso de mão-de-obra no processo da sua reprodução. Numa economia como a do Brasil, é sem dúvida a extensão sempre modernizada da agricultura extrovertida que gera ativamente uma disponibilidade crescente de mão-de-obra marginalizada (processo de exclusão econômica e social), sendo a pressão de um excesso de mão-de-obra, deste modo, indissociável da reprodução do capitalismo dependente.

O recurso ao argumento "histórico", à luta sindical, à existência de fronteiras ou de um excesso de mão-de-obra representa, deste modo, para nós uma unidade de pensamento: argumentos inegáveis, por um lado, encobrem, por outro lado, mecanismos inerentes de

⁴⁸ A. Emmanuel, *L'Échange*, op. cit., p. 109.

⁴⁹ De fato, deveria falar-se de preferência de "mobilidade controlada" do que da ausência de mobilidade.

reprodução do capital e, não sendo falsos, são simplesmente insuficientes.

Parece que, por não encontrar as determinações do nível dos salários no próprio processo de reprodução do capital, e nomeadamente na compreensão da dupla função — de produção e de realização — que desempenha o trabalhador neste processo, Emmanuel recorre à separação entre o nível dos salários e suas determinações econômicas como a uma espécie de pseudo-explicação. A transformação do salário em "variável independente" faz-nos ver justamente que seu nível depende de uma série de condicionamentos políticos, sociais, culturais — ponto compreensível por se tratar de fatos sociais totais —, mas não nos ajuda na compreensão dos mecanismos econômicos e, em particular, da ligação entre o nível dos salários e a divisão internacional do trabalho.

Esta insuficiência constitui por sua vez uma fonte de erros, mais importante do que parece.

Por um lado, ao isolar o nível dos salários das suas determinações no próprio ciclo de reprodução do capital, ela tende a situar a exploração ao nível da circulação e, ao não penetrar as relações de produção (divisão internacional do trabalho, orientação das classes dirigentes da periferia, orientação da produção, relações de propriedade e de exploração) faz com que as contradições políticas apareçam aos nossos olhos como diretamente provenientes das contradições ao nível da troca.

A partir daqui compreende-se este "salto" que nos choca em Emmanuel, a passagem direta da análise da troca à interpretação política, que o leva a concluir que as contradições se verificam, a partir de agora, já não entre classes, mas entre nações.⁵⁰

O problema torna-se mais claro se considerarmos que a troca desigual assenta na diferenciação dos salários, mas que esta diferenciação, longe de constituir uma "variável independente", assenta em relações de produção internas dos diferentes países e em particular na forma diferente da reprodução do capital no seio do capitalismo dominante e do capitalismo dependente.

A partir daqui as contradições que se manifestam ao nível da troca aparecem com o conteúdo que as sustenta: as relações de produção e as contradições de classe implícitas nestas relações — e a falsa alternativa contradições de classe ou contradições entre nações

⁵⁰ Ainda aqui é, portanto, necessário fazer o ponto da contribuição teórica correta (a teoria da troca desigual) e das conclusões políticas apressadas que levam Emmanuel a afirmar que "o antagonismo entre nações ricas e pobres está em vias de se sobrepor ao de classes". *L'Échange...*, *op. cit.*, p. 208.

é ultrapassada.

Parece que o próprio Emmanuel tem consciência desta insuficiência. Com efeito, se em *L'Échange inégal* o salário é situado como "variável independente" e seu papel determinado por fatores externos ao processo direto de reprodução do capital, em contrapartida ao abordar em *Le Profit et les crises*,⁵¹ o problema do equilíbrio dinâmico do capitalismo Emmanuel situa o salário como "variável exógena", forma aparentemente atenuada,⁵² que lhe permite ressituar em parte as variações do salário como elemento essencial no equilíbrio econômico do ponto de vista da realização: "É infinitamente mais fácil, diz ele, fazer funcionar o capitalismo por intermédio de uma extensão 'prévia' do mercado consecutiva a um aumento dos salários".⁵³

Mas temos, sem dúvida, de constatar que esta flutuação teórica não se transforma em abordagem coerente do problema das relações de produção, tal como são reproduzidas pela acumulação mundial do capital.

Se o problema da diferenciação dos salários é fundamental, parece que é indispensável tentar reencontrar a dinâmica da polarização dos salários ao nível mundial no processo de reprodução do capital e nas diferenciações que a divisão internacional do trabalho permite ao nível das formas de acumulação do capital no centro e na periferia.

Neste sentido, Christian Palloix, ao partir da internacionalização do capital para investigar as "relações de produção mundiais", põe o problema em termos mais concretos: "No setor capitalista de exportação dos países menos desenvolvidos, o valor de troca da força de trabalho é considerado nulo, porque lhe é possível fazer recuar o custo de reprodução e de formação, assim como o custo de manutenção para o setor tradicional, do qual se serve para extrair a força de trabalho de que necessita. O nível dos salários não é uma variável Independente como sustenta Emmanuel",⁵⁴

O problema parece estar bem posto: trata-se de ultrapassar a não explicação que

⁵¹ A. Emmanuel. *Le Profit et les crises*. Paris, Maspéro, 1974

⁵² "A menos que se alargue o sentido do termo (endógeno)..." A. Emmanuel, *Le Profit...*, op. cit., p. 360.

⁵³ *ibid.*, p. 357 e 360. A distinção parece referir-se então mais ao vocabulário do que à realidade analisada. Deste modo, Emmanuel aceita a argumentação de S. Amin, não deixando de sugerir que "logicamente" as coisas poderiam ter sido diferentes: "Mostrar, como o faz Samir Amin, que sem estes aumentos (de salários); os países Industriais não teriam podido prosseguir seu crescimento nem ultrapassar suas contradições, não prova que estes aumentos tenham surgido automaticamente! da lógica interna do sistema. Esta lógica contém igualmente o fim da carreira do sistema a, neste quadro, este último poderia igualmente ter soçobrado" (p. 361).⁵

⁵⁴ Christian Palloix. *L'Économie...*, op. cit., t. 1, p. 72.

constitui a teoria da "variável independente" ou "variável exógena", e de abordar o problema a partir das relações de produção e das suas determinações no quadro da economia mundial.

"O que aponta a lei do valor internacional é a ação das relações de produção capitalistas mundiais para operar uma subavaliação do valor da força de trabalho, nas formações sociais dominadas ou colonizadas, isto é, reduzir o tempo de trabalho socialmente reconhecido como necessário para a reprodução e manutenção da força de trabalho a um mínimo diferente do das formações sociais avançadas."⁵⁵

Constitui-se, com efeito, no seio das economias periféricas um "mínimo diferente", e trata-se de abordar a explicação deste. É, no entanto, necessário reconhecer que, para além de uma definição correta do campo de análise e da Orientação a seguir, não encontramos em Palloix a teoria correspondente. O essencial do esforço centra-se na crítica radical das contribuições teóricas de outros autores e não na explicação efetiva das relações de produção ao nível mundial. Esta própria constatação de lacunas nem sempre é muito apropriada.

Ao procurar investigar as "relações de produção mundiais", Palloix recusa, com razão, a limitação do problema ao nível da troca internacional, mas recusa simultaneamente, de forma inexplicável, a teoria da troca desigual.⁵⁶

Rejeita da mesma forma o sistema "centro-periferia", afirmando que "a distinção centro-periferia visa opor partes distintas da economia mundial".⁵⁷ Ora, trata-se aqui de uma deformação nítida do pensamento de Samir Amin. Vejamos antes a definição proposta por este:

"Da mesma forma que os modos de produção capitalistas estão integrados num sistema, estão ao serviço dos próprios fins do capital dominante (o camponês produz no quadro do seu antigo modo de produção, mas produz a partir de agora produtos exportados para o centro); as

⁵⁵ Ch.Palloix.*L'Économie...,op. cit.,t. 1*, p. 196.

⁵⁶ "As trocas entre as zonas A e B são trocas no seio de uma circulação específica de valores para o controle do capital hegemônico como tendência e não de trocas de mercadorias, o que torna caduca a teoria da troca desigual de A. Emmanuel" (Ch. Palloix. *Procès d'éproduction et crise du capitalisme*, manuscrito, p. 262). Seguidamente, em nota: "A teoria da troca internacional toma-se cada vez mais uma teoria sem objeto, na medida em que seu objeto, o comércio internacional das mercadorias, é uma pura especulação teórica." Ora, o fato de ser necessário ir para além da troca para reencontrar as relações de produção que a definem, não autoriza a que se ponha a teoria simplesmente de lado.

⁵⁷ Ch. Palloix. *Procès..., op. cit.*, p. 261.

estruturas sociais novas constituem igualmente um conjunto estruturado e hierarquizado, dominado pelo grande ausente da sociedade colonial, a burguesia metropolitana dominante. O sistema econômico da periferia não se pode compreender em si mesmo, na medida em que suas relações com o centro são essenciais; do mesmo modo, sua estrutura social é uma estrutura que só pode ser compreendida como elemento duma estrutura social mundial. A forma das formações periféricas dependerá finalmente e simultaneamente da natureza das formações capitalistas aludidas e das formas de agressão externa."

Trata-se de uma concepção que se refere a um sistema global (estrutura social mundial), de que a periferia é uma parte, e no qual a "burguesia metropolitana" é dominante, sendo a realidade uma resultante da relação dialética entre as partes ("dependerá finalmente e simultaneamente..."). Esta concepção não nos parece identificável com uma justaposição das partes como o interpreta Palloix ("des parties distinctes").⁵⁸

Palloix rejeita igualmente a teoria da dependência: "A teoria da dominação ou a teoria da dependência são com efeito álibis ideológicos, quando não estão enraizadas numa estrutura de classes, das classes imperialistas no centro e das suas clientelas na periferia; no centro, a teoria da dominação — F. Perroux — escamoteia o fato de a dominação se apoiar numa estrutura de classes, no capital financeiro internacional; na periferia, a teoria da dependência justifica uma pseudo luta antiimperialista que tende para a própria consolidação do modo de produção capitalista".⁵⁹

Mas aqui também se trata de retomar a contribuição positiva central — a relação de dependência — e de ir mais além, abordando as relações de produção. Ora, é, sem dúvida, neste sentido que vai a teoria que vê na dependência o elemento central da articulação do sistema centro-periferia.⁶⁰ Partindo da problemática central — a diferenciação dos salários — somos, portanto, trazidos novamente, uma vez delimitada a pseudo-explicação de Emmanuel, e apesar dos esforços de Ch. Palloix para abrir uma nova via, ao problema das relações de produção no quadro da economia capitalista mundial, às suas diferentes etapas.

⁵⁸ Samir Amin. *Le Développement inégal*. Paris, Minuit, 1973. p. 258.

⁵⁹ Ch. Palloix, *L'Economie...*, op. cit., t. 2, p. 274.

⁶⁰ Erro característico: Palloix pensa que a teoria da dependência justifica uma "pseudo-luta antiimperialista". Ora, não se trata de saltar da luta antiimperialista para a luta das classes, como se se tratasse de uma alternativa. A luta das classes verifica-se no quadro de um sistema capitalista mundial, que redefine as próprias contradições de classes.

Uma outra tentativa de ultrapassagem foi efetuada sob a forma de revalorização das relações de produção em relação às relações de circulação. Ora, é necessário constatar que estes esforços para rejeitar o problema da circulação — das trocas — em benefício das relações de produção, colocando o problema em termos de alternativa, não contribui muito para o avanço da discussão.

É evidente que uma posição como a de Emmanuel, que salta de uma relação de troca diretamente para as conclusões políticas (contradições entre nações substituindo as contradições entre classes) é falsa, porque não reconstrói as relações de produção que tornam a troca desigual possível (em particular as relações de exploração e de realização que determinam a diferenciação dos salários); mas o regresso à ortodoxia, afastando as relações de circulação que determinam elas próprias as relações de produção, constitui um recuo, um regresso à concepção do imperialismo como "força externa", presente na periferia através dos seus "agentes internos".

A única forma de ultrapassar a "justaposição", a concepção de "partes distintas" que Palloix denuncia, é justamente retomar a análise da circulação ao nível mundial, para compreender como é que as trocas internacionais influem sobre as relações de produção e as reproduzem. Isto é, noutros termos, retomar a análise das relações de produção e integrar aí as determinações das esferas de circulação.

O capitalismo mundial constitui a "realidade última", a totalidade na qual se opera a bipolarização centro-periferia. No entanto, para não mitificar uma entidade abstrata, temos de ver que esta economia capitalista é constituída pelas suas partes e, se a totalidade é qualitativamente diferente da soma das partes que a compõem, então a totalidade implica relações dialéticas das partes num conjunto, e não a existência de uma abstração mundial, o capitalismo Internacional.

O que devemos ter presente no nosso espírito é que a totalidade reage como tal, mas que esta totalidade é determinada no essencial pelos vinte e tantos países que, tendo realizado no século XIX ou antes suas revoluções industriais, constituem hoje uma entidade perfeitamente distinta, quer se chame clube dos ricos, centro ou capitalismo dominante. É em função das necessidades da acumulação deste grupo de países, que constituem o centro, que se definem as regras do sistema capitalista mundial, mesmo se esta determinação for dialética, constituindo uma totalidade com as economias periféricas. Trata-se, sem dúvida,

de uma totalidade, mas, como escreve Salema, de uma totalidade *com determinante*. É a partir de uma compreensão clara deste fato que podemos ultrapassar a oposição absurda entre "circulacionistas" e defensores da "dominância" das relações de produção. Com efeito, o conteúdo efetivo da dominância das esferas de circulação é muito simplesmente a dominância do centro no interior do sistema capitalista mundial.

Ora, como esta dominância se manifesta através da circulação internacional (capitais, matérias-primas, bens manufaturados, tecnologia...), podemos falar de uma presença esmagadora do centro *através* das suas esferas de circulação.

Mas a base desta "dominância" da circulação é evidentemente e ainda a produção, e concretamente o imenso avanço de que dispõem os países ricos no domínio da produção, o que lhes permite ditar as regras essenciais da economia capitalista mundial, incluindo a circulação.

Trata-se da diferenciação dos sistemas produtivos ao nível mundial, diferenciação que constitui o conteúdo da divisão internacional do trabalho, e o que constitui a vulnerabilidade e o caráter subdesenvolvido da economia pobre são evidentemente as características da sua produção.

Deste modo, a circulação só existe na base da produção, e o centro do problema encontra-se na diferenciação, no centro e na periferia, dos sistemas produtivos. Mas não ver a dominância esmagadora dos sistemas produtivos do centro em relação ao resto do mundo capitalista é muito simplesmente uma questão de irrealismo; E é igualmente tão irrealista considerar que esta dominância não se manifesta nas esferas internacionais de circulação. E uma vez ultrapassada a fase colonial, esta dominância manifesta-se através dos mecanismos económicos — mecanismos de dominação neocolonial — que são transmitidos pelas esferas de circulação.

Se a dominação dos países ricos sobre os países pobres se manifesta através da dominação exercida pelos primeiros sobre a circulação ao nível mundial, esta dominação apresenta-se no interior dos países subdesenvolvidos como determinante para o processo completo de reprodução do capital e não para a circulação ou a produção.⁶¹

⁶¹ É evidente, e voltaremos amplamente a este ponto, que esta análise tem uma importância central para a determinação do caráter da revolução socialista na periferia. A opção "circulação" ou "produção" abrange de fato a opção "luta pseudo-imperialista", à qual se refere Palloix ou revolução socialista. A compreensão da unidade do processo global de reprodução do capital (circulação-produção) desemboca na inclusão das determinações externas sobre as próprias relações de produção, ultrapassando a falsa alternativa revolução

E aqui podemos retomar inteiramente a definição de Palloix: "As relações de produção internacionais ultrapassam as relações de produção nacionais, na medida em que as relações de produção das formações sociais capitalistas avançadas são dominantes e determinantes para atribuírem a posição dos agentes em relação aos meios de produção nas formações dominadas no seio da economia mundial, para definirem também as classes sociais nas ditas formações, para especificarem o processo da produção, de circulação e enfim de distribuição".

Trata-se, portanto, da reprodução das classes sociais, das relações de produção e da própria circulação a partir da dinâmica das economias do centro. E esta dominância manifesta-se através da circulação na base da diferenciação das relações da produção, que é constituída pela divisão internacional do trabalho.

Para chegarmos à compreensão do mecanismo de reprodução do subdesenvolvimento é, portanto, necessário reconstituir a ligação entre a divisão internacional do trabalho e a reprodução das relações de produção, e nomeadamente das relações de exploração e do nível dos salários e lucros que daí resultam.

socialista-libertação nacional. Aqui não podemos deixar de apoiar as afirmações de Samir Amin: "Estou convencido de que, na polémica a propósito da troca desigual, os argumentos de aparência marxista relembrando a preeminência das relações de produção sobre as modalidades da circulação, sempre afirmada em termos abstratos, são argúcias que mascaram uma recusa ideológica: a de conceder ao imperialismo o lugar que deveria ocupar na análise global." Samir Amin. "A propôs de la critique." *L'Homme et la Société*, n. 39-40, jan.-jun. 1976.

A importância dos salários na realização

Trata-se, aqui, de ver a importância dos salários para a realização do produto e a manutenção do equilíbrio do sistema.⁶²

Para maior clareza, retomemos rapidamente o problema central do equilíbrio intersetorial:

Supondo que a reprodução do capital se efetua em dois setores, setor I (bens de produção) e setor II (bens de consumo), a reprodução do capital exige que a produção de bens de produção seja suficiente para reconstituir os bens de produção utilizados durante o período nos dois setores. Dito de outra forma, no esquema global de reprodução setorial:

$$C_1 + V_1 + S_1 = M_1$$

$$C_2 + V_2 + S_2 = M_2$$

$$C + V + S = M$$

É necessário que a produção dos bens de produção M_1 seja igual ao valor de bens de produção consumidos no produto M_1 obtido, seja C_1 , bens de produção consumidos no setor I, e C_2 , bens de produção consumidos no setor II:

$$C_1 + C_2 = M_1$$

Se M_1 , produção de bens de produção, é inferior ao consumo destes bens ao longo do mesmo período, estamos evidentemente em presença de uma descapitalização do aparelho produtivo. A igualdade conduz-nos a uma situação de reprodução simples, enquanto, se a produção de bens de produção é superior à quantidade utilizada destes bens durante o período e incorporados no produto M obtido, estas máquinas (C_2) podem ser utilizadas para aumentar o parque de máquinas, e permitirão obter um produto maior ao longo do período seguinte. Tratar-se-á de reprodução alargada.

⁶² Afastamos aqui, *a priori*, as teses do subconsumo global, cuja refutação já não é necessário fazer.

Não há mistérios quanto ao mecanismo desta expansão do capital produtivo. O acréscimo do peso relativo do setor I resulta concretamente de um fluxo de fatores para este setor. Ou, dito de outro modo, trabalhadores, matérias-primas e máquinas, que teriam sido orientados para a produção de bens de consumo, são orientados para a produção de máquinas. Em termos relativos haverá, portanto, uma menor expansão da produção de bens de consumo, durante o período seguinte, e uma expansão mais forte da produção de bens de produção.

Ora, a nova força de trabalho — seja a força de trabalho que resulta do acréscimo natural, seja a que resulta da importação de mão-de-obra — empregada na produção destes bens de produção, receberá salários que destinará à compra de bens de consumo. Haverá, portanto, uma pressão sobre o mercado de bens de consumo, porque os rendimentos afetos a este tipo de procura terão aumentado em função da expansão do aparelho produtivo, enquanto a produção de bens de consumo não acompanha esta expansão, visto que os novos fatores de produção foram afetados à produção de bens de produção, que incidem sobre o consumo produtivo dos capitalistas e não dos trabalhadores.

O aumento do fluxo de renda dos trabalhadores, paralelamente ao não aumento (ou aumento menos do que proporcional) da oferta de bens de consumo, conduz à inflação. Os preços sobem, isto é, o valor monetário do capital mercadoria, de que dispõem os capitalistas, sobe, enquanto o valor monetário do salário se mantém estável. Deste modo, os capitalistas dispõem agora de um aparelho produtivo maior, seu capital-mercadoria tem um valor monetário mais elevado, enquanto os trabalhadores dispõem apenas de um salário real que corresponde à produção de bens de consumo do período.

Através deste mecanismo de poupança forçada, e existem evidentemente outros, a economia reencontra o equilíbrio entre a repartição setorial do produto e a repartição setorial da renda (classe dos trabalhadores e classe dos capitalistas).

O problema é, portanto, o da correspondência necessária entre a renda dos capitalistas e o valor da produção do setor I, por um lado, e entre a renda dos assalariados e o valor da produção do setor II, por outro lado.

Uma vez assegurado este equilíbrio, não há nenhuma razão para o subconsumo global. E, em caso de desequilíbrio, trata-se de um subconsumo setorial, compensado por uma sobreprodução do outro setor.

No entanto, aparecem aqui dois fatos que constituirão nosso ponto de partida:

Em primeiro lugar, não é indiferente para o funcionamento, já não teórico mas real, do modo de produção capitalista, saber se o equilíbrio se realiza com um setor II amplo e um setor I reduzido, ou inversamente.

Em segundo lugar, é importante compreender como se insere nesta problemática "a dois" (capitalistas e trabalhadores) a economia periférica. Vejamos o primeiro problema (3.1 e 3.2); veremos o segundo na parte seguinte (4).

3.1. Composição orgânica do capital e escala de produção

Na parte intitulada "Elevação da composição orgânica do capital",⁶³ Emmanuel chega à conclusão de que o aumento da composição orgânica do capital não exige o aumento da produção. Notemos que Emmanuel tem o cuidado de sublinhar que se refere à possibilidade *teórica* da elevação de um sem o outro, e o raciocínio, neste caso, é simples: na medida em que, com efeito, o fator trabalho e o fator capital são substituíveis, pode haver modificação da intensidade relativa dos dois fatores sem haver aumento da produção. Atinge-se simplesmente a mesma produção com uma modificação da composição capital variável/capital constante no custo unitário do produto.

"Lênin interpreta corretamente o pensamento de Marx, como ele, e muito mais do que ele (na medida em que Marx apenas tratou esta questão como uma fonte de desequilíbrio entre várias outras, enquanto Lênin constrói sobre esta, excluindo qualquer outra, uma verdadeira teoria das crises), despreza uma coisa: a elevação da composição orgânica do capital não conduz necessariamente a mais produto por unidade de capital, mas a mais produto por unidade de trabalho. Isto significa que nada impede, pelo menos teoricamente, que, na sequência do progresso técnico e do aumento da composição orgânica, se utilize, num ramo ou num setor, mais capital constante do que anteriormente para produzir menos produto do que anteriormente."⁶⁴

Até aqui estamos de acordo, e não há aqui nada de novo, sendo as curvas de equivalência do produto com diversas composições de fatores conhecidas. No entanto, Emmanuel permanece ambíguo, porque o limite entre o teoricamente possível e o historicamente

⁶³ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 145

⁶⁴ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 145-6.

constatado tende a apagar-se, e constatamos a ausência de clareza no que respeita à relação entre os diversos setores. Vejamos, por exemplo, a passagem seguinte, em que a extensão da produção ligada à composição orgânica do capital já não aparece, de modo nenhum, como teórica:

"É certo que as trocas entre produtores do setor I não podem seguir indefinidamente em circuito fechado. Devem, 'ao fim e ao cabo' (Lênin) desembocar no setor II, e aí deverão jogar na 'base estreita' (Marx e Lênin) de um consumo improdutivo que não acompanha o ritmo da acumulação. Mas nada nos autoriza, por esta razão, a dizer que este jogo está objetivamente bloqueado a este ponto. Novos altos-fornos produzirão mais aço, a partir do qual se fabricarão novas máquinas-ferramentas, com as quais se produzirão teares aperfeiçoados. Então utilizar-se-ão, sem dúvida, estes teares para produzir tecidos. Mas é falso afirmar que com estes novos teares se produzirá *necessariamente* mais tecido do que antes. Poder-se-á, muito simplesmente, produzir a mesma quantidade de tecido com um número de operários reduzido mais do que proporcionalmente à redução do tecido.

O que é necessário, com uma nova técnica, utilizando relativamente mais capital constante do que a antiga, é o aumento de produção por unidade de trabalho (*output labor ratio*), sem o que a nova técnica não é válida em nenhum ponto de vista e independentemente das relações sociais de produção. O aumento do produto por unidade de capital (*output capital ratio*), embora possível em certas circunstâncias, não é necessário. Antes pelo contrário, *a experiência mostra-nos* (sublinhado, L. D.) que a regra geral é a queda contínua desta última relação.⁶⁵

Aqui já não se trata de "teoricamente" mas de "a experiência mostra-nos...", e é lamentável que não encontremos dados comprovantes.

Isto permite a Emmanuel criticar S. Amin: "Mostrar, como o faz Samir Amin, que sem estes aumentos (de salários) os países industriais não teriam podido continuar seu crescimento e não teriam podido ultrapassar suas contradições, não prova que estes aumentos tenham surgido automaticamente da lógica interna do sistema. Esta lógica contém igual-) mente o fim da carreira do sistema e, neste quadro, este último poderia, sem

⁶⁵ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 146. Notemos que o autor passa ao conceito "*capital-output ratio*"; ora, trata-se aqui de *output* por unidade de trabalho, e não apenas de capital, como Emmanuel refere alguns parágrafos acima.

dúvida, ter igualmente desaparecido".⁶⁶

Ora, o fato de que o sistema "poderia, sem dúvida, ter desaparecido" tem interesse limitado, e se acompanhasse perfeitamente Emmanuel quando isola o modelo puro, teórico, para facilitar o estudo, acompanhamo-lo menos quando passa diretamente do modelo à realidade.

Pode haver um aumento da produção por unidade de trabalho e redução da produção por unidade de capital, visto que nos mantemos no caso supracitado de uma modificação da composição de fatores sem aumento da produção: se utilizarmos menos trabalho e mais capital para uma produção constante, é evidente que o raciocínio é verdadeiro. No entanto, o essencial é que, historicamente, a elevação da composição orgânica do capital é efetuada através da extensão global da utilização dos fatores, só a proporção destes nos novos investimentos têm tendência para se deslocar em benefício do capital constante. E esta extensão na utilização dos fatores conduz necessariamente ao aumento da produção. Com efeito, se no caso de plena utilização do fator trabalho só pode haver crescimento intensivo, por aumento do capital constante para uma mão-de-obra que só acompanha seu crescimento natural, o acréscimo de produção é necessário na exata medida em que há uma elevação global dos *inputs*.

Por outro lado, Emmanuel despreza um fator essencial: os custos constantes podem ser redistribuídos em relação a uma produção aumentada, e quanto mais importantes são estes custos, mais importante se torna produzir em massa para reduzir os custos unitários de produção, logo para poder conquistar novos mercados, o que torna possível uma extensão da produção, logo, mais uma vez, a redução dos custos unitários e capacidade de financiar novos investimentos, etc, numa característica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e cujo mecanismo está amplamente demonstrado em Marx.

Este problema pode ser retomado por outro raciocínio: Emmanuel afirma que não pode haver elevação da composição orgânica do capital sem aumento da exploração do trabalhador:

"(...) existe uma correspondência necessária entre a composição orgânica dos capitais, por um lado, e a relação entre trabalho necessário e sobretrabalho, por outro, na medida em que é o sobretrabalho que fornece os meios de elevação da composição orgânica pela

⁶⁶ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 350.

capitalização dos lucros."⁶⁷

Ora, o aumento do sobretrabalho e sua transformação em capital (elevação da composição orgânica do capital) significam uma elevação global do valor dos fatores de produção — a menos que se produza paralelamente uma redução da força de trabalho — elevação paga justamente pelo não-aumento do produto necessário. Se esta elevação não se traduzir por um aumento da produção, muito simplesmente não se produzirá (ou então trata-se de sobretrabalho destinado ao consumo improdutivo do capitalista).⁶⁸

Deste modo, qualquer que seja o ponto de partida do raciocínio, concluímos que o aumento do valor do aparelho produtivo, paralelamente com uma redução da utilização de mão-de-obra, para assegurar uma produção que não se eleva, é uma situação que a "experiência" não "mostra". Não podemos, sem dúvida, negar a lógica do raciocínio de Emmanuel em termos de mecanismo teórico, válido para qualquer modo de produção:

"Uma escavadora mecânica é talvez igual, em valor, a dez mil picaretas. Isto não significa que um operário, manejando esta escavadora, desloque tanta ou mais terra do que dez mil homens manejando, cada um, uma picareta."

No entanto, do ponto de vista do desenvolvimento real da produção capitalista, a escavadora custa muito mais do que as picaretas que substitui, o valor global do investimento aumenta, e o capitalista não investirá se a escavadora não puder ser utilizada, por exemplo, por ausência de mercado, para deslocar mais terra do que anteriormente.

Por outro lado, quando o capitalista dispunha de dez mil picaretas e de dez mil operários, qualquer redução na produção se traduzia, para ele, na colocação no desemprego de um contingente de operários proporcional à redução da procura dos serviços no mercado. Constituindo o gasto salarial o essencial dos seus custos, o capital constante não utilizado (picaretas no desemprego) não constituía, para o capitalista, uma fonte de aumento muito importante do custo do metro cúbico de terra deslocada. Em contrapartida, com a escavadora, sendo fixa a quase totalidade dos custos, os custos de produção do

⁶⁷ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 107

⁶⁸ Está certo dizer que existe "correspondência necessária entre a composição orgânica dos capitais, por um lado, e a relação entre trabalho necessário e sobretrabalho, por outro", sem precisar que a composição orgânica do capital, ao nível de empresa, é já o resultado do peso relativo do setor I e do setor II? Com efeito; na medida em que há reserva da força de trabalho, pode tratar-se simplesmente da extensão de investimentos no setor I (sem modificar a composição orgânica deste setor), que reforça o peso do setor I em relação ao setor II sem modificar, por esta razão, a composição orgânica do capital em nenhum dos dois setores.

capitalista são modificados de forma muito reduzida se, em vez de deslocar 10000 m, deslocar 100 m de terra, mas o custo unitário é tão consideravelmente elevado no mercado no segundo caso, que o capitalista em questão só pode produzir com prejuízos muito importantes. Na medida em que os custos fixos dominam, terá de tentar ultrapassar seus concorrentes, garantindo o pleno emprego do seu equipamento, reduzindo, desta forma, o custo unitário do seu produto, e é evidente que o essencial será assegurar uma produção sustentada e de massa.

A elevação da composição orgânica do capital implica, portanto, historicamente, a elevação do nível da produção.

Dito isto, o aumento da produção coloca, por sua vez, uma contradição fundamental: por um lado, o aumento da produção resulta, como observamos, de uma menor progressão do consumo operário; por outro lado, o aumento da produção exige um mercado crescente.

Do ponto de vista conjuntural, esta dupla exigência resulta numa instabilidade fundamental do modo de produção capitalista, no qual a poupança do trabalhador (por exemplo, taxa de exploração elevada) aumenta as capacidades de investimento do capitalista, mas restringe simultaneamente, e na mesma medida, sua incitação ao investimento, na medida em que esta poupança reduz o nível do consumo final. Deste modo, os mecanismos que aumentam a capacidade de investir reduzem simultaneamente a incitação para investir.⁶⁹

O problema da escala de produção — a elevação da composição orgânica do capital implica um aumento de produção — coloca, portanto, um problema duplo: o de assegurar, por um lado, uma taxa de exploração suficiente para assegurar o financiamento da acumulação e, por outro, o mercado para a produção crescente obtida desta forma.

"Paradoxo" teoricamente válido em Emmanuel, "carrossel" em Rosa Luxemburgo, "carrossel" em Samir Amin, trata-se simplesmente da contradição entre "a elevação da composição orgânica do capital e a estagnação do consumo final".⁷⁰

⁶⁹ O sistema "só pode investir em função crescente do consumo final, logo — cúmulo do paradoxo — em função decrescente da poupança. A um dado nível de emprego, isso constitui uma impossibilidade aritmética. Reflete a contradição entre a incitação para investir, que é diretamente proporcional ao consumo, e os bens materiais deste investimento, que são inversamente proporcionais a este mesmo consumo". (A. Emmanuel. *Le Profit...*, *op. cit.*, p. 383.)

⁷⁰ A. Emmanuel. *Le Profit...*, *op. cit.*, p. 359, nota. Ver igualmente p. 56 e 146.

3.2. Escala de produção e consumo final

Não existe, *a priori*, nenhuma lei escrita que determine o peso relativo do setor I e do setor II. Pode-se perfeitamente imaginar a longo prazo os trabalhadores com salários ao nível do mínimo vital absoluto, paralelamente ao desenvolvimento da produção, se a produção é ela própria constituída por bens de produção e produtos de consumo de luxo, entrando, portanto, no consumo da classe capitalista, e se a produção do setor II (bens de consumo popular) corresponde à renda distribuída aos operários.

No entanto, este sistema é historicamente viável numa economia socialista, onde o plano substitui, em grande parte, o mercado, e nas economias periféricas, em que a própria relação com o centro permite reconstituir mecanismos de controle extra-econômicos. É-o muito menos numa economia capitalista dominante.

Tomemos esta última como quadro de análise, é evidente que, no fim de contas, a produção de bens de produção ou de bens de produção destinados à produção de bens de produção deve desembocar numa produção de bens de consumo final. Estando o consumo capitalista de luxo limitado pelo próprio peso desta classe, a produção do setor II pode oscilar entre dois extremos: por um lado, uma produção que não assegura a reprodução da força de trabalho, com uma taxa de exploração elevada a ponto de não poder assegurar ao operário o mínimo vital absoluto; por outro lado, uma redistribuição da renda aos trabalhadores, que reduz a taxa de capitalização a ponto de já não poder assegurar a expansão do sistema.

No interior destes limites que bloqueiam o sistema, trata-se de um equilíbrio instável, isto é, da procura de um sistema de oscilações que assegure simultaneamente a acumulação capitalista e a realização do produto. No entanto, é importante relembrar que não é indiferente, para a reprodução do capitalismo dominante, assegurar esta reprodução numa "base estreita", ou numa "base ampla", no que se refere ao consumo individual final.

A passagem do modo de produção pré-capitalista ao modo de produção capitalista liberta aparentemente o produtor da preocupação direta com o valor de uso do seu produto. Desta forma, o modo de produção capitalista caracteriza-se por uma ultrapassagem do ciclo $M—A—M$, no qual a moeda é um simples intermediário que torna possível a troca de dois produtos (e não de mercadorias) e no qual o proprietário de um produto recorre à troca com vista à obtenção de outro produto pelo seu valor de uso, para

chegar ao ciclo A—M—A, no qual o produto, agora mercadoria, não é mais do que um intermediário cuja função é obter dinheiro, logo novos valores de troca.

Ora, o que é perigoso e tende a falsear a análise, é o raciocínio dicotômico no qual o ciclo M—A—M aparece abandonado — agora trata-se de A—M—A, b que tende a obscurecer, na análise do modo de produção capitalista, a relação extremamente estreita entre "mercadoria" (valor de troca) e produto (valor de uso).

Será justamente necessário retomar a análise da nova forma de inserção do valor de uso no processo de reprodução do valor de troca.

Esta dupla aproximação é essencial para a análise marxista do capital, e reproduzimos aqui, considerando a importância do problema para a compreensão do raciocínio ulterior, a esquematização de J. Nagels:⁷¹

"Marx sempre defendeu uma concepção bipolar da economia política. Na sua análise da mercadoria, a mais conhecida porque se encontra precisamente no princípio de *O Capital*, ele põe em evidência as duas facetas: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso é o suporte de qualquer valor de troca. Para aumentar o valor, o produto deve ser afetado no seu valor de uso. Qualquer marxista o sabe. Mas a teoria mantém-se desequilibrada se não reparamos que toda a análise de Marx continua a ser conduzida a partir destes dois polos contraditórios. Vejamos, em primeiro lugar, sua linguagem. Ele fala de meios de produção (valor de uso) e de capital constante (valor de troca), dos meios de trabalho (valor de uso) e de capital fixo (valor de troca), das matérias e auxiliares (valor de uso) e do capital circulante (valor de troca), do valor de uso da força de trabalho, que é sua capacidade de fazer este ou aquele trabalho, e do valor de troca da força de trabalho, em volta do qual oscila o seu preço — o salário, por exemplo. Esta linguagem é importante, visto que veicula conceitos. Vejamos mais além. Todo o processo de produção é visto sob dois aspectos: a ótica 'processo de trabalho' (valor de uso) e a ótica 'valorização do capital' (valor de troca). Ao primeiro polo está ligado o sobretrabalho, do qual resulta o sobreproduto (valor de uso); ao segundo a mais-valia (valor de troca). E se é difícil aprender a concepção dualista da produção, ainda o é mais no caso da distribuição da mercadoria. Marx opõe a realização do valor de uso — dar ao produto uma forma tal que ele possa ser

⁷¹ J. Nagels. *Trabalho colectivo e trabalho produtivo ha evolução do pensamento marxista*. Lisboa, Prelo, 1975. p.20.

consumido — à realização do valor de troca, que só visa à metamorfose do capital mercadoria em capital monetário. (...) O critério de valor de uso, e só ele, serve para cindir o conjunto da produção em dois setores, o dos meios de produção e o dos bens de consumo. O que equivale a afirmar que todo o mecanismo dos esquemas de reprodução, que assenta justamente nesta classificação das mercadorias é inconcebível se não nos referimos ao valor de uso."

Assim, o valor de uso é um elemento essencial da análise dos fenômenos econômicos em Marx, embora afastado com excessiva frequência.

Desta forma, quando, por exemplo, Sweezy cita Marx, numa passagem isolada:

"O valor de uso como tal está fora da esfera de investigação da Economia Política",⁷² seria útil retomar a citação por inteiro:

"Ser valor de uso é, parece, uma condição necessária para a mercadoria, enquanto para o valor de uso parece indiferente ser mercadoria. Neste estado de indiferença frente a qualquer determinação econômica formal, o valor de uso como tal está fora do domínio da investigação da Economia Política. Só aí entra quando ela própria serve de determinação formal. No imediato, é a base material pela qual se manifesta uma relação econômica determinada, o valor de troca."

O valor de uso é posto fora da investigação da economia política num ângulo bem determinado e constitui, por outro lado, "a base material pela qual se manifesta uma relação econômica determinada", o valor de troca.⁷³

Ora, o que constatamos justamente em Emmanuel é este desequilíbrio entre valor de uso e valor de troca, que tende a falsear a análise. Ora vejamos:

"Tal nos parece ser a posição de Marx. Não é o simples fato de intercalar na troca — produto contra produto — um termo intermediário: produto contra dinheiro contra produto, nem este simples alargamento da operação no tempo e no espaço que a intervenção deste termo torna possível, que constitui a verdadeira ruptura e o verdadeiro salto qualitativo. O que os constitui é a inversão da sequência e sua transformação em dinheiro contra produto contra dinheiro. Esta é o contrário da anterior e sua negação.

O dinheiro torna-se o princípio e o fim do ciclo. Ao assumir esta posição, o dinheiro

⁷² Paul M. Sweezy. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 54.

⁷³ K. Marx. *Critique de L'économie politique*. Paris, Pléiade, v. I, p. 278

nega a troca. Mas, ao negar a troca, nega igualmente o produto e transforma-o em mercadoria. E é apenas então que o produto se torna mercadoria em toda a plenitude do termo. No entanto, esta transformação faz-se imediatamente, isto é, através do mesmo salto qualitativo, de forma que a sequência: dinheiro contra produto contra dinheiro, que descrevemos anteriormente, não existe na realidade — e passamos sem transição de produto contra dinheiro contra produto a dinheiro contra mercadoria contra dinheiro.

Com efeito, é tão impossível ter um produto como termo intermediário como ter uma mercadoria como polo do ciclo. O próprio conceito de mercadoria implica a finalidade da venda, e situa a mercadoria como forma transitória do capital.⁷⁴

Ora, dizer que "o dinheiro se torna o princípio e o fim do ciclo" constitui, evidentemente, uma simplificação. Este raciocínio leva Emmanuel a uma anedota significativa: cem caixas de sardinhas passam de comerciante em comerciante de acordo com a variação dos preços, até o dia em que, após vários meses, chegam ao destinatário, o ministério do abastecimento, evidentemente estragadas. Perante o protesto dos funcionários que constataam que as sardinhas estão impróprias para consumo, o comerciante se espanta: mas isto não é para comer... vende-se, compra-se, vende-se, compra-se...

Esta ruptura da unidade valor de uso—valor de troca ou de produto-mercadoria conduz, na realidade, a uma incompreensão perigosa da reprodução do capital. Se está certo afirmar que "o valor de uso não decorre da relação social",⁷⁵ não é menos verdade que do valor de uso decorre a relação social e que, por conseguinte, o valor de uso não pode ser posto de lado na análise econômica.

Ora, tomar em consideração as implicações sociais do valor de uso pode ser interessante. Com efeito, o processo de produção é uno e não se pode reduzir o ciclo A—M—A a não ser do ponto de vista do capitalista.

Deste modo, o complemento necessário deste ponto de vista do capitalista, que não vê, efetivamente, e como capitalista, mais do que o valor de troca que a mercadoria lhe pode

⁷⁴ A. Emmanuel. *Le Profit...*, *op. cit.*, p. 36-7. Observamos que é compreensível que Emmanuel, cujo objetivo é, aqui, fazer ressaltar a importância do fenômeno que entende demonstrar, isto é, "a desigualdade estrutural entre a produção e o poder de compra", que conduz à "necessidade ou à possibilidade da sobreprodução geral" (p. 54), seja tentado a reduzir a importância da relação dos dois setores (I e II) para o funcionamento equilibrado do sistema. Não abordaremos aqui a teoria central exposta, que escapa ao nosso tema.

⁷⁵ P.M. Sweezy. *Teoria...*, *op. cit.*, p. 54.

proporcionar, é que esta mercadoria (valor de troca) constitui simultaneamente um produto (valor de uso) para outros, pois do contrário não teria sido simplesmente produzida.

Este duplo caráter, que Nagels sublinha com razão, encontra-se mesmo no centro da lógica do capital. Significa que o ciclo $M—A—M$ (produto-dinheiro-produto) não é apenas "substituído" pelo ciclo $A—M—A$ (dinheiro-mercadoria-dinheiro), mas que existe deslocação destes dois elementos na medida em que existe diferenciação das classes, em que o capitalismo cria o proletariado como elemento complementar necessário.

Se $D—M—D$ não for estimulado, ou não responder às necessidades concretas dos consumidores, se, portanto, na base da "mercadoria" não houver "produto", não haverá sequer processo de produção. Neste sentido, é necessário constatar que, no quadro do modo de produção capitalista, e na medida em que este se apoia na iniciativa individual do capitalista, o produto só se torna fonte de dinheiro, ou ainda mercadoria, na medida em que é suscetível de retomar a forma de produto.⁷⁶

A dupla existência da mercadoria-produto relaciona-se, por conseguinte, com a estrutura das classes. Com efeito se, teoricamente, a mercadoria produzida constitui um valor de uso, este valor de uso é diferente consoante a função do consumidor no processo de reprodução do capital.

A divisão da produção em dois setores (setor I — bens de produção, e setor II — bens de consumo) não é, neste sentido, apenas uma divisão técnica (os bens do setor I permitem a produção de bens do setor II), mas também uma divisão em termos de "distância" mercadoria-produto, isto é, de nível no processo de valorização do capital em relação ao suporte que constitui o valor de uso.

Deste modo, podemos dizer que a máquina constitui um bem de uso para o capitalista produtor de bens de consumo — vai utilizá-la para produzir bens de consumo — enquanto, para o capitalista que a produziu, constituía um capital-mercadoria, ou seja, um valor de troca. No entanto, trata-se de um valor de uso mediato, porque mediatizado pelo valor de troca que pode reconstituir. É apenas na medida em que esta máquina vai produzir, numa última fase, produtos, valores de uso em termos de consumo individual final, que se pode falar do seu valor de uso. Apenas tem valor de uso (para o capitalista) como produtora de

⁷⁶ Veremos mais adiante que a forma particular de acumulação capitalista do modo de produção capitalista dependente permite à periferia escapar, em grande parte, a este mecanismo, na medida exata em que o "centro se encarrega" de certas fases da reprodução do capital da periferia.

valores de troca e, neste sentido, a inversão $M—A—M$, tornando-se $A—M—A$, 6 correta.

Mas não se trata, e isto é essencial, de uma negação do ciclo $M—A—M$, tal como o coloca Emmanuel. Pondo de lado a filosofia, as cem caixas de sardinha "vendem-se, compram-se, vendem-se..." porque respondem a uma necessidade concreta, a *da. fome* sentida por homens concretos.

O ciclo $A—M—A$, sobre o qual se fixa o capitalista é, portanto, suportado pelo ciclo $M—A—M$, que constitui a realidade do trabalhador, que vende sua força de trabalho (M), não como intermediário do ciclo $A—M—A$, mas como possibilidade de adquirir dinheiro, neste caso simples intermediário que permite a aquisição de produtos (M) de subsistência ($M—A—M$ = produto-dinheiro-produto).

Constatamos, a partir daqui, a fraqueza do raciocínio, aparentemente lógico e sem dúvida elegante, de Emmanuel:

"Com efeito, é igualmente tão impossível ter um produto como termo intermediário como ter uma mercadoria como polo do ciclo. O próprio conceito de mercadoria implica a finalidade de venda 8 coloca a mercadoria como forma transitória do capital."⁷⁷

A imagem só se mantém enquanto isolamos parcialmente o capital das suas Implicações sociais ou da sua dimensão social global. É evidente que, se as cem caixas de sardinhas estivessem deterioradas, não teriam constituído uma "mercadoria". E só se constituíram em mercadoria "pura", nas mãos do capitalista, na medida em que o trabalhador deixou de controlar seu produto — para vender ou consumir parcialmente, de acordo com suas opções individuais e se proletarizou, para ver apenas no seu produto B possibilidade de adquirir outros produtos. Desta forma, o abandono, pelo capitalismo nascente, do ciclo produto dinheiro-produto ($M—A—M$), pré-capitalista, faz-se na exata medida em que, através da expropriação dos meios de produção, houve apropriação do ciclo capitalista por uma só classe. O ciclo $A—M—A$ só se tornou negação do ciclo — $M—A—M$ na medida em que este se deslocou inteiramente para outra classe.

O problema não é acadêmico. É essencial na própria medida em que o capitalista individual, no quadro do MPC, só pode produzir se sua produção constitui uma fonte de

⁷⁷ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 37. Cf. supra.

valor de troca, e este valor de troca só poderá existir na medida em que, no fim do ciclo técnico de um produto, houver valor de uso sob a forma de consumo individual, em particular do trabalhador, na medida em que a massa esmagadora da procura de bens de consumo individual final vem dos trabalhadores.

Por outro lado, a monopolização do ciclo $A—M—A$ por uma classe, assenta no ato fundamental que está na base do modo de produção capitalista, a expropriação dos bens de produção e sua monopolização pelo capitalista. Logo, o trabalhador não tem outra opção que não seja a de se vender como mercadoria e, por conseguinte, deixar de produzir mercadorias, para se limitar ao ciclo $M—A—M$ (força de trabalho contra dinheiro contra bens de consumo).

No entanto, na medida em que, no quadro do capitalismo dominante, as condicionantes extra-econômicas são reduzidas, o valor de uso assume importância, tanto do ponto de vista do trabalhador que vai oferecer sua força de trabalho, como do ponto de vista do capitalista, que deve assegurar a realização da sua mercadoria.

Vejamos estas condicionantes do capitalista de mais perto.

Na medida em que, na base do ciclo $A—M—A$, temos o ciclo $M—A—M$, no qual a cada mercadoria deve corresponder um produto (valor de uso), nenhum capitalista irá comprar máquinas para produzir bens de consumo, se as máquinas compradas não produzirem bens que constituam valores de uso; por seu lado, o produtor de teares, por exemplo, só estimulará a produção de aço na medida em que a procura a jusante o exigir.

Se está perfeitamente certo que, do ponto de vista técnico, nada impede que o "desvio" da produção, e portanto o peso do setor produtor de bens de produção, tome proporções absolutamente esmagadoras em relação ao setor II, é igualmente verdade que nenhum capitalista individual se orientará conscientemente para investimentos no setor I sem se ter assegurado previamente de que poderá escoar sua mercadoria.

E ao subirmos do bem de consumo individual final para os bens intermédios e para os bens produtores de bens de produção, no sentido de uma distância crescente entre o valor de uso final e o valor de troca, constatamos que nenhum produtor a montante produzirá, se não estiver estimulado pelo mercado a jusante, e todo o edifício assenta, no seu equilíbrio conjuntural, na constância dos impulsos provenientes do consumo individual final, dando a este setor (setor II) uma importância central no equilíbrio da reprodução do

capital no MPC. Deste modo, quanto maior for a distância entre valor de troca e valor de uso final, isto é, ao fim e ao cabo, quanto mais pesado for o setor dos bens de produção, assim como o de bens de produção para produzir bens de produção, em relação ao setor produtor de bens de consumo final, mais a economia funcionará na "base estreita" a que se refere Lênin, e mais frágil será em termos de equilíbrio.

É, a partir de então, essencial (pondo de lado os modelos teóricos) para a acumulação capitalista manter um setor II importante. Quando Emmanuel afirma que "a venda aparece claramente, não só como um ato independente, mas como um fim em si, um coroamento e uma razão de ser de toda a atividade econômica", raciocina, evidentemente, ao nível do ponto de vista capitalista. É ao procurarmos o outro polo, o do trabalhador, que encontraremos a importância da realização ao nível do setor II para o equilíbrio do sistema.

É neste sentido, e na medida em que a DIT corresponde à troca de bens que se situam a níveis diferentes da relação mercadoria-produto, que a DIT pode ter um papel fundamental na manutenção do processo de produção do centro e da periferia.

Trata-se, aqui, de uma característica do modo de produção capitalista. É evidente, e Emmanuel faz ressaltá-lo corretamente, que, no quadro do modo de produção socialista, as coisas são sensivelmente diferentes. As decisões econômicas estão centralizadas e as motivações da produção podem ser constituídas por ordens administrativas vindas de cima, em vez de estímulos na base provenientes do mercado. Logo, na medida em que as diferentes condicionantes técnicas das relações interindustriais forem satisfeitas, o sistema poderá colocar-se, durante um tempo relativamente mais longo, ao abrigo dos efeitos negativos que provocou o "divórcio" entre a produção e as necessidades do consumo individual final.

No entanto, ainda neste ponto, e por razões diferentes, o sistema apresenta limites: vimos nos países de Leste que, a partir de uma certa fase muito adiantada de desenvolvimento do setor de bens de produção, a ausência de "controle" da sua eficácia real pela produção para o consumo individual final tende a facilitar as deformações, as sobreacumulações setoriais e a ineficácia global da economia. A passagem a uma economia "do consumidor", onde havia uma economia essencialmente "de produtor" há alguns anos, está certamente ligada a esta maturidade atingida pelo setor de bens de produção, nos países socialistas, numa altura em que o setor de bens de consumo dava os primeiros

passos.

Que se passa com a periferia? Por um lado, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos encontra-se bloqueado na medida em que a "base" é precisamente demasiado estreita para estimular um capitalismo nacional voltado para o mercado popular, e utilizando uma tecnologia que exige, de início, a produção de massa. Em contrapartida nada impede, na medida em que existe controle extra-econômico para "fixar" o trabalhador sobreexplorado, que se assegure a reprodução do capital e a harmonia do binário acumulação-realização numa economia extrovertida, em que a produção é realizada pela exportação, no quadro da divisão internacional do trabalho.

Salários e realização na divisão internacional do trabalho

Vimos sucessivamente a necessidade de, para vermos de forma mais clara o desenvolvimento do subdesenvolvimento e a polarização mundial, alargar o estudo do imperialismo (na concepção clássica) e analisar a economia capitalista mundial; seguidamente, constatamos a debilidade das análises relativas aos mecanismos de fixação dos salários a esse nível; finalmente, consideramos a importância dos salários no processo de reprodução do capital. Podemos agora retomar o problema do salário no quadro da DIT.

4.1. A contribuição dinamizadora do comércio externo em A. Emmanuel

Tanto em *L'Échange inégal* como em *Le Profit et les crises*, A. Emmanuel toma como ponto de partida o paradoxo curioso que faz com que certas nações façam tudo para manterem suas balanças comerciais excedentárias, o que significa simplesmente manter uma "oferta" de bens a outro país.

"Vender sem comprar foi sempre considerado uma vitória, comprar sem vender, uma derrota, enquanto a lógica mais elementar mostra que, pelo menos no plano internacional, a primeira situação significa, de fato, dar sem receber e a segunda, receber sem dar."⁷⁸

Emmanuel resolve a questão, aliás corretamente, em termos de conjuntura econômica e de situação de subutilização de fatores de produção:

"Um excedente permanente da balança externa, supondo que possa ser assegurado, constitui, sem dúvida, uma perda de substância da economia nacional. Mas se, por este meio, se conseguir desbloquear o mecanismo da reprodução internamente e, por conseguinte, aumentar a atividade e empregar fatores que, de outra forma, se manteriam

⁷⁸ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 15.

inutilizados, "acordar, no país, forças produtivas adormecidas e ociosas", segundo a formulação de List, então esta perda pode muito bem ser compreendida por um ganho mais importante em termos de volume total do produto externo. (...) É o caso quando não só a produção desta mercadoria depende do seu escoamento mas também seu escoamento é suscetível de reanimar o escoamento, e daí a produção de outras mercadorias como fatores sobreabundantes e ociosos."⁷⁹

O mecanismo que permite esta ação conjuntural em situação de subutilização dos fatores é o seguinte:

"Existe defasamento no tempo entre a entrada de dinheiro em circulação e o aumento dos preços, outro defasamento entre o aumento dos preços das mercadorias e o aumento do preço da força de trabalho. Finalmente, embora a moeda seja completamente nominal, há pelo menos um preço que não varia, o dos créditos anteriores e outro que só varia a distância, o dos impostos. Então o afluxo da moeda acorda a atividade *antes* de as forças opostas que gera iniciarem o movimento de reequilíbrio das contas externas. E quando chega esse momento, as condições já existem para que, na base da atividade anterior aumentada, se faça um novo esforço de exportação e se atinja um novo excedente."⁸⁰

Esta ação dinamizadora do comércio externo é, portanto, observada sob um ângulo próximo da política econômica keynesiana, como elemento estimulador da conjuntura econômica. Não é, portanto, o mercado externo em si que age, mas uma série de defasamentos que fazem com que a economia, numa situação privilegiada, possa daí retirar vantagens, jogando no tempo que as diferentes etapas da troca consomem. A implicação *a contrario* é que, no caso de um equilíbrio imediato, a ação positiva será nula!

"(...) no comércio externo, se, depois da tomada de contato com um mercado novo, os vendedores estrangeiros chegam ao nosso país para vender sua mercadoria no mesmo montante em que nossos próprios caixeiros viajantes chegam ao país deles para colocar a nossa, ou se, em qualquer caso, justificadamente ou não, as reações negativas dos nossos ramos, que são suscetíveis de sofrer a concorrência das mercadorias importadas, forem tão rápidas e tão fortes como as reações positivas dos nossos ramos exportadores, umas anularão as outras, e nenhuma

⁷⁹ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 23

⁸⁰ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 26

melhoria geral da nossa conjuntura poderá ser esperada."⁸¹

No caso de trocas rápidas e equilibradas, não existe, portanto, o efeito positivo sobre a economia. Mas, aspecto essencial, a própria composição da balança externa não é encarada. Permanecemos, portanto, no essencial, ao nível da troca de equivalentes. E a crítica que Emmanuel faz ao raciocínio de Lenin sobre o problema dos mercados externos refere-se, justamente, ao fato de o mercado externo *poder* ter um efeito importante sobre a realização do produto a partir dos defasamentos citados:

"Estas mercadorias, vendem-nas, diz Lênin, logo recebem um equivalente." Sim, mas é preciso ver qual. "Exportam certos produtos, logo importam outros." Não necessariamente. O equivalente não são necessariamente outros produtos ou serviços. Podem ser títulos representando uma exportação de capital. Chega a acontecer que esses títulos sejam inteiramente fictícios. A necessidade de vender para aliviar o mercado interno é tal, que os Estados não deixam de os aceitar por essa razão. Coisa impensável para Lênin foi, no entanto, o que os Estados balcânicos fizeram antes da última guerra, é igualmente o que fizeram a Alemanha e o Japão hoje em dia. A questão do mercado externo não é indiferente ao problema da realização, como sustenta Lênin aqui."⁸²

Ficamos, portanto, ao nível da equivalência das importações e das exportações, permitindo os defasamentos entre as diferentes fases e os diferentes valores comerciais, uma ação sobre a conjuntura no caso, naturalmente, de uma economia em situação de subutilização de fatores.

Não encontramos neste raciocínio nem o problema da relação entre o comércio externo e o nível de salários, nem, por conseguinte, a relação entre a divisão internacional do trabalho e a reprodução diferenciada das relações de produção ao nível mundial. Permanecemos, portanto, na superfície do problema no que respeita às suas manifestações fundamentais.

4.2. *A realização e a divisão internacional do trabalho em Palloix*

O problema é tratado em Palloix nos capítulos 5 e 6 da parte "Função esperada das relações de produção internacionais nas formações sociais capitalistas avançadas no estado concorrencial". O capítulo 5 trata da questão em Karl Marx (I) e, em seguida, em Lênin

⁸¹ A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 350

⁸² A. Emmanuel. *Le Profit...*, op. cit., p. 22.

(II). O capítulo 6 consiste numa análise do "Papel do comércio externo na dinâmica do crescimento na Grã-Bretanha".⁸³

No essencial, trata-se de problemas não resolvidos. Com efeito, no que se refere à teoria da realização através dos mercados externos, Palloix limita-se a retomar a conhecida tese de Lênin, segundo a qual o mercado externo não tem "nada a ver" com a realização (p. 129), para tomar, em seguida, as suas distâncias em relação a Lênin, afirmando:

"Todavia, temos de apontar um erro teórico de Lênin — que tem sua importância — num momento preciso em que aborda o problema da realização, quando quer demonstrar pelo absurdo o caráter errôneo da teoria populista, partindo, para tal, do princípio da equivalência internacional dos valores produzidos e trocados."⁸⁴

O problema da não-equivalência das trocas está, portanto, posto, mas enquanto em Emmanuel se tratava de uma não-equivalência resultante do fator tempo (logo, ação sobre a conjuntura numa economia em situação de subutilização de fatores), Palloix considera aqui a não-equivalência em termos de efeitos estruturais da troca:

"Neste texto Lênin ignora, por um lado, o fenômeno da não-equivalência das trocas entre as nações ao nível de desenvolvimento diferente das forças produtivas e das relações de produção e, por outro lado, as desigualdades de desenvolvimento cumulativas que daí decorrem."⁸⁵

De fato, compreendendo a não-equivalência como próxima da "especialização desigual" em Samir Amin, Palloix privilegia a influência do mercado externo em termos de "deslocamento da afetação dos fatores de produção no sentido mais favorável para a nação mais desenvolvida" (p. 133). Palloix vai, aqui, no sentido preciso de Lênin, embora especificando que "o aprofundamento de uma tal questão é necessário, porque devemos investigar por que razão este deslocamento no MPC só se pode operar pelo comércio externo, qual o mecanismo deste deslocamento e sua natureza econômica".⁸⁶

Apoiando-se no estudo de Drane e Cole,⁸⁷ Palloix traça desde logo um esboço das deformações que esta especialização desigual induz. O efeito é, evidentemente, positivo para

⁸³ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., t. 1

⁸⁴ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p.130.

⁸⁵ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 131, vol. I.

⁸⁶ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 133, vol. I.

⁸⁷ Trata-se de Ph. Deane e W. A. Cole. *British Economic Growth 1688-1959. Trends and Structure*. Cambridge University Press, 1962.

a Grã-Bretanha.

"Estes dois períodos de industrialização (1720-60 e 1780-1800), que coincidem como fases de reorientação geográfica e do comércio externo da Grã-Bretanha, são industrializantes porque os produtos exportados, com forte taxa de crescimento, são produtos manufaturados, cujas bases de estabelecimento vão ser vitais para o crescimento do produto nacional da Grã-Bretanha no século XIX, indústria têxtil e indústria metalúrgica."⁸⁸

Em contrapartida, o efeito sobre a periferia será inverso, de acordo com um mecanismo amplamente conhecido:

"Por acréscimo, esta orientação do comércio externo conduz, nos mercados de absorção do excedente do MPC, a uma destruição dos setores de produção que falseia todo o mecanismo de reprodução alargada do capital social, nomeadamente na Índia."⁸⁹

O resultado é que "as importações provenientes de nações menos desenvolvidas aparecem como o meio de obter a coerência do aparelho de produção capitalista".⁹⁰

A não-equivalência, não-equivalência de valor em Emmanuel, assume, portanto, em Palloix, o sentido de não-equivalência em termos de efeitos estruturais:

"Observaremos que o deslocamento dos fatores só se pode operar através do processo de formação do valor — conceito central — que a análise teórica vulgarizou por demais, afirmando que uma hora de trabalho se troca sempre por uma hora de trabalho. Mas o que é importante é que não devemos esquecer a *utilidade social* dessa hora de trabalho, *base da equivalência*. O próprio do modo de produção capitalista é determinar esta utilidade para suas necessidades e negar o valor do trabalho de certos ramos de produção pelas relações imperialistas com o Terceiro Mundo."⁹¹

O papel do comércio externo parece ser aqui menos o de afetar a realização do produto (circulação) do que afetar, de forma diferente no centro e na periferia, a estruturação do aparelho produtivo.

O argumento é muito importante e constitui o ponto de partida das análises mais interessantes do subdesenvolvimento, porque permite a abordagem, através do estudo da divisão internacional do trabalho, do fundamento dos desequilíbrios estruturais da economia

⁸⁸ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 137.

⁸⁹ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 139, vol. I.

⁹⁰ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 141, vol. I.

⁹¹ Ch. Palloix. *L'Économie...*, op. cit., p. 142, vol. I.

subdesenvolvida.

No entanto, esta aproximação não nos ensina nada sobre a relação entre divisão internacional do trabalho, por um lado, e o mecanismo da diferenciação dos níveis dos salários no centro e na periferia, por outro lado. Isto quer dizer que se compreende a deformação do aparelho produtivo, mas não o processo de reprodução do capital que torna esta deformação possível no quadro do modo de produção capitalista.

4.3. Esboço de uma diferenciação dos processos de acumulação do capital no centro e na periferia (R. M. Marini)

É a partir da realidade, tão surpreendente nos seus contrastes, que representa o Nordeste brasileiro e o capitalismo brasileiro em geral, que Rui Mauro Marini se orientou para uma distinção global de dois modelos de acumulação, um baseado na mais-valia relativa no centro e outro baseado na mais-valia absoluta na periferia.

O ponto de partida é o fato de o capitalismo brasileiro, "face ao parâmetro do modo de produção capitalista puro", apresentar "particularidades". Deste modo, pondo de lado as lendas pré-capitalistas, Marini procura a explicação desta realidade no próprio processo de reprodução do capital. "O que temos é um capitalismo *sui generis*, mais do que um pré-capitalismo."⁹²

Se o mecanismo completo da diferenciação não é abordado, o fato é que a especificidade do capitalismo brasileiro é procurada nos mecanismos do próprio capitalismo e, não, rejeitada para cima de outros modos de produção.

Tendo aceitado o capitalismo como característica geral da realidade brasileira, Marini toma consciência da necessidade de uma periodização. Esta se mantém, no entanto, hesitante: este capitalismo *sui gentris* respeita "sobretudo" o "capitalismo industrial latino-americano moderno, tal como se formou ao longo dos dois últimos decênios", mas não só: "No entanto, no seu aspecto mais geral, a proposta é igualmente válida para o período imediatamente anterior e também para a etapa exportadora". Mas esta última, como sabemos, praticamente toda a história moderna do Brasil.

Desse modo, sem caracterizar abertamente as fases do capitalismo mundial ou a fase

⁹² Rui Mauro Marini. *Dialética da dependência*. Ed. Centelha, 1976. p. 8

clássica do imperialismo, Marini abre seu campo de análise sobre o conjunto das etapas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tomando, no entanto o cuidado de arranjar uma porta de saída: "O emprego das categorias que se referem à apropriação do trabalho excedente no quadro de relações capitalistas de produção não implica que a economia exportadora latino-americana se encontre já na fase de uma produção capitalista".⁹³

O critério que é privilegiado para a distinção dos dois modelos de acumulação é a forma de exploração:

"Para além de facilitar o crescimento quantitativo destas (economias industriais), a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, isto é, a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região colaborar nesta modificação qualitativa nos países do centro, operar-se-á, fundamentalmente, na base de uma grande exploração do trabalhador."⁹⁴

Temos, portanto, dois processos de acumulação caracterizados.

É preciso mencionar aqui a falta de clareza em relação à evolução da diferenciação dos processos de acumulação. Com efeito, a exploração no centro e na periferia evoluem conjuntamente, mas articulam-se de forma diferente ao longo das diferentes fases do capitalismo mundial. Do mesmo modo, não se pode identificar esta diferenciação com a divisão internacional do trabalho entre nações industrializadas e nações não-industrializadas.⁹⁵ Com efeito, o capitalismo do centro continua a constituir um processo particular de acumulação em relação às economias subdesenvolvidas industrializadas como o Brasil. Trata-se de uma dinâmica de transformação que reproduz a polarização mundial a níveis sempre mais elevados das forças produtivas, e não de uma "situação" estacionária ligada a uma divisão técnica do trabalho.

No entanto, o essencial da orientação está posto corretamente. Parte-se da procura de uma caracterização de duas formas de acumulação, uma "pura" no centro, e uma forma *sui*

⁹³ R.M. Marini. *Dialética...*, op. cit., p. 27.

⁹⁴ R. M. Marini. *Dialética...*, op. cit., p. 15.

⁹⁵ Cf. R. M. Marini. *Dialética...*, op. cit., p. 25.

generis na periferia latino-americana.

A partir deste campo de análise, o estudo vai no sentido da caracterização da reprodução das relações de exploração. "Por conseguinte, o que se torna claro é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não procuram tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas antes compensar a perda de receitas geradas pelo comércio internacional através do recurso a uma exploração maior do trabalhador."⁹⁶

⁹⁶ R. M. Marini. *A Dialética...*, *op. cit.*, p. 25.

Divisão internacional do trabalho e relações de produção

É evidente que a função da divisão internacional do trabalho, em termos do processo de reprodução do capital, evolui com o desenvolvimento das forças produtivas. A elevação constante do nível das forças produtivas conduz a «ajustamentos periódicos das relações de produção, a fim de se garantir a coerência do processo global — circulação e produção — da reprodução do capital.

Enquanto não extrairmos da divisão internacional do trabalho suas implicações em termos de relações de produção e circulação, sua análise constituirá uma abordagem dos desequilíbrios existentes nas economias da periferia, ou um estudo das trocas comerciais, sem que descubramos o funcionamento global da "pirâmide" mundial, onde nações e economia mundial, classes dominantes do centro e da periferia, proletariado do centro e da periferia, constituem um sistema contínuo, embora contraditório.

1. O mercado

A forma clássica de divisão internacional do trabalho caracteriza-se pela troca de matérias-primas, provenientes da periferia, por produtos manufaturados (fundamentalmente setor II) do centro.

Podemos abordar a relação entre realização, nível dos salários e divisão internacional do trabalho, partindo das análises bem claras de Lênin:

"E o mercado externo? Negaremos a necessidade de um mercado externo para o capitalismo? Evidentemente que não. O que acontece é que a questão do mercado externo *não tem absolutamente nada a ver com a da realização* e a tentativa de as relacionar entre si e de

as considerar como um todo traduz apenas o desejo bem romântico de 'atrasar' o capitalismo e uma impotência não menos romântica de raciocinar logicamente. Provou-o bem a teoria que elucidou o problema da realização. O Romântico diz: os capitalistas não podem consumir a mais-valia e devem por conseguinte fazê-la escoar para o estrangeiro. Podemos perguntar-nos se os capitalistas dão seus produtos gratuitamente aos estrangeiros ou se os lançam ao mar. Vendem-nos e, portanto, recebem um equivalente; exportam determinados produtos e portanto importam outros. Quando falamos da realização do produto social, eliminamos automaticamente a circulação monetária e consideramos apenas a troca de produtos por outros produtos, visto que a questão da realização se liga precisamente à análise da compensação de todas as partes do produto social quanto ao valor e à forma material. É por isso que, começar por se falar da realização, para se terminar declarando que o 'produto será escoado contra dinheiro' é tão ridículo como pretender resolver o problema da realização do capital constituído por objetos de consumo através da fórmula: 'Vai vender-se'. Trata-se, muito simplesmente, de uma grave distorção da lógica: em vez de se discutir a realização de todo o produto social, colocamo-nos do ponto de vista do empresário isolado, a quem nada mais interessa para além da 'venda ao estrangeiro'. Misturar o comércio externo, a exportação, com o problema da realização, é iludir a questão, transferindo-a para um terreno mais vasto, mas sem a elucidar de modo algum."⁹⁷

E Lênin acrescenta em nota: "Isto é de tal modo evidente que o próprio Sismondi admitia a necessidade de nos abstrairmos do comércio externo na análise da realização. 'Para se seguir estes cálculos com mais segurança, diz ele a propósito da correspondência entre a produção e o consumo, e simplificar estas questões, abstraímos-nos até agora por completo do comércio externo, e imaginamos uma nação isolada: a sociedade humana é ela própria uma nação isolada, e tudo quanto seria verdade para uma nação sem comércio é igualmente verdade para o gênero humano' ".⁹⁸

Notemos, antes de mais nada, para sublinhar que não se trata de retomar o problema segundo a ótica do subconsumo, que Lênin tem absoluta razão ao rejeitar o argumento em termos de realização *global* do produto social. Notemos ainda, e isto é importante, que Lênin

⁹⁷ Lenin. "Para caracterizar ei romantismo econômico." *Obras*, Paris— Moscou, Sociales e Ed. de Moscovo. v. 2, p. 160 e 161.

⁹⁸ Lenin. "Para caracterizar...", *op. Cit.*

se coloca ao nível social: é evidente que, para o produtor individual, a exportação pode constituir uma solução. Só não constitui solução do ponto de vista da sociedade como um todo, a qual deve no fim das contas equilibrar suas transações com O estrangeiro: "Vendem e portanto recebem um equivalente".⁹⁹

Pelo contrário, é preciso notar que Lênin raciocina em termos de equivalente valor: ora, este equivalente esconde a função essencial que a exportação e a importação podem desempenhar, no quadro da divisão internacional do trabalho, para a transformação do capital mercadoria (II) em capital produtivo e para a manutenção de um setor de bens de consumo desenvolvido sem forçar o aumento dos salários.

Vamos mais longe. O raciocínio de Lênin é verdadeiro na medida em que nós exportamos um valor de tecidos e importamos um valor idêntico de tecidos ou de outros produtos que incidem sobre o mesmo mercado, ou melhor, sobre a mesma classe de consumidores. Neste caso, com efeito, nada fizemos de novo e, em termos de realização de "todo o produto social", encontramos-nos no mesmo ponto.

No entanto, se distinguirmos o setor de bens de produção, de consumo capitalista, e o setor de bens de consumo que incide sobre a procura popular, o problema tomará um aspecto diferente.

Vejamos o esquema de reprodução do capital, apresentado setorialmente e em dois setores:

$$C_1 + V_1 + S_1 = M_1$$

$$C_2 + V_2 + S_2 = M_2$$

$$C + V + S = M$$

O setor I, que produz um valor M_1 de bens de produção, • o setor II, que produz um valor M_2 de bens de consumo, dão lugar a uma produção global de mercadorias M .

Recordemos resumidamente as condições de equilíbrio. Como o capital utilizado para produzir M , nos dois setores, corresponde a C_1 , capital constante utilizado na produção de

⁹⁹ Vimos que este "no fim das contas" é na realidade, um dado muito importante, e Emmanuel soube, em *Le profit et les crises*, mostrar as possibilidades económicas que este "desnível" abre ao comércio internacional. Mas não é este o plano que nos interessa aqui.

bens de produção, mais C_2 , capital constante utilizado na produção de bens de consumo, o equilíbrio econômico, em condições de reprodução simples, exige que os bens de produção obtidos correspondam à procura total dos bens de produção e, portanto, que:

$$C_1 + C_2 = M_1$$

Como, por outro lado,

$$M_1 = C_1 + V_1 + S_1$$

vemos que a reprodução equilibrada não-alargada deve satisfazer a seguinte igualdade:

$$C_2 = V_1 + S_1$$

Este equilíbrio intersetorial de reprodução simples deve ser respeitado. Ora, se, numa dada economia, exportarmos bens de consumo (uma parte de M_2), é evidente que poderemos escoar os bens de consumo que restam no mercado interno, através de uma distribuição reduzida dos salários, particularmente se se tratar de bens de consumo popular, isto é, de bens de consumo que não são de consumo exclusivo da classe capitalista (bens de consumo de luxo). Isto significa que os capitalistas poderão aumentar a parte do consumo ligada em particular aos bens de produção (C).

Se tomarmos em consideração apenas o aspecto do problema que diz respeito à exportação, teremos uma situação de equilíbrio: com efeito, sabemos que, na medida em que $C_2 = V_1 + S_1$, podemos substituir C_2 por $V_1 + S_1$ na equação que se segue, e temos:

$$M_2 = V_1 + S_1 + V_2 + S_2$$

Suponhamos agora que aumentamos de 10% as exportações de bens de consumo popular. O equilíbrio mantém-se, se reduzimos paralelamente os salários (V_1 e V_2), na medida em que se trata, naturalmente, de bens de consumo popular, e os capitalistas podem reduzir uma parte dos salários sem encontrar problemas de superprodução de bens de consumo popular.

No entanto, e aqui Lênin tem evidentemente razão, se os bens importados são do mesmo perfil de consumo (bens de consumo popular absorvidos pelos salários), uma redução relativa dos salários correspondente conduziria a uma situação de superprodução de bens de consumo, visto que, globalmente, a oferta destes últimos não se teria modificado, enquanto o poder de compra que incide sobre esses bens teria baixado: o

problema mantém-se, portanto, na sua totalidade, e a realização não é afetada.

Por outro lado, se a importação consiste em bens de produção— por exemplo, algodão para a indústria inglesa — à manutenção dos salários a um nível pouco elevado corresponde um aumento da oferta dos bens de produção. Isto quer dizer que M_l é mais elevado e que, simultaneamente, vimos aumentar os lucros da classe capitalista, cujo consumo incide sobre os bens de produção, e o equilíbrio é restabelecido.

Mas com uma diferença importante: é que a taxa de acumulação aumentou, na medida em que foi o próprio mercado externo que permitiu que se tivesse recorrido a uma redução relativa dos salários dos dois setores. Assim, o mercado externo permite: 1) aumentar a taxa de exploração do proletariado e aumentar por conseguinte a acumulação capitalista; 2) aumentar simultaneamente a produção de bens de consumo — mantendo por conseguinte um nível elevado de procura de bens de consumo final e permitindo a reprodução do capital numa base "ampla" — e sem fazer face a uma superprodução,

Vimos assim, claramente, que a afirmação de Lênin, segundo qual "misturar o comércio externo, a exportação, ao problema da realização é iludir a questão, *transportando-a* para um terreno mais vasto, mas sem a elucidar de modo algum") é uma afirmação que só poderá ser justa enquanto Considerarmos "o conjunto do produto social" e sem distinguir as diferenças setoriais que pesam sobre o equilíbrio entre a produção e o consumo, e que constituem a razão de ser fundamental da divisão internacional do trabalho.

Em particular, o problema volta a ser colocado no seu lugar se consideramos que, no quadro da divisão internacional capitalista do trabalho, o produto importado e o produto exportado incidem sobre uma procura de classes diferentes, constituindo por conseguinte um mecanismo de transferência de renda entre essas classes.

Permitindo o comércio externo essa transferência de renda entre classes, a orientação da produção pode seguir o caminho ideal do ponto de vista tecnológico ou do ponto de vista do equilíbrio conjuntural, e o esquema reencontra sua lógica.

Parece que privilegiamos, nesta exposição, a incidência dos produtos em termos de classes de consumidores, em vez da sua incidência técnica (bens de produção, bens de consumo). Com efeito, trata-se aqui de encontrar a função social completa do proletariado no processo de reprodução do capital.

O essencial, aqui, não reside no fato de que os produtos manufaturados do centro são trocados contra produtos primários, mas no fato de que se trata de bens de consumo popular no centro — pouco importa aqui que nos países subdesenvolvidos esses bens sejam afetos às classes superiores — trocados em geral contra, bens que entravam no perfil de consumo dos capitalistas, na medida em que se trata de bens de produção ou de bens de luxo.

Assim, o raciocínio pôde ser alargado a uma série de bens “tropicais” que, na época, representavam bens de luxo e entravam no consumo capitalista. Do nosso ponto de vista, esta importação de bens de consumo capitalista restabeleceu o equilíbrio e permitiu manter os salários a um nível muito baixo. Simplesmente, em vez de se transformar em capacidade de expansão do aparelho produtivo, esta orientação reforça o modo de vida luxuoso do capitalista. Aqui, a periferia permite que o centro produza em massa, durante suas primeiras fases, bens de qualidade inferior e incidindo sobre o consumo popular, mantendo o perfil de produção tecnicamente mais interessante, ao nível dado de desenvolvimento das forças produtivas, sem prejuízo para as taxas de lucro.

A utilização destes lucros no consumo produtivo ou improdutivo constitui evidentemente outra questão.

No quadro da reprodução alargada, o capitalista utiliza a mais-valia criada em três formas de despesas: S_v , mais-valia destinada à compra da força de trabalho para continuar o ciclo de produção; S_c , mais-valia destinada à compra de bens de produção; e, finalmente S_k , mais-valia destinada à compra de bens de consumo capitalista.

Ora, o aumento da parte de mais-valia destinada à compra de bens de produção conduz naturalmente a prazo ao aumento da produção de bens de consumo, visto que o aparelho produtivo industrial se desenvolve e aumenta a composição orgânica do capital e a produtividade dos bens de produção.

A extensão do consumo capitalista improdutivo (S_k) tende, pelo contrário, a limitar a taxa de acumulação do capital. Mas há mais: entre o perfil de consumo dos trabalhadores e o perfil de consumo dos capitalistas existem diferenças sensíveis, o que significa que um modelo de acumulação que resolva o problema do "estímulo a jusante", apoiando-se na produção de bens de consumo de luxo para a classe dos capitalistas, exige, em grande medida, a criação de um setor de produção de bens de luxo e não uma simples extensão da produção industrial corrente do setor II. E o setor de bens de luxo incide sobre um mercado relativamente pouco profundo,

estando por conseguinte limitado no seu desenvolvimento» problema gritante hoje em dia nos países capitalistas subdesenvolvidos.

Assim, O aumento da parte do lucro utilizada na compra de bens de produção (S_C) conduz a prazo a uma oferta rapidamente crescente de bens de consumo; se esses bens de consumo são essencialmente bens de luxo, seu consumo será possível somente na medida em que a parte da mais-valia utilizada no consumo de luxo aumentar, em detrimento da parte utilizada na compra de bens de produção, o que tende naturalmente a limitar o ritmo da acumulação.

A longo prazo, é portanto essencial para o capitalismo produzir simultaneamente, em grande escala, bens de consumo popular e manter elevada a taxa de exploração, em lugar de produzir numa base estreita (limites do consumo de luxo) e de reduzir o consumo produtivo.

No entanto, a opção só será possível na medida em que a divisão internacional do trabalho permitir a troca de bens de consumo popular contra bens de produção, conteúdo "social" da DIT.

A divisão internacional do trabalho constitui, portanto, de certo modo, a "ponte" entre as estruturas nacionais de produção e a reprodução de relações de exploração e, portanto, das relações de produção ao nível mundial.

Antes de avançarmos mais neste raciocínio, tentemos clarificar um pouco o problema, ao nível dos mecanismos de reprodução do capital.

Vejamos a representação cíclica do processo de reprodução do capital.

C

$A—M \quad \dots P \dots M'—A'$

V

O capital-moeda de que dispõe o capitalista A é transformado em capital produtivo M , que se decompõe em capital constante C e em capital V . A união do capital variável e do capital constante no processo de produção P dá lugar a uma nova mercadoria M' , capital-mercadoria.

O essencial do problema da realização reside justamente na transformação da mercadoria (M') obtida em capital-moeda (A'), transformação que, por seu turno, permitirá a compra de uma quantidade superior de capital produtivo e a reprodução alargada do ciclo.

É evidente que, para ser realizada, a mercadoria deve encontrar capacidade de compra, isto é, uma massa de renda disponível para ser convertida em mercadoria:

$$M' - A'$$

Ora, na medida em que relacionamos o problema da realização com o da divisão internacional do trabalho, verificamos que, através da exportação de uma parte de M' , sob a forma de bens de consumo, e da importação, em troca desses bens, de bens que não incidem sobre o consumo popular, como é o caso das matérias-primas, obtemos uma transformação de bens de consumo individual final em bens que serão canalizados para consumo produtivo.

Assim, com as importações, reintegramos um valor equivalente, embora sob outra forma, isto é, sob forma de capital produtivo que é absorvido no processo de produção, numa outra fase.

O raciocínio parece evidente. E, no entanto, vimos as análises de Emmanuel e de Palloix. Vejamos outro exemplo em livro de Paul Sweezy:

"não é possível vender a consumidores não-capitalistas sem simultaneamente comprar. No que diz respeito ao processo de circulação capitalista, a mais-valia não pode ser eliminada deste modo; no melhor dos casos, ela mudará de forma. Quem comprará as mercadorias 'importadas' dos meios não-capitalistas? Se não tiver havido, por uma questão de princípio, qualquer procura das mercadorias 'exportadas', não poderá haver, igualmente, procura das mercadorias 'importadas'. Qualquer distinção entre consumidores capitalistas e não-capitalistas não tem importância, neste contexto." Portanto, cerca de 80 anos depois do texto de Lênin sobre o romantismo econômico, raciocinamos ainda no nível da troca de equivalentes, visto que quem exporta, importa. Apesar da evidência aparente do papel da divisão internacional do trabalho, quando diferenciamos o consumo segundo as classes, a nível internacional, não estamos arrombando portas abertas.

2. Esquema de análise

Vejamos agora, em termos esquemáticos, as possibilidades abertas por este paralelo entre os problemas do equilíbrio setor I/II, do nível dos salários e da divisão internacional do trabalho, para uma análise global.

a) Fase clássica da divisão internacional do trabalho e nível dos salários na Inglaterra

O grande motor do desenvolvimento industrial inglês foi, durante o séc. XVIII e a

primeira metade do séc. XIX, a produção de tecidos.

Produto típico do setor II e exigindo mercados de consumo individual e popular de grande escala, os tecidos de algodão tinham que encontrar seu mercado no exterior, na mesma medida em que a troca facilitava a importação de matérias-primas.¹⁰⁰

Parece que se pode ligar o peso particularmente elevado da exportação do produto industrial deste setor à possibilidade de manter os salários extremamente baixos, num país que ultrapassava todos os outros em termos de desenvolvimento das forças produtivas.

Neste sentido, são por exemplo o Brasil e o sul dos Estados Unidos que, ao venderem algodão à Inglaterra em troca de produtos manufaturados, contribuem para a reprodução da taxa de exploração extremamente elevada do trabalhador inglês — reprodução dos salários baixos — sem que haja superprodução do setor II ou desenvolvimento numa "base estreita".

Quererá isto dizer que o elemento pressão organizada dos trabalhadores não é importante para a determinação do nível dos salários? Não se trata de negar a importância do fenômeno da organização do proletariado ou dos seus fatores sócio-históricos, mas de compreender que a reprodução alargada do capital e a elevação extremamente rápida da produção no quadro do modo de produção capitalista foi possível, sem entraves internos e com o mínimo de equilíbrio, graças à divisão internacional do trabalho.

Com efeito, a divisão internacional do trabalho permite, como já vimos, garantir uma expansão rápida da produção, mantendo o estímulo a jusante, sem exigir a «distribuição dos salários. Qualquer que seja o peso da organização operária ou dos seus fatores sócio-históricos, o fato é, por conseguinte, que este esquema se tornou possível, em termos de coerência interna do processo de reprodução do capital, devido ao caráter mundial da economia capitalista.

¹⁰⁰ "Os mercados de além-mar para os produtos e as saídas de além-mar para o capital desempenhavam um papel importante e crescente na economia. Em fins do séc. XVIII, as exportações nacionais ascendiam a cerca de 13% do produto nacional; no começo dos anos de 1870, a cerca de 22% e, posteriormente, oscilavam entre 16% e 20%, exceto no período entre a queda de 1929 e o começo dos anos de 1950. Até a "grande depressão" do séc. XIX, as exportações aumentavam normalmente mais depressa do que o produto nacional. Nas principais Indústrias, o mercado externo desempenhava um papel ainda mais decisivo. Isto é mais evidente para o algodão, que exportava mais de metade do valor total da sua produção, em princípios do séc. XIX, e quase quatro quintos no fim; e para o ferro e o aço, que dependiam dos mercados de além-mar em cerca de 40% da sua produção global, desde meados do séc. XIX." E. J. Hobsbawm. *Industry and Empire*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1968. p. 111.

Ora, na medida em que o assalariado está em grande parte privado da sua função de "realização" no processo de reprodução do capital, mantendo apenas sua função de "produção", e portanto na medida em que as relações de exploração são extremamente desfavoráveis ao assalariado, essas relações de exploração vão acarretar, pela sua própria reprodução, modificações de relações de produção.

Um elemento importante é o das atividades alternativas. Qualquer trabalhador inglês da época teria certamente preferido trabalhar a terra para alimentar a família, em vez de viver numa miséria extrema, trabalhando 15 horas por dia ou mais numa fábrica. O monopólio das atividades alternativas, em particular através da expropriação das terras,¹⁰¹ privava portanto os trabalhadores ingleses de um limite no que dizia respeito ao nível dos salários, ao mesmo tempo em que a emigração era fortemente dificultada pela distância, custos da viagem, entraves etc.

Assim, enquanto, ao nível do capitalista, a motivação investimento era garantida antecipadamente pela (numa situação de salários baixos), ao nível do trabalhador a ausência de motivação que o baixo salário significava era compensada por uma dinâmica de exclusão da atividade alternativa fundamental, a agricultura, e o sistema continuava a ser coerente.

É certo que, se a Grã-Bretanha continuasse a desenvolver a produção de tecidos de algodão, a fraqueza do mercado Interno ter-se-ia transformado num limite real, com as novas capacidades de produção. Ora, a Inglaterra de meados do séc. XIX orienta-se para a produção de bens de produção, por um lado, e para a produção de bens de consumo de luxo, por outro. Nestas condições, o mercado interno popular tornava-se relativamente menos importante, visto que o peso relativo do setor I aumentava e que a pressão do ponto de vista da realização do setor II se tornava menos forte.

O sistema mostra-se mais uma vez coerente, pelo que se pode compreender que Marx atribuísse a este sistema uma tendência permanente para a pauperização.

O nível de desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra tornava as necessidades de bens primários muito mais elevadas. A partir de então, a modernização das estruturas de exploração neocolonial tornava-se necessária. Os bens primários não podiam ser transportados para os portos às costas de burros: sê-lo-iam de ferrovia. Além disso, o equipamento da periferia em bens do setor I (tratava-se em particular de

¹⁰¹ Ph. Deane e W. A. Cole. *British Economic Growth...*, op. cit., p. 95.

locomotivas e vagões, material de comunicação, equipamento portuário, máquinas do setor têxtil) garantia a este setor sua "base" de procura, visto que se tratava, no caso das ferrovias e de outros equipamentos racionalizadores da orientação extrovertida da periferia, de bens necessários para a intensificação da produção de matérias-primas que a própria Inglaterra ia consumir. No caso da indústria têxtil, por exemplo, tratava-se de equipar o Brasil em capacidade de produção de tecidos simples, enquanto a Inglaterra se especializava em tecidos de alta qualidade e racionalizava sua produção de máquinas, limitada ao nível interno pelo próprio atraso do mercado popular.

Do ponto de vista dos capitalistas ingleses, o problema da procura individual final, do valor de uso que finalmente todas estas máquinas deviam criar, fica mais uma vez adiado; a procura que estimulava o setor I provinha do estrangeiro, o que tornava possível seu desenvolvimento a prazo, sem incorrer no desenvolvimento "circular", de produção "de máquinas para produzir máquinas".

A transferência da produção de tecidos grosseiros para a periferia, produção que inicialmente tinha constituído o "motor" do desenvolvimento industrial inglês, fecha o mercado desses produtos para a Inglaterra. Mas o que acontece é que ele já não lhe é necessário: o escoamento da nova produção, mais virada para os bens de produção e para os produtos de luxo, poderá fazer-se pela exportação, visto que a produção periférica incidia sobre uma outra esfera do mercado, o mercado popular.

Desta vez, é portanto a redução relativa da produção para o mercado popular que permite manter o equilíbrio produto-renda no interior do país, enquanto o lado negativo que dela podia resultar, nomeadamente a fraqueza do estímulo sobre a produção, é compensada justamente pela procura da periferia.

Assim, a Inglaterra pode, ao mesmo tempo, reforçar a produção no setor que, em termos de efeitos de dinamização tecnológica, é o mais importante, nesta fase do desenvolvimento das suas forças produtivas — máquinas, ferrovias, etc.¹⁰² — manter muito elevada a taxa de exploração na Inglaterra, atrasando a «distribuição dos salários, e

¹⁰² "Por alturas de 1820, a indústria de algodão tinha atingido 44% das exportações domésticas e, durante a maior parte do período que vai de 1824 a 1840, oscilou entre 47 e 50%, baixando de novo para 44%, por alturas de 1845. (...) No entanto, nos anos de 1840, um novo pioneiro emergiu na economia do Reino Unido — a construção de caminhos de ferro." Ph. Deane e W. H. Cole, *British Economic Growth...*, op. cit., p. 295.

manter elevada a procura final, na medida em que se equipavam os setores agroexportadores da periferia em bens de produção. Ora, a Inglaterra Unha necessidade do aumento de produção destes bens primários, na mesma medida em que seu desenvolvimento industrial se acelerava.

Paralelamente, as máquinas compradas pela periferia permitiam O desenvolvimento de uma indústria têxtil de produtos de baixa qualidade, os quais seriam escoados entre os "fazendeiros", para consumo próprio, ou para pagamento em natureza (Barracão) dos trabalhadores rurais, reproduzindo relações de produção ditas pré-capitalistas.

O aumento dos salários na Inglaterra sofre, portanto, um "adiamento", e a Inglaterra torna-se uma "oficina" mundial com um proletariado miserável, podendo garantir ao mesmo tempo um nível de acumulação muito elevado e uma conjuntura muito firme, ou seja, uma base "ampla" do ponto de vista da realização.¹⁰³

Esta expansão extremamente rápida do aparelho produtivo conduz a uma escala de produção que exige, tanto para o abastecimento em matérias-primas, como para a realização do produto, uma intensificação das relações centro-periferia, que se traduz por aquilo a que se chamou a "fase clássica" do imperialismo, o expansionismo e a intensificação do capitalismo mundial dos fins do séc. XIX e começos do séc. XX.

É compreensível que esta "especialização desigual" tenha conduzido a um desenvolvimento muito importante das forças produtivas na Inglaterra. Ora, sendo a capacidade de absorção dos produtos pelo exterior limitada pelo próprio carácter restrito dos mercados internos da periferia, resultado da reprodução de relações de produção pré-capitalistas, coloca-se de novo, antes da Primeira Guerra Mundial, a questão da necessidade de equilíbrio interno setor I/II.

A Primeira Guerra Mundial constituirá uma espécie de adiamento, tal como a reconstrução europeia, mas volta a cair-se numa nova crise, a de 1929, da qual só se sairá efetivamente após este adiamento suplementar que a Segunda Guerra Mundial constitui.

A partir daqui, e na realidade desde os anos de 1920, progride a convicção de que, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas atingido e dadas as capacidades extremamente limitadas dos mercados internos da periferia, o sistema não podia subsistir sem

¹⁰³ "O nível nacional de salários médio proveniente de todas as indústrias estava declinando ou manteve-se estacionário durante a maior parte do período entre Waterloo e 1860." Ph. Deane e W. À. Cole. *British Economic Growth...*, op. cit., p. 27.

se apoiar num mercado interno alargado, sem o recurso à redistribuição dos lucros no centro. É realmente aqui que reside o dado fundamental que conduz à viragem da estratégia de desenvolvimento do capitalismo dominante.

Esta redistribuição de lucros é salutar do ponto de vista da formação de uma "base ampla", de uma procura popular ampla, que garanta o equilíbrio do ponto de vista da realização.

Pelo contrário, a redistribuição vai afetar negativamente os lucros e reduzir a capacidade de acumulação dos capitalistas no centro, conduzindo a uma modificação profunda do papel da periferia.

Com efeito, e aqui voltamos a encontrar mais uma vez as relações de produção definidas pela acumulação à escala mundial, é a reprodução do baixo nível de salários na periferia que vai permitir que as economias do centro recuperem a taxa de exploração, através da internacionalização do capital produtivo.

Simplificando ao extremo, a exploração fazia-se em grande parte no centro, e a periferia desempenhava um papel fundamental para a realização. A partir daqui, a realização far-se-á no centro, em especial através do alargamento ou da integração dos mercados. Mas a produção far-se-á cada vez mais na periferia e, por conseguinte, esta última terá que suportar o grosso do esforço de acumulação capitalista.

E, na medida em que a fase redistributiva no centro e a reprodução de relações de produção pré-capitalistas na periferia implicam uma diferenciação rápida e crescente dos salários — e já vimos o mecanismo que permitiu *retardar* esta diferenciação — assistir-se á cada vez mais à troca desigual.

Ora, é necessário recordar aqui que a troca desigual não diz apenas respeito às unidades modernas, filiais das multinacionais, que vão produzir mais barato na periferia, mas já a toda economia de plantação, seja diretamente exportadora, seja posta ao serviço do polo interno dominado pelas multinacionais.

Assim, a taxa de exploração e a consequente capacidade de acumulação são "recuperadas" na periferia.

Não existe aqui qualquer razão que justifique que se faça demagogia, opondo a contradição de classes à contradição de nações: não se pode escapar ao fato de que, no Brasil, a exploração é feita pela classe capitalista brasileira, nem que é no centro que se

manifestam os efeitos positivos da contradição permanente do capitalismo — acumulação-realização — e que, por conseguinte, a classe dirigente brasileira constitui o subsetor de um sistema mais amplo.

O capitalismo mundial "especializou-se", atribuindo a função de realização sobretudo ao proletariado e às classes médias do centro, e conservando para a periferia apenas a função de "produção", no que diz respeito às massas trabalhadoras da indústria e do campo. Trata-se de um fato, de um dado objetivo que se deve compreender e do qual se deve tirar conclusões e estudar as consequências. Não há nenhuma razão que nos leve a esconder que, nesta história, o proletariado do centro é relativamente privilegiado, como são relativamente privilegiadas certas aristocracias operárias e camadas médias nas próprias economias periféricas.

Finalmente, na mesma medida em que esta nova fase da divisão internacional do trabalho se processa na base da polarização dos salários entre o centro e a periferia, polarização que atinge níveis extremos no seio das massas populares, apresenta-se uma nova contradição: este sistema permite evidentemente o desenvolvimento da acumulação e das forças produtivas, que verificamos no decorrer do período próspero do pós-guerra. No entanto, a polarização ao nível da renda, que permite a manutenção desta taxa de expansão, cria gradualmente um divórcio profundo entre o perfil de consumo das massas populares do centro e da periferia.

Será então cada vez mais difícil encontrar mercados na periferia para o perfil de produção que constitui uma extensão, através da internacionalização do aparelho produtivo do centro, de um perfil de consumo característico do país rico ou de indivíduos de renda elevadas.

Sendo a possibilidade de extensão dos mercados para a periferia reduzida por este perfil de produção, mesmo no caso de um aumento global dos salários, torna-se necessário perguntarmo-nos quais serão as possibilidades de resolver o problema da realização através apenas da procura de consumo no centro.

Para a Grã-Bretanha, privada em grande parte de sua presença no mercado mundial pelos Estados Unidos, o acesso à "recuperação" da taxa de exploração através da internacionalização do capital produtivo fica relativamente limitado e o país debate-se com as dificuldades acumulação-realização, que terá que resolver em grande parte na esfera da

sua própria economia.

b) Fase clássica da divisão internacional e nível dos salários nos EUA

Nos EUA, a extensão das terras garantia uma atividade alternativa para os trabalhadores das fábricas, o que, conforme mencionamos, permitiu ao mesmo tempo a extensão de um mercado interno constituído pelos proprietários rurais, e um aumento de salários relativamente mais rápido no setor industrial, visto que níveis de salários comparáveis aos da Inglaterra, mas sem os "obstáculos", teriam provocado uma fuga em massa de trabalhadores para as terras do "Oeste".

Compreende-se, portanto, que a indústria norte-americana disponha desde o início de um mercado de profundidade social excepcional. Não se colocando o problema da "base estreita", a indústria poderá ser "de massa" e dispor de um amplo setor II, o que garante uma estabilidade indiscutível de desenvolvimento do ponto de vista da realização e motivação de investimento. O isolamento relativo dos EUA é portanto compreensível, bem como sua falta relativa de interesse pelas "colônias" até uma fase recente.

Pelo Contrário, do ponto de vista da capacidade de acumulação, torna-se evidente que o nível relativamente elevado dos salários não favorecia de modo algum a manutenção de uma taxa de lucro elevada.

Ora, torna-se necessário aqui destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a profundidade social do mercado permitia, numa época ainda recuada, uma produção de massa que, por seu turno, permitia um lucro global elevado (lucro reduzido por unidade de produção, mas escala de produção muito elevada, portanto volume de lucros elevado), estimulando fortemente a extensão do aparelho produtivo.

Mas, para nós, o ponto mais importante é a relação que se estabelece entre o Norte e o Sul. Alguns estudos recentes¹⁰⁴ colocam claramente o problema da reprodução das relações de produção pré-capitalistas em grande escala, e não como "reminiscências", no sul dos Estados Unidos, em pleno séc. XX.

Se, numa época anterior, a acumulação na Grã-Bretanha era possível a uma taxa mais elevada justamente na medida em que os produtos manufaturados ingleses podiam

¹⁰⁴ Pete Daniel. *The Shadow/ o fSlavery: Peónage in the South — 1901-1969*. Oxford University Press, 1973.

ser trocados pelo algodão do Sul, a partir da independência e, mais tarde, com a guerra de secessão, o Norte retoma o papel da Inglaterra. Era deste modo que o Norte podia abastecer-se de matérias-primas baratas no Sul, sendo isto possível justamente porque o nível de remuneração dos trabalhadores do Sul era extremamente baixo.

Deste modo, o Sul funcionava como elemento que permitia a recuperação da taxa de lucro, mecanismo de troca desigual que podia existir entre o Norte e o Sul devido à própria diferenciação interna dos salários.

À medida que se prolongava a manutenção desta remuneração baixa no Sul, o mecanismo de recuperação da taxa de lucro pelo Norte podia reforçar-se.

Ora, isto supõe que se procedia à perequação dos lucros mas não à dos salários.

É fácil compreender como se fazia a perequação dos lucros num mercado nacional. Mas é mais importante situar corretamente por que motivo não se fazia a dos salários.¹⁰⁵

Se as relações de produção do Sul fossem isentas de coações extra-econômicas, a perequação deveria fazer-se justamente na medida em que existiam as atividades alternativas para o trabalhador (negro ou branco), tanto nas fábricas do Norte como na agricultura do Oeste.

A partir daqui, pode compreender-se a manutenção dessas coações em pleno séc. XX, não como resultado de uma "pré-história" de resíduos coloniais, mas como reprodução de relações de produção pré-capitalistas no seio de um modo de produção capitalista, destinadas a garantir a exploração do Sul pelo Norte. Estas relações de produção eram ativamente mantidas pelo Norte — e pelo Norte entendemos evidentemente a classe capitalista industrial e financeira —, a fim de garantir a recuperação da taxa de lucro afetada pela redistribuição de lucros, que os salários relativamente mais elevados na indústria implicavam, e não pela "mentalidade atrasada" dos senhores do Sul. A virulência ainda hoje do racismo, que reduz a mobilidade profissional do negro, também deve ser considerada.

Que se passava do ponto de vista do Sul? O sistema era reproduzido pela classe dirigente sulista, que, tendo-se especializado na monocultura de exportação e desenvolvendo

¹⁰⁵ Vimos anteriormente a importância atribuída por Emmanuel às fronteiras como elemento que "entrava" a perequação dos salários. Na medida em que consideramos que os salários baixos são um *produto* de uma forma particular de reprodução do capital que chamamos dependente (modo de produção capitalista dependente), e não um resíduo, uma "não-elevação", é importante para nos mostrar que a não-equação dos salários é ativamente criada mesmo onde não existem fronteiras

suas relações com o Norte na base de alguns séculos de relações de produção pré-capitalistas, não dispunha por conseguinte nem de estruturas econômicas ligadas ao mercado local, nem de mercado local importante — implicação evidente da sobre-exploração e daí relações pré-capitalistas de produção a que *M* encontravam submetidos os trabalhadores. Consequentemente a troca com O "Norte", seja ele a Inglaterra ou, mais tarde, o Norte dos EUA, surgia simplesmente como necessária.

A produção extrovertida permitia deste modo a realização forte da esfera de produção (mesmo se dentro do mesmo país), garantindo o funcionamento do sistema do ponto de vista da realização, sem ter que redistribuir os lucros para formar um mercado local. O conflito entre as duas burguesias verificava-se, portanto, mais pela participação na mais-valia criada, do que em torno da orientação do próprio sistema.

Quererá isto dizer que os industriais do Norte não tinham interesse em romper as estruturas pré-capitalistas do Sul para alargar seu próprio mercado? Não se trata de negar este fato, mas de o completar. O capitalismo tem necessidade de um mercado e tem também necessidade de manter uma taxa de lucro elevada. Escolhendo sempre o mal menor, e pressionado pelas variações conjunturais, é normal que ele procure ao mesmo tempo uma base de expansão mais ampla possível e uma taxa de exploração mais elevada possível.

Sendo os dois elementos dificilmente conciliáveis, em termos de sistema capitalista nacional, eles podem, no entanto, ser conciliados na medida em que se estabelece uma troca entre duas regiões cujo produto exportado incide sobre consumos de classes diferentes.

Mas este sistema só será possível, a longo prazo, na medida em que a diferenciação destas estruturas econômicas for mantida. Para a manutenção da orientação da periferia para a monocultura de exportação, são indispensáveis dois elementos: uma dominação do "Sul" pelo "Norte", assegurada em geral — isto é essencial — por intermédio da classe dominante do "Sul", e relações de produção pré-capitalistas, a fim de a terra, fator de produção que tem igualmente a particularidade de poder alimentar os homens que a trabalham, ser utilizada para outros fins que não sejam a satisfação das necessidades desses homens. Chegamos, naturalmente, à necessidade do monopólio da terra, a "plantação" tão frequentemente dita "feudal", e do controle extra-econômico sobre a mão-de-obra,

para a impedir de emigrar para outros setores ou para a produção direta, na terra, dos valores de uso que lhe são necessários.

Por sua vez, a manutenção de relações de produção pré-capitalistas (como elemento característico da acumulação capitalista em economias dependentes) e a realização através da "exportação" regional tornam possível a manutenção de um nível de exploração muito elevado, assegurando o interesse do sistema tanto para a classe dirigente do "Sul" como para a do "Norte".

Funcionando parcialmente em termos de "centro-periferia" no próprio interior do país, é compreensível que os EUA tenham recorrido relativamente menos às relações com o exterior, durante uma longa fase do seu desenvolvimento, e passem à internacionalização da sua economia e à recuperação da taxa de acumulação através da internacionalização do capital produtivo, na medida em que os salários do próprio Sul começam a elevar-se e na medida em que o nível das forças produtivas no Norte atinge um nível extremamente elevado.

Deste modo, temos a considerar, igualmente neste caso, uma separação das funções de produção e de realização que desempenha o trabalhador no processo de reprodução do capital.

Durante um período bastante longo, no caso norte-americano, esta separação pôde efetuar-se no interior do país, tornando a divisão internacional do trabalho secundária, na própria medida em que esta divisão se fazia no plano interno.

Com o decorrer do tempo, a aceleração do desenvolvimento industrial, tornada possível pela produção de massa muito precoce e pela exploração desenfreada do proletariado rural do Sul, tornou necessário o alargamento da "base" por intermédio da redistribuição da renda em todo o país e, por conseguinte, a procura da recuperação das taxas de lucro através da internacionalização do capital produtivo.

Ninguém sonharia, ao observar hoje em dia o Brasil, em dizer que os EUA são ainda uma economia sem colônias. Mas o que é importante apontar é que a abertura para o exterior é paralela à absorção da população trabalhadora do Sul pela esfera do consumo de massa, num processo característico de "substituição" das funções.

Reencontramos aqui, portanto, o processo de acumulação nacional, no caso norte-americano da fase "clássica", o "nacional" sendo compreendido como o Norte,

determinando, pelo viés da divisão internacional do trabalho, uma taxa de exploração muito elevada, e reproduzindo relações de produção cujo "caráter arcaico" não pode ser compreendido no interior, mas unicamente no quadro das relações capitalistas mundiais de produção.

c) Fase clássica da divisão internacional do trabalho e relações de produção no Brasil

Deste modo, o que as *enclosures* foram para a Grã-Bretanha, assegurando a obrigação de os trabalhadores se empregarem nas fábricas pelos preços pagos e evitando qualquer atividade alternativa que lhes tivesse permitido fugir à exploração desenfreada, as relações de produção baseadas na sobreexploração e no controle extra-econômico (escravatura e, em seguida, *peonage* e racismo) foram para o desenvolvimento inicial dos EUA.

Por outro lado, ao nível do problema da "motivação a jusante", da realização, o equilíbrio interno do processo de reprodução de que a Grã-Bretanha se assegurava, apesar da taxa de exploração muito elevada, -por intermédio do comércio externo, era assegurado nos EUA pelo viés da sobreexploração no Sul, acompanhada por uma redistribuição de rendimentos e realização em base socialmente mais ampla no Norte.

Em contrapartida, no Brasil, só restava a função da periferia. Neste sentido, pouco importava que a produção primária fosse destinada à Inglaterra via Portugal, diretamente à Inglaterra ou aos EUA ou, ainda, numa etapa posterior, parcialmente aos EUA e parcialmente ao polo de dominação interna.

Passamos aqui (estudamo-los longamente em volume precedente) sobre os efeitos estruturais desta "especialização desigual". O que nos interessa aqui é a relação entre a divisão internacional do trabalho e a reprodução das relações de produção, em particular do nível dos salários.

Ora, um elemento característico durante a fase "clássica", agroexportadora, da divisão internacional do trabalho, é o fato de a produção não ter necessidade de ser escoada junto da população local, junto do trabalhador. Isto é, apesar do acréscimo progressivo da produção, na exata medida em que era destinada a um mercado externo, podia-se prescindir da função "realização" da força de trabalho, e assegurar a "sobreexploração" de que fala R. M. Marini.

Por outro lado, no caso da produção rural, e num país de reservas de terra inexploradas como o Brasil, é compreensível que a manutenção da mão-de-obra nas plantações, em condições de exploração muito elevada, só se podia verificar através da reprodução do controle extra-econômico, ligando a mão-de-obra à exploração. Estes controles extra-econômicos compreendem, por um lado, as restrições à mobilidade do trabalhador e, por outro lado, à monopolização da terra por intermédio de gigantescos latifúndios (certas propriedades ultrapassam, lembremo-lo, dois milhões de hectares). Estas propriedades tornam impossível a atividade alternativa, exceto em condições de isolamento total nas regiões muito recuadas, onde as populações são reduzidas ao autoconsumo.

Ora, é evidente que, na ausência de divisão internacional do trabalho, e da especialização desigual e realização externa que ela implica, a agricultura teria de produzir em função do mercado local, e a procura de uma base interna de expansão teria, com o decorrer do tempo, provocado a elevação da renda da população.

Deste modo, era a divisão internacional do trabalho que tornava necessária a reprodução das relações de produção ditas pré-capitalistas nos países, única forma de assegurar a permanência dos trabalhadores numa situação de sobreexploração. Em contrapartida, a realização do produto no estrangeiro assegurava a motivação dos produtores a jusante, sem riscos de superprodução, se estes mantivessem o divórcio entre as necessidades Internas (valores de uso da população) e o perfil da produção .

Que se passa, no entanto, em relação à afirmação de Lênin, segundo a qual, a partir do momento em que se exporta também se importa, e o problema se mantém inalterado? De fato a manutenção das relações de produção pré-capitalistas e da economia de subsistência — o trabalhador produz seus bens de subsistência num pequeno lote, fora das horas de trabalho — não prejudica substancialmente o escoamento da produção manufaturada proveniente da Inglaterra, na medida em que estes produtos eram, quer consumidos pelos próprios latifundiários, quer comprados pelos latifundiários e distribuídos, sob a forma de comércio interno (troca de produtos contra obrigação de trabalho) não-monetário, à massa dos trabalhadores rurais.

Este sistema era, portanto, possível no quadro do modo de produção capitalista, justamente na medida em que se recorria às relações de produção pré-capitalistas, e não

apesar destas relações.¹⁰⁶

Por outro lado, a existência de relações neocoloniais de dependência assegurava privilégios à metrópole inglesa, de forma que o resultado da sobreexploração dos trabalhadores locais era repartido entre a classe dirigente local e a da metrópole, determinando o grau de controle extra-econômico sobre a colônia e as partes relativas a cada uma.

A passagem a uma fase posterior, em meados do séc. XIX, quando o centro começa a exportar para o Brasil, de' preferência, bens de capital, provocou um movimento de industrialização orientado para os bens de consumo popular. Mas esta industrialização — trata-se, essencialmente, da indústria têxtil e alimentar — opera-se paralelamente à intensificação da produção para o exterior — instalação de ferrovias, desenvolvimento dos portos e outras medidas típicas da fase "imperialista clássica" — e coincide, portanto, com a reprodução das relações de produção preexistentes, e não ao seu questionamento.

A manutenção das relações de exploração extremamente duras no campo, implicando uma limitação muito nítida do mercado popular, levará, por seu turno, a indústria brasileira a uma opção que já era discutida em 1920: exportar ou produzir para o mercado solvente existente, isto é, produzir para os ricos.

Deste modo, a expansão do centro — onde o setor I encontrava as "motivações a jusante" pela procura da periferia em bens de equipamento para a indústria, e satisfazia simultaneamente sua necessidade de intensificar o setor primário-exportador, para se abastecer em matérias-primas — encontrava rapidamente limites estruturais à sua expansão através da periferia.

A sucessão de crises entre 1913 e 1945 provoca uma certa reorientação da produção, no Brasil, para o mercado interno que se procura alargar, e favorece a formação de uma complementaridade Norte-Sul no plano interno. Este sistema reforça-se após a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil recebe maiores investimentos das multinacionais, o que desenvolve simultaneamente o "polo" dominante interno (o eixo Rio—São Paulo) e reproduz, no plano interno, a polarização que existia na relação Norte-Sul dos EUA, numa fase anterior.

¹⁰⁶ É impossível não mencionar a contribuição extremamente rica de Pierre-Philippe Rey nesta linha de ideias. Ver, em particular, *Les Alliances de classe*. Paris, Maspéro, 1974.

Ora, esta anterioridade é fundamental: enquanto "norte" dos EUA podia tornar-se hegemônico e pertencer ao centro, o "norte" brasileiro (o eixo Rio—São Paulo) constitui, em si, um subproduto da internacionalização do capital americano, em função da necessidade, por parte dos EUA, de recuperar sua taxa de lucro, ao jogar nas diferenças de salários entre o centro e a periferia, papel que o "sul" dos EUA já não desempenha, ou em todo o caso cada vez menos.

Deste modo, a região industrial brasileira, ela própria induzida por um centro que é sua razão de ser, constitui um "sul", um polo intermediário num sistema cujo peso fundamental é suportado pelo proletariado agrícola e pelo conjunto dos proletários sobreexplorados ou mantidos fora do sistema produtivo permanente pelos mecanismos seletivos desta industrialização extrovertida.

Desembocamos aqui, mais uma vez, nas relações mundiais de produção e nesta forma particular de reestruturação das classes que caracteriza o Terceiro Mundo. Em particular a diferenciação dos salários não aparece como um dado passivo, mas como um dado reproduzido pelo sistema de acordo com todo um sistema de relações de produção pré-capitalistas que tornam a sobreexploração possível.

A troca desigual em si, baseada nesta diferenciação de salários, é tornada possível, portanto, por um sistema global de relações de produção cujo sentido fundamental é claro: trata-se da hierarquização do processo produtivo mundial e da polarização mundial no quadro de relações de produção diferenciadas que utiliza o capitalismo dominante.

É, portanto, ao retomar o problema pelo lado da dinâmica que gera a diferenciação dos salários e das relações de produção que sustentam esta diferenciação, que se pode ir além da alternativa absurda que opõe a contradição entre nações às contradições de classe, e chegar à hierarquização dos conflitos de classe no sistema contraditório mas contínuo da reprodução mundial do capital.

Noutros termos, é indiscutível que as contradições são de *classe*, mas que, por outro lado, a "especialização desigual" conduziu a desigualdades de desenvolvimento, que conduziram, por sua vez, hoje em dia, a uma hierarquização das classes dirigentes capitalistas e a uma diferenciação no seio do proletariado mundial.

Se colocamos o problema em termos de hierarquização das contradições de classes, é porque a contradição entre "nações" não tem nenhum sentido hoje, na medida em que, no

quadro do capitalismo mundial, as classes dirigentes da periferia constituem um elemento essencial da reprodução da dependência econômica. Prolongamento subalterno, mas prolongamento indiscutível, das classes dirigentes do "Centro", as classes dirigentes da periferia não tiveram outra salvação senão se ligarem ao sistema capitalista mundial, no qual tentarão, sem dúvida, por todos os meios, melhorar sua posição, embora sem nunca pôr em causa o próprio sistema mundial.¹⁰⁷

Desta forma, do ponto de vista das classes dirigentes da periferia, qualquer ruptura com o sistema de acumulação capitalista mundial está excluída, na medida em que a estrutura da economia periférica está solidamente incrustada como subsistema da produção capitalista dominante. A reconversão exigiria, por outro lado, repor em causa as relações de produção tornadas possíveis por esta extroversão econômica, e a transformação das relações de produção tornaria inviável o sistema produtivo interno constituído ao longo dos séculos, recentemente reforçado pela internacionalização do capital produtivo.

O espaço capitalista mundial é portanto, e sem dúvida, contínuo, e é necessário abstermo-nos de fazer o "curto-circuito" lógico de Emmanuel, que passa diretamente de relações de circulação à contradição entre "nações". É ao retomarmos a base destas relações de circulação, que se encontram nas relações de produção mundiais, que reencontraremos o conteúdo de classe da polarização mundial e o caráter revolucionário das reivindicações terceiro-mundistas.

5.3. A divisão internacional do trabalho recolocada nos esquemas de reprodução do capital

A fim de tornar mais clara a relação entre a divisão internacional do trabalho e as relações de produção, retomamos duas apresentações dos esquemas de reprodução do capital, uma de Emmanuel e a outra de E. Mandei. O raciocínio é evidentemente extremamente simples e não tem nada de revolucionário. O importante, parece-nos, é compreender sua função como "ponte" teórica entre a reprodução do capital, estudada por Marx ao nível nacional e a divisão internacional do trabalho, permitindo, deite modo, desembocar nas diferenciações de salários e nas relações de produção ao nível mundial, como na ultrapassagem da alternativa contradições de classes—contradições nacionais.

¹⁰⁷ A consequência política deste fato é clara: a atitude antiimperialista das burguesias da periferia é um mito.

A inclusão da divisão internacional do trabalho nos esquemas apresentados por A. Emmanuel

O problema pode ser estudado a partir da apresentação do equilíbrio dos esquemas de reprodução do capital que encontramos em A. Emmanuel.¹²

A produção social está subdividida em três setores, bens de equipamento, bens de consumo operário e bens de consumo capitalista. As relações exprimem-se como se segue:

$$C_1 + V_1 + Pr_1 = P_1$$

$$C_2 + V_2 + Pr_2 = P_2$$

$$C_3 + V_3 + Pr_3 = P_3$$

$$C + V + Pr = P$$

As condições de equilíbrio, no caso da reprodução simples, exigem, naturalmente, que o total da produção de bens de equipamento seja igual ao consumo destes bens nos três setores ($P_1 = C$); que o total de produção de bens de consumo operário (P_2) seja igual ao total do seu consumo ($P_2 = V$); enfim, que o total da produção de bens de consumo capitalista (P_3) seja igual ao consumo dos capitalistas ($P_3 = Pr$).

Uma vez satisfeita estas igualdades, existe igualdade, por um lado, entre o produto total e o consumo total e, por outro, entre a produção e o consumo de cada setor.

O que há de interessante, segundo Emmanuel, é que pode existir um subconsumo setorial sem que o equilíbrio global seja perturbado. Ao mostrar o mecanismo de superprodução setorial, levanta a seguinte hipótese:

<i>C</i>	<i>V</i>	<i>Pr</i>	<i>P</i>	
	20%			
1 000	+ 500	+ 300	= 1 800	bens de equipamento
500	+250	+ 150	= 900	bens de consumo operário
300	+ 150	+ 90	= 540	artigos de luxo

$$1\ 800 + 900 + 540 = 3\ 240$$

A igualdade dos totais das linhas e das colunas assegura o equilíbrio do esquema. Qualquer transferência intersetorial pode, no entanto, provocar uma superprodução e uma sub-

produção sem afetar o total: suponhamos, diz-nos Emmanuel, que 100 capital e 50 trabalho são deslocados do setor I para o setor II. Teremos:

$$\begin{array}{rclcl}
 C & + & V & + & \frac{Pr}{20\%} & = & P \\
 900 & + & 450 & + & 270 & = & 1620 \\
 600 & + & 300 & + & 180 & = & 1080
 \end{array}$$

Emmanuel, que quer mostrar que "qualquer afastamento de um ou vários P da soma que se encontra em frente corresponderá necessariamente a um afastamento inverso estritamente igual de um ou vários P", e que, por conseguinte, "a subprodução eventual de um ou vários setores compensa (...) uma superprodução equivalente num ou em vários outros setores", constata, no exemplo supra, uma superprodução de 180 no setor II (há 1080 de bens de consumo operário contra apenas 900 de rendimentos operários), e uma subprodução equivalente no setor I (por uma necessidade de substituição de bens de produção de 1800), a produção correspondente foi apenas de 1620).

Ora, o que nos interessa aqui não é que a uma subprodução setorial corresponda uma superprodução equivalente noutro setor, e que, por conseguinte, a crise geral é impossível, *mas o fato dê Sir possível manter de forma duradoura o desequilíbrio intersetorial através da divisão internacional do trabalho.*

Com efeito, no exemplo supra, temos uma superprodução de 180 de bens de consumo operário e uma subprodução de 160 de bem de produção. Suponhamos, agora, que se exportam esses 180 de bens de consumo operário e que se importam em troca 180 de bens de produção (matérias-primas, por exemplo). É evidente que o equilíbrio está restabelecido. Na própria medida em que a balança comercial a prazo se deve equilibrar — "vender sem intenção de comprar equivale a renunciar a ficar com sua parte na produção social", diz muito bem Emmanuel (p. 32) — haverá reposição permanente do produto exportado e mantém-se o equilíbrio.

Ora, ao relacionar este raciocínio com o problema do nível dos salários, apercebemo-nos de que se poderá alargar a produção do setor II sem aumentar o nível dos salários dos trabalhadores (é uma parte da produção correspondente ao seu consumo que é exportada) e, por conseguinte, sem tocar na taxa de acumulação dos capitalistas.

O mesmo raciocínio pode ser retomado para o esquema da reprodução alargada,

distinguindo-se agora a parte dos lucros destinada ao consumo capitalista e da parte a ser capitalizada.

$$C_1 + V_1 + (Pr_c1 + Pr_k1) = P_1$$

$$C_2 + V_2 + (Pr_c2 + Pr_k2) = P_2$$

$$C_3 + V_3 + (Pr_c3 + Pr_k3) = P_3$$

$$C + V + Pr = P$$

O equilíbrio da reprodução alargada exige que:

$$C + Pr_k = P_1$$

$$V = P_2$$

$$Pr_c = P_3$$

Emmanuel retoma o mesmo processo, isto é, apresenta o esquema de reprodução equilibrado e depois um desequilíbrio intersetorial. Vejamos o exemplo do primeiro caso:

$$C + V + Pr_c + Pr_k = P$$

$$1\ 150 + 575 + 172,5 + 172,5 = 2\ 070$$

$$500 + 250 + 75 + 75 = 900$$

$$150 + 75 + 22,5 + 22,5 = 270$$

$$1800 + 900 + 270 + 270 = 3\ 240$$

O setor de bens de equipamento produz 2070 para um consumo de período de 1800, o que constitui uma sobreprodução de 270, que será trocada por rendimentos que correspondem a Pr_k para o período seguinte: o total $V(900)$ corresponde, sem dúvida, por

outro lado, à produção dos bens de consumo operário (900); enfim, a produção de bens de consumo de luxo (270) corresponde, sem dúvida, aos rendimentos destinados a este fim (Pr_c).

Suponhamos, agora, uma deslocação de 100 capital e de 50 trabalho do setor I para o setor II:

$$\begin{array}{r}
 C + V + Pr_c + Pr_k = P \\
 \hline
 1\ 050 + 525 + 157,5 + 157,5 = 1\ 890 \\
 600 + 300 + 90 + 90 = 1\ 080 \\
 150 + 75 + 22,5 + 22,5 = 270 \\
 \hline
 1\ 800 + 900 + 270 + 270 = 3\ 240
 \end{array}$$

Constatamos, por um lado, uma superprodução de bens de consumo operário (1080 — 900 = 180); por outro lado, constatamos uma subprodução de bens de produção, em relação aos quais a procura-total é igual a $C + Pr_k$, isto é, 2070, enquanto a produção é de 1980.

isto é, 180 a menos.

Ainda aqui, a única forma de restabelecer o equilíbrio, sem recurso à exportação, seria elevar os salários (passar de $V = 900$ para $V^m = 1080$), o que significaria reduzir a renda dos capitalistas à compra de bens de capital (270 passaria para 90). Em contrapartida, se recorrermos à exportação — nas condições particular da divisão internacional do trabalho que exclui a exportação de equivalentes, isto é, a exportação de bens correspondentes ao consumo operário em troca de bens correspondentes ao consumo capitalista (matérias-primas é restabelecido sem que a taxa de acumulação capitalista seja alterada.

É evidente que, a longo prazo, o esquema pode perfeitamente ser equilibrado sem recurso à exportação, na medida em que basta produzir mais bens de equipamento e bens de consumo de luxo, mantendo-se a taxa de exploração do trabalhador a um nível elevado. No entanto, enquanto a produção pertencer a produtores individuais que reagem à procura individual final em última instância, e enquanto a procura de consumo final capitalista for

relativamente limitada, tal solução é apenas teórica no modo de produção capitalista.¹⁰⁸

b) A inclusão da divisão internacional do trabalho no esquema de reprodução do capital apresentado por E. Mandel

Podemos retomar o mesmo exercício sob outra forma de apresentação dos esquemas de reprodução do capital, desta vez separando os dados em oferta e procura:

Partimos da reprodução simples de K. Marx:

$$I \quad 4000C_I + 1000 V_I + 1000S_I = 6000M_I$$

$$II \quad 2000C_I + 500 V_2 + 500 V_2 = 3000M_2$$

Constatamos que:

$$C_2 = V_I + S_I = 2000$$

$$C/V = 4$$

$$S/V = 1$$

A apresentação de E. Mandel em termos de oferta e de procura apoia-se nas seguintes hipóteses:

- reprodução simples;
- a oferta de todos os produtos vem da classe dos capitalistas;
- a procura de todos os bens de produção é capitalista;
- a procura dos bens de consumo reparte-se entre capitalistas e trabalhadores.

E temos, no caso dos bens de consumo:

¹⁰⁸ Encontramos aqui o limite do raciocínio de A. Emmanuel que, como vimos, põe de lado a situação em que os capitalistas "fazem concorrência uns aos outros", por necessidade do raciocínio. É ao partir das condições reais que reencontramos o papel da divisão internacional do trabalho, e o fato de o país subdesenvolvido, ao optar pelo modo de produção socialista, poder escapar a esta dinâmica. Ainda aqui, independência econômica e revolução constituem apenas um único e mesmo processo. Cf. *Le Profit...*, op. cit., p. 51, nota 1.

Meios de Consumo

Oferta		Procura	
Capitalistas II	3000	Capitalistas I(S_1)	1 000
		Capitalistas II (S_2)...	500
		Operários I(V_1)	1000
		Operários II(V_2)	500
Oferta global II	3000	Procura global II	3000

Daqui ressalta que: se a condição de equilíbrio da reprodução do capital $C_2 - V_1 + S_1$ for preenchida, *a priori* nada determinará qual a parte relativa do consumo que irá corresponder a $V_1 + V_2$, isto é, ao consumo operário, e qual a parte que irá corresponder ao consumo capitalista dos bens de consumo.

Podemos perfeitamente modificar a taxa de exploração e supor a seguinte situação

$$4000 C_1 + 500V_1 + 1500 S_1 = 6000 M_1$$

$$\text{II} \quad 2000C_2 + 250V_2 + 750S_2 = 3000M_2$$

com as seguintes condições:

$$C_2 = V_1 + S_1 = 2000$$

$$C/V = 8$$

$$S/V = 3$$

Temos aqui uma taxa de mais-valia mais elevada (S/V) e também uma composição orgânica do capital mais elevada, o que é compreensível, considerando o reforço da exploração e a consequente redução relativa da componente trabalho no valor da produção (composição valor do capital) e a taxa de exploração mais elevada.

Para nós, o problema interessante situa-se noutro ponto: é que esta modificação reflete-se na composição do consumo capitalista. Com efeito, ou os capitalistas aumentam sua parte de consumo de bens de consumo, ou produzem mais bens de produção, reduzindo deste modo o efeito da estimulação a jusante exercido pelo setor II, e reduzindo, por conseguinte, a motivação para investir no próprio momento em que aumentam a capacidade de investir. Vejamos a modificação da composição do consumo capitalista. Na hipótese considerada por Mandei, o consumo capitalista dividia-se em 6 000 para os bens de produção e 1500 para os bens de consumo.

Agora, temos um consumo capitalista de bens de produção sem modificações, isto é, de

6000, mas um consumo capitalista de bens de consumo no valor de 2 250:

<i>Bens de Consumo</i>			
Oferta		Procura	
Capitalistas	3000	Capitalistas I.....	1500
		Capitalistas II.....	<u>750</u>
			2250
		Operários I	500
		Operários II	<u>250</u>
			750
Oferta global.....	3000	Procura global	3000

Não há desequilíbrio global do ponto de vista da realização; em contrapartida, constatamos que esta taxa superior de mais-valia exige um consumo acrescido por parte dos capitalistas ou uma redução do peso relativo do setor II.

Voltamos assim ao ponto central: a economia capitalista é uma economia estimulada pelo consumo individual final, isto é, depende, para sua reprodução equilibrada, ou melhor, para seu "desequilíbrio dinâmico", de uma procura elevada no setor II, de forma que haja justificação para os investimentos do setor I.

Com efeito, o produtor de máquinas pesadas só aceitará a expansão da sua produção se houver procura preexistente! para seu produto. Por sua vez, a instalação destas máquinas, do ponto de vista do capitalista que vai produzir para o mercado de consumo, exige que haja possibilidade de escoar o produto. O essencial é que o aumento da produção de máquinas do setor I depende da procura ou da pressão da procura do setor II.

Neste sentido, a economia capitalista só se pode desenvolver com uma expansão paralela dos dois setores (por estas razões, não pelas razões inerentes aos esquemas de reprodução como observa Emmanuel), enquanto o modo de produção Socialista pode perfeitamente permitir-se tal desenvolvimento — dentro de certos limites que variam segundo etapas de desenvolvimento — porque sua economia é induzida pelo produtor e não pelo consumidor.

Ora, na medida em que o capitalista recorre ao mercado externo e na medida em que a divisão internacional do trabalho permite a manutenção, de forma duradoura, de uma troca de bens de consumo operário por bens de consumo capitalista, o capitalista pode manter a procura do setor elevado e, por conseguinte, manter a motivação a jusante setor I, sem, por este motivo, baixar a taxa de exploração que reduziria a capacidade de realizar os investimentos tornados economicamente viáveis.

Tomemos, por exemplo, uma situação de consumo capitalista, no setor de bens de consumo, de 2250. O capitalista pode manter um consumo de 1500 e exportar o excedente 750, em bens de consumo (setor II), importando, em troca 750 em meios de produção.

Temos, portanto:

Bens de Consumo

Oferta		Procura	
Capitalistas II	3 000	Capitalistas I, consumo	1125
		Capitalistas II, cons. .	375
		Capitalistas, export. ..	<u>750</u>
			2250
		Operários I	500
		Operários II	<u>250</u>
			750
Oferta global	3000	Procura global	3000

A diferença está simplesmente neste fato: estamos agora perante um valor de 3 000 bens de consumo, mas, por meio do comércio internacional, um valor de 750 em mercadorias passou diretamente para o setor I, para o consumo produtivo dos capitalistas, enquanto o consumo de bens de consumo por parte dos operários passou de 1500 para 750. A taxa de exploração ficou, desta forma, duplicada, e o consumo por parte dos capitalistas manteve-se em 1500, sem ter sido reduzido o peso global do setor II, que é de 3 000.

A transformação de bens de consumo em bens de produção através do mercado internacional representa, portanto, um elemento essencial para a manutenção do ritmo de expansão do capitalismo, permitindo a manutenção de uma taxa de acumulação elevada (salários baixos), uma produção elevada no setor II (em parte para a exportação), logo, uma procura indireta elevada de bens do setor I (estimulado pela expansão do setor II),

permitindo por sua vez a utilização efetiva da capacidade de investimento que resulta da taxa elevada de acumulação, sem incorrer nas crises que implica o desenvolvimento sobre uma base "estreita".

A produção no setor II mantém-se, portanto, em 3 000, enquanto o setor I retoma a produção no ciclo seguinte com meios de produção (*Mp*), no valor de 6 750. O aumento deste último valor sem a redução do primeiro é justamente possibilitado pela divisão internacional capitalista do trabalho. Ao passarmos dos esquemas de reprodução à divisão internacional do trabalho encontramos, portanto, o problema dos níveis de salário e, por conseguinte, podemos passar à problemática das relações de produção à escala mundial. Com efeito, como já vimos, a reprodução da diferenciação dos salários ao nível mundial permitirá a troca desigual na fase posterior da divisão internacional do trabalho, quando o centro optar pela redistribuição dos salários e por um mercado de profundidade social considerável. A diferenciação dos salários permitirá então a recuperação das taxas de acumulação através da troca desigual, por intermédio da internacionalização do capital produtivo.

A força desta dinâmica encontra aí uma boa parte da sua explicação, mas também a explicação dos seus limites, porque a polarização desemboca na fraqueza do mercado de massa na periferia e na impossibilidade de estender o perfil de consumo do centro para além das elites da periferia, elemento chave da crise atual.

Internacionalização do capital produtivo

A polarização dos salários ao nível mundial não constitui, portanto, uma variável independente, mas um dado essencial do sistema que se desenvolve de forma contraditória. E trata-se, aqui, não só da dinâmica da elevação dos salários do centro, mas também da dinâmica da não-elevação dos salários na periferia.

Observamos três aspectos do problema: em primeiro lugar, que o atraso relativo do aumento dos salários em certas economias do centro e, em particular, na Grã-Bretanha, podia reencontrar sua lógica no fato de a realização do setor II, indispensável no modo de produção capitalista para a estimulação do sistema, se efetuar pela exportação de bens de consumo popular e pela importação de bens de produção.

Em segundo lugar, vimos que o próprio desenvolvimento das forças produtivas no centro, acelerado por este mecanismo, conduz gradualmente à necessidade da redistribuição dos salários, tanto pela pressão da própria massa de produção, como pelo fato de a periferia superexplorada constituir apenas um mercado limitado de bens de consumo a longo prazo.

Em terceiro lugar, vimos que, na periferia, a superexploração está ligada à orientação da produção para o exterior.¹⁰⁹ Tornada possível pela realização no exterior, esta superexploração exige, por sua vez, numa economia periférica, a reprodução de uma série de relações de produção pré-capitalistas, para grande contentamento dos investigadores ávidos de feudalismo em qualquer afastamento do modelo clássico de acumulação capitalista.

À polarização dos salários sendo, portanto, ativamente reproduzida pela dinâmica do sistema, tanto no centro, no sentido positivo, como na periferia no sentido negativo, a., troca desigual encontra seu prolongamento lógico ao nível das relações de produção, e não

¹⁰⁹ A formação de um polo dominante interno só virá diversificar o sistema tem o transformar.

apenas ao nível da troca, curto-circuito que levou ao salto das contradições de classe para as contradições entre “nações”.

O esquema de raciocínio é, aqui ainda, muito simples: na medida em que os salários do centro eram rapidamente aumentados, assegurando às economias do centro uma base de consumo individual final muito ampla, os lucros cresciam mais lentamente e o interesse pelo reforço da superexploração na periferia via-se diretamente ligado à possibilidade de recuperar, na periferia, os lucros redistribuídos sob a forma de salários no centro.

É este processo de "recuperação" da taxa de exploração, tornado possível através do papel que a força de trabalho desempenha nos esquemas de reprodução do capital, que fixaremos aqui rapidamente.

6.1. Concentração e redistribuição dos rendimentos na fase atual: dois modelos complementares de acumulação

Na Grã-Bretanha, parece que o atraso da fase "redistributiva" é, muito provavelmente, um fato. Deane e Cole constataam que "considerando todas as indústrias, a média nacional dos salários monetários declinou, ou estagnou, durante a maior parte do período entre Waterloo e 1860", enquanto para a indústria algodoeira a fase mais "negra" parece situar-se nos anos 1830: "A indústria do algodão parte de um nível muito alto no princípio do séc. XIX, flutua em redor desse alto nível durante a maior parte do período de guerra e, em seguida, mergulha bruscamente de tal modo que os salários monetários dos anos 1830 caíram até cerca de metade do nível que prevalecia no princípio do século".¹¹⁰

Não se trata, naturalmente, de refutar a elevação progressiva dos salários reais na Inglaterra durante o séc. XIX,

¹¹⁰ Ph. Deane e W. A. Cole. *British Econotnic Growth...*, op. cit., p. 26-7.

	Salários	Rendas	Lucros, juros e mistos
	(%)	(%)	(%)
1860-69	48,5	13,7	38,9
1865-74	47,6	13,0	39,4
1870-79	48,7	13,1	38,2
1875-84	48,8	13,9	37,3
1880-89	48,2	14,0	37,9
1885-94	49,2	13,0	37,8
1890-99	49,8	12,0	38,2
1895-1904	49,6	11,6	38,8
1900-09	48,4	11,4	40,2
1905-14	47,2	10,8	42,0
1920-29	59,7	6,6	33,7
1925-34	60,7	8,1	31,2
1930-39	62,0	8,7	29,2
1935-44	64,0	6,7	29,3
1940-49	68,8	4,9	26,3
1946-55	71,6	4,2	24,2
1950-59	72,4	4,9	22,7

mas de mostrar que o atraso relativo da elevação se enquadra perfeitamente na lógica da divisão internacional do trabalho da época. No entanto, parece-nos que esta dinâmica restrita de distribuição muito progressiva dos salários distingue-se nitidamente da redistribuição dos anos 1930.

Vejamos antes a evolução do peso relativo dos salários, das rendas e dos lucros, em relação à renda nacional do Reino Unido entre 1860 e 1959,¹¹¹ conforme quadro da página anterior.

Observa-se a clara elevação da participação dos salários na renda nacional a partir dos anos 1920, depois de um longo período de estabilidade. Do mesmo modo, a participação dos lucros cai muito rapidamente e continuará a reduzir-se durante os anos 1950.

Ora, até 1914, a manutenção a um nível relativamente estável de participação dos salários é paralela a uma expansão da força de trabalho empregada nos setores de manufatura, minas e indústria: a parte desta força de trabalho no total da população ativa era de 43,9% em 1891, 46,4% em 1911 e 49,1% em 1951.¹¹²

A expansão real dos salários, a redistribuição efetiva da renda à população assalariada dá-se, portanto, em termos qualitativamente novos, a partir do segundo quarto do séc. XX,

Observemos que o enriquecimento relativo mais forte favorece as camadas médias da população, enquanto o grosso da população mantém sua posição relativa (o que significa,

¹¹¹ Ph. Deane e W. A. Cole. *British Economic Growth...*, op. cit., p.247.

¹¹² Ph. Deane e W. A. Cole. *British Economic Growth...*, op. cit., p. 142.

evidentemente, uma elevação rápida da renda absoluta no período pós-guerra), e que os muito ricos sofrem um recuo importante nos seus rendimentos.¹¹³ Veja tabela seguinte.

Observemos que, enquanto a situação global dos 50% Inferiores (30% e 31%) se modificou relativamente pouco, a dos 10% e 5% superiores sofreu uma forte redução, o que significa uma melhoria relativa da posição que Robinson e Eatwell designam por *upper-middle-range*.

Distribuição da renda, líquida de impostos, no Reino Unido em 1938-39 e 1966-67

Percentagem de pessoas que recebem rendimentos	Perctagem do total da renda das pessoas	
1938-39	1966-67	
10% inferiores	5	4,2
50% inferiores	30	31
50% superiores	70	69
25% superiores	54	40 1
0% superiores	33	20
5% superiores	25	13

A redistribuição da renda aparece também de forma muito nítida, nos EUA, a partir da grande crise de 1929: no seu estudo da distribuição da renda nos EUA entre 1922 e 1969, Smith e Franklin chegam às seguintes conclusões:

"Estas estimativas levam-nos a concluir que a distribuição da riqueza (1?) tornou-se significativamente mais equitativa nos anos 1930 e nos primeiros anos da década de 1940, dois períodos de intervenção governamental maciça no mercado, e (2?) manteve-se essencialmente sem alteração desde 1945". (...) Lampman, no seu estudo clássico da distribuição da riqueza, encontrou a concentração mensurável mais alta no crepúsculo da Grande Depressão. De acordo com seus números, os 0,5% mais ricos dos norte-americanos detinham, em 1929, 32,4% da riqueza líquida (de imposto) de todos os indivíduos, sem dúvida um reflexo da subida vertiginosa dos preços das ações — durante muito tempo, o título dominante nas carteiras dos ricos — na altura. Mas o colapso do mercado em outubro de 1929 e o seu mergulho em 1932 arrastaram as fortunas de muitos que estavam perto do pináculo da pirâmide da riqueza da América. Não sabemos se 1932 foi o crepúsculo dos abastados da América, mas em 1933 os 0,5% mais ricos tinham perdido 22% da quota de riqueza que detinham quatro anos antes. Lampman descobriu que a quota dos 0,5% mais

¹¹³ *Annual Abstract of Statistics, 1955 e 1969*. Citado por J. Robinson e J. Eatwell. *An Introduction to Modern Economics*. Londres, McGraw-HUI, 1974. p. 208.

ricos subiu posteriormente um pouco — de 25,2% em 1933 para 28,0% em 1939 — mas caiu mais tarde abruptamente para apenas 20,9% em 1945. E 1949 viu a

*Repartição da renda individual antes da
liquidação dos impostos — EUA*

<i>Ano</i>	<i>20% superiores</i>	<i>20% inferiores</i>
1910	46,2%	8,3%
1929	51,3%	5,4%
1947	44,22%	4,9%
1972	44,0%	5,2%

distribuição mais equitativa da riqueza norte-americana medida até hoje. Nesse ano, os 0,5% mais ricos, dos detentores de riqueza detinham apenas 19,3% de toda a riqueza líquida individual. (...) Poderia parecer (...) que a tendência para a igualdade nas duas décadas que se seguiram ao colapso do mercado em 1929 se invertesse depois da Segunda Guerra Mundial. Mas nossa análise da evidência anterior e nossas estimativas para 1958, 1962, 1965 e 1969 não apoiam esta conclusão".¹¹⁴

Temos, portanto, ainda aqui, uma redistribuição da renda, com uma perda muito nítida da posição relativa da camada mais rica, ao mesmo tempo em que, fato perfeitamente coerente com as necessidades de promover um perfil de consumo de acordo com a nova "locomotiva" da produção industrial — o automóvel e os bens de consumo duradouros em geral — a renda nas camadas mais pobres permanece relativamente estável (conforme quadro acima).

Depois da grande crise, constatamos uma queda relativamente abrupta dos rendimentos dos 20% mais ricos da população, que passam de 51,3% para 44,2% entre 1929 e 1947.

Observamos, no entanto, que esta redistribuição não reduz à miséria o próprio cume da pirâmide, que mantém sua posição: por um lado, fato importante, o controle da produção permanece solidamente localizado, na medida em que, hoje em dia, os 5% mais ricos da população controlam

¹¹⁴ James D. Smith e Stephen D. Franklin. "The concentration of personal wealth, 1922-1969: new dimensions of economic inequality," *The American Economic Review*, May 1974.

Salários mensais nas indústrias manufatureiras, em 1969, em dólares

EUA	508,6
Europa Ocidental	225,06
América Latina	92,23
África	57,63
Sudeste asiático	42,46

Fonte: Alexandre Faure e Jean Sebord. *Le Nouveau desequilibre mondial* Paris, Grassei, 1973. p. 328.

61% das ações.¹¹⁵ Por outro lado, o quinhão do 1% dos mais ricos continuará enorme: 27,5% da renda nacional em 1953, 26,9% em 1958, 29,2% em 1965 e 24,9% em 1969.¹¹⁶

No conjunto não é, portanto, de admirar que a diferenciação dos salários ao nível mundial (orne, a partir de 1929, um ritmo qualitativamente diferente. Em 1969, só na indústria manufatureira, que representa apenas parte do problema, na medida em que as atividades primárias são pelo menos tão importantes nos países subdesenvolvidos e os salários inferiores, a situação é a apresentada na tabela acima.

Ora, trata-se aqui de comparações dos salários das indústrias manufatureiras, e sabemos que o proletariado industrial do Terceiro Mundo goza, em relação ao resto da

Distribuição da renda segundo as camadas da população

Parte da população	1960	1970
40% inferiores	11,20%	9,05%
10% seguintes	6,49%	4,69%
10% seguintes	7,49%	6,25%
10% seguintes	9,03%	7,20%
10% seguintes	11,31%	9,63%
10% seguintes	15,61%	14,83%
10% mais ricos	38,87%	48,35%

Fonte: IBGE — *Manual de investimentos 1972*, p.10

população e, em particular ao proletariado rural, de uma situação privilegiada que a sua situação de minoria possibilita.

Se tomarmos o caso do Brasil, característico neste plano, e o conjunto da população, constatamos uma concentração da renda que se reforça na mesma medida em que a tendência

¹¹⁵ Pierre Doumerguas. "Uma Política de desigualdade." *le Monde Diplomatique*, jul. 1976.

¹¹⁶ Smith e Franklin. *op. cit.*, p. 166.

redistributiva se reforça no centro.

A estrutura global da distribuição da renda no Brasil em 1960 e 1970 é a da tabela da página anterior.

Constatamos que apenas os 10% mais ricos melhoraram sua posição relativa e que o aumento da sua parte foi de 24,4. Esta tendência aparece ainda mais claramente ao analisarmos os 5% e 1 % superiores da tabela abaixo.

Desde modo, a parte dos 80% mais pobres da população foi reduzida em 20%, enquanto a dos 5% mais ricos aumentava de 32% e a do 1 % mais ricos, de 51 %.

Não se trata, evidentemente, de uma particularidade do Brasil. No Chile, os 50% mais pobres da população têm direito a 5,6% da renda nacional. No México, cuja longa fase de industrialização é conhecida, e deixaria supor uma situação diferente, esta parte da população tem direito a 9,2% da renda nacional. Os dados correspondentes para o Equador e a Venezuela são, respectivamente, 7,8% e 6,0%.¹¹⁷

Deixamos aqui de lado as implicações estruturais, sobre o modelo de desenvolvimento, desta concentração progressiva do rendimento. Por agora, importa-nos marcar esta dupla dinâmica, de concentração e de redistribuição, que implica a nova divisão internacional do trabalho.

Distribuição da renda segundo as camadas da população

<i>Parte da população</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>
80% inferiores	45,52%	36,82%
20% superiores	54,48%	63,18%
5% superiores	27,35%	36,25%
1% superior	11,72%	17,77%

Fonte: Idem.

6.2. Divisão internacional do trabalho e realização no centro

A passagem à fase redistributiva no centro significa naturalmente, em termos globais, uma redução relativa dos seus investimentos internacionais e do seu comércio internacional, na

¹¹⁷ Aníbal Pinto. *Distribuição da renda na América Latina em desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p.48.

exata medida em que as economias do centro reencontravam no seu próprio seio o elemento dinamizador da sua economia.

Se esta redução pode parecer paradoxal, é necessário recordar, antes do mais, que se trata de uma redução em termos relativos. Mas o fenómeno não levanta dúvidas. Como diz Nurkse, "o volume do comércio mundial atingiu o nível recorde de todos os tempos em 1957, mas isto não é surpreendente na medida em que quase tudo agora é maior do que antes . Em relação à produção mundial, o comércio internacional é mais pequenos do que há cinquenta ou cem anos atrás. Se considerarmos que, como parece ser o caso, cerca de um décimo do valor dos bens produzidos no mundo entra agora no comércio internacional, esta proporção era provavelmente qualquer coisa como um sexto nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial".¹¹⁸

O próprio acréscimo do volume do comércio internacional faz-se a um ritmo decrescente. Retomando os números de Bertil Ohlin, Nurkse cita a seguinte tendência:

Acréscimo do comércio mundial

1850-1880	+270
1880-1913	+170
1928-1958	+ 57

Fonte: R. Nurkse. *Patterns...*, op. cit., p. 19.

A tendência afeta igualmente os investimentos no estrangeiro. Emmanuel recorda que, "em termos relativos, os haveres do Reino Unido no exterior em 1914 representavam mais ou menos o dobro da sua renda nacional anual na altura, enquanto os dos EUA apenas representam, hoje em dia, um quinto do seu".¹¹⁹

Que esta tendência tenha sido insuficientemente sublinhada, é compreensível. Enquanto as novas formas de relações mundiais de produção ainda estavam mal definidas, os marxistas davam pouca ênfase aos números que tendiam a pôr em causa

¹¹⁸ Ragnar, Nurkse. *Patterns of Trade and Development*. Oxford, Basil Blackwell, 1962, p. 12.

¹¹⁹ A. Emmanuel. "Les Sociétés multinationales et le développement inégal." *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, 1976, n.4, p. 824 e segs.

uma análise linear do processo imperialista.¹²⁰ E a constatação de uma redução relativa do peso do comércio internacional ou dos investimentos externos pareceria, *a priori*, indicar um retrocesso do imperialismo.

PNB por habitante, em dólares correntes

<i>País</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
EUA	2380	4840	8 750
Japão	460	1 910	8 850
Alemanha	1310	3040	8800
França	1 350	2 920	7 150
Grã-Bretanha	1 380	2 170	4000
Itália	700	1 700	4000
Bélgica	1 250	2 670	5 700
Luxemburgo	1 560	2 940	5500
Holanda	990	2 400	5500
Irlanda	660	1 320	2500
Dinamarca	1 300	3 160	7 700
Europa dos Nove	1 160	2 490	6 030

Fonte: A. Faire e J. Sebord. *Le Nouveau desequilibre...*, *op. cit.*, p. 455. Em 1980, segundo O Banco Mundial este mercado é constituído por 670 milhões de pessoas com um produto médio por pessoa da ordem de 10.000 dólares.

Por outro lado, a lógica deste sistema, como vimos, é a prosperidade relativa das massas populares do capitalismo do centro, dado que os marxistas do "centro" dificilmente digeriram, ou aceitaram, concentrando-se em discussões acerca da pauperização relativa ou absoluta que não facilitavam a investigação dos fatos essenciais.

Ora, basta analisar a evolução da renda *per capita* das economias do centro, para constatar onde se situa o essencial do mercado de consumo individual final no mundo hoje, conforme quadro da página anterior.

Se compararmos estes dados com os números médios da renda *per capita* nas economias subdesenvolvidas, números que, considerada a repartição muito menos equitativa da renda, tendem a sobrestimar a extensão do mercado em profundidade social, é fácil ver o abismo que se cava e compreendem-se as opções do capitalismo do

(11) ¹²⁰ Nurkse relaciona corretamente a expansão capitalista do fim do séc. XIX com uma etapa particular que corresponde, de fato, como vimos, à "fase clássica" do imperialismo. "Áreas que tinham recursos naturais, cujos produtos eram mais procurados, receberam capital para explorar estes recursos e aumentar a oferta destes produtos. R. Nurkse. *Patterns...*, *op. cit.*, p. 18.

centro em termos de mercado: Em 1969, o PNB *per capita* para a América Latina é de 545 dólares, 132 dólares para a Ásia e 303 dólares para a África.¹²¹ Em 1980, o Terceiro Mundo não atinge, na média geral, 800 dólares por pessoa.

Em termos de profundidade social do mercado, recordemos os seguintes dados: o Brasil de 1970 dispõe de uma renda *per capita* de 390 dólares, mas a parte dos 80% inferiores é de 38,4%, o que dá uma ideia da limitação do consumo popular final: os números correspondentes para o Senegal são 245 dólares de PNB *per capita*, e uma parte dos 80% da população que se eleva a 36,0%; para a Tanzânia, temos (em 1967) 89 dólares de PNB *per capita* para uma participação da ordem de 39% dos 80% mais pobres da população; na Índia, estes dados são 99 dólares (1964) e 48%.¹²²

É, portanto, nos países desenvolvidos do chamado "Norte"⁹ que se situa a grande opção, em termos de realização do produto, da produção em massa do pós-guerra. Compreende-se então que os investimentos diretos e o comércio externo e interno do próprio centro acusem um reforço prodigioso, visando ao aproveitamento racional, através do comércio e do investimento direto, da imensa "base" interna que se abre com a fase da redistribuição dos rendimentos.

<i>Exportações intra-regionais</i>	<i>1960(%)</i>	<i>1973 (%)</i>
América do Norte	26,5	33,4
CEE	34,5	48,5
EFTA	18,7	29,4

Fonte: GATT — *Le Commerce International, 1965 e 1973*. Citado por: *La Documentation Française. La Division Internationale du travail*. Paris, 1976. v.I, p.42.

Deste modo, a participação das exportações intra-regionais evoluiu, como se segue, no bloco do "centro", conforme quadro acima,

Uma análise dos investimentos diretos norte-americanos no estrangeiro dá a mesma imagem da importância relativamente muito grande dos investimentos nas próprias

¹²¹ Mariek S. Ahluvalia. "Income Inequality: Some Dimensions of the Problem." *Finance and Development*, set. 1974. Citado por Gerald M. Meier. *Leading Issues in Economic Development*. Oxford "University Press, 1976. p. 22

¹²² G. M. Meier. *Leading Issues...*, *op. cit.*, p. 22.

economias desenvolvidas, conforme quadro abaixo.

Constatamos que os dois terços (67,4%) dos investimentos diretos no estrangeiro vão para países desenvolvidos, enquanto os países subdesenvolvidos recebem cerca de 30% deites Investimentos. Além disso, 82,4% dos investimentos ' em Indústrias transformadoras situam-se no centro. Enfim, é de referir o peso importante da América Latina nos investimentos diretos norte-americanos, em particular no que se refere aos investimentos nas indústrias transformadoras: é assim que 84,1% dos investimentos deste setor, nos países em vias de desenvolvimento, situam-se na América Latina.¹²³

Investimentos diretos norte-americanos no estrangeiro em 1970 (milhões de dólares)

<i>Zonas</i>	<i>Total</i>	<i>Indústrias Transformadoras</i>
Todas as zonas	70 763	29 450
Países desenvolvidos	47701	24282
Patses em vias de desenvolvimento	20 000	5167
(América Latina)	(13811)	(4347)

Fonte: A. Faire e J. Sebord. *L eNouveau desequilibre...*, op. cit. ,p. 59.

A especialização aparece, portanto, claramente: "A repartição setorial e geográfica dos investimentos diretos norte-americanos no estrangeiro, escrevem Faire e Sebord, indica claramente que os investimentos diretos nas indústrias transformadoras se localizam na sua maior parte nos outros países desenvolvidos, enquanto os investimentos diretos nas indústrias extrativas se repartem equitativamente entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. Esta repartição geográfica e setorial dos investimentos diretos traduz o fato de os países do Terceiro Mundo constituírem uma zona de escoamento menor para o capitalismo: a zona de escoamento maior é constituída pela Europa e pelo Japão. Em□contrapartida, o imperialismo norte-americano, em relação aos países do

¹²³ O desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo é ainda ligado a alguns países, da renda per *capita* situada na área 500 a 1000 dólares. Assim, o aumento do valor acrescentado industrial nos países subdesenvolvidos, de 7,4% por ano entre 1960 e 1975 resulta basicamente do aumento da produção industrial do Brasil (23,9% da produção industrial de todos os países subdesenvolvidos), do México (10,7%), da Argentina (9,4%), da Coréia do Sul (8,2%), da Índia (5,9%) e da Turquia (5%). ONUDI. *L Industrie dans le Monde*, 1960. Nova York, 1979. p. 47.

Terceiro Mundo, é o imperialismo do controle das fontes de matérias-primas".¹²⁴

A última afirmação é insuficiente para caracterizar as relações atuais entre o centro e periferia, uma vez que deixa de lado o processo importante da industrialização dependente. O essencial, no entanto, está no fato de a zona de escoamento maior ser efetivamente constituída atualmente pelo próprio centro, e compreende-se o declínio relativo da exportação de capitais em comparação com o início do séc. XX.

6.3. *Divisão internacional do trabalho e recuperação da taxa de lucro na periferia*

Mas este "declínio" do peso relativo das trocas "Norte-Sul" deve ser situado.

Antes do mais, é indispensável recordar que a importância relativamente mais fraca do imperialismo "clássico" para as economias do centro não reduz necessariamente a amplitude dos efeitos negativos para a periferia. Já vimos, quando do estudo das fases precedentes do Brasil, que os efeitos negativos, de bloqueio e distorção, sobre a economia pobre, não tinham comparação possível com os efeitos positivos para a economia do centro. Que as economias do centro estejam mais fechadas sobre si próprias não significa, portanto, que os mecanismos que subsistem, ou as novas relações criadas com a periferia, sejam menos destrutivas para esta.

Por outro lado, este declínio não constitui um declínio da relação imperialista em si mesma, mas sua transição para uma nova forma.

É verdade que, durante a fase imperialista "clássica", a realização na periferia era suficientemente importante, do mesmo modo que era suficientemente importante o investimento em infraestruturas destinado a permitir a intensificação da produção e da exportação primária, para que as atividades exteriores tivessem tido um peso muito grande em relação à produção.

No entanto, após a sucessão de crises interimperialistas do 1913-48, o recuo relativo das relações Norte-Sul, que reflete o desenvolvimento mais virado para si mesmo do centro, não impede que a especialização das economias periféricas em bens primários se tenha reforçado, ao mesmo tempo em que esta forma de divisão internacional do trabalho é

¹²⁴ A..Faire e J. Sebord. *Le Nouveau desequilibre...*, op. cit., p. 57.

acompanhada de um processo de internacionalização do capital produtivo.¹²⁵

a) A primeira característica que o interesse pelas multinacionais não deve deixar esquecer, é a manutenção da relação "clássica" entre as economias do centro e as da periferia: a periferia continua a ser, fundamentalmente, um fornecedor de matérias-primas, conforme quadro seguinte.

Este fato conduz os autores do relatório do GRESI sobre as tendências atuais da divisão internacional do trabalho à seguinte conclusão: "Ainda hoje, a divisão internacional do trabalho ao nível das matérias-primas e relações entre países desenvolvidos e países em vias de

América Latina: Participação das exportações tradicionais no total das exportações (%)

<i>País</i>	<i>1945-47</i>	<i>1958-60</i>	<i>1964-65</i>
Argentina	66	72	73,2
Brasil	62	81	72,3
Colômbia	91	93	88
Chile	72	85	85
Equador	92	98	—
México	49	59	42
Paraguai	68	81	71
Peru	46	86	62
Uruguai	84	92	91
Venezuela	99	96	99

Fonte: Osvaldo Sunkel e Pedro Paz - *El Subdesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo*. México, Siglo Veintiuno, 1970. p. 371.

desenvolvimento são, em traços largos, sinônimos (...) Se abstrairmos das relações entre países desenvolvidos a característica do período 1945-70 ao nível das matérias-primas, é o prosseguimento do tipo de DIT inaugurado em larga escala pela criação dos impérios coloniais no século passado".¹²⁶

Deste modo, embora o reforço global da interpenetração dos países desenvolvidos tenda a reduzir a parte dos países subdesenvolvidos no comércio internacional, esta redução

¹²⁵ É importante recordar que esta internacionalização do aparelho produtivo industrial afeta em particular a América Latina e, no seio desta, alguns grandes centros industriais, como o eixo Rio—São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México.

¹²⁶ GRESI — Groupe de Réflexion pour les Stratégies Industrielles, *La Division Internationale du travail: les tendances actuelles*. La Documentation Française, 1976. v. I, p. 65-7

não implica, de nenhum modo, o recuo das atividades primárias, que são simplesmente modernizadas e acompanhadas de outras atividades em certos países da periferia. As taxas de aumento das exportações dos diferentes setores dos países subdesenvolvidos evolui conforme tabela da página seguinte. Constatamos que a tendência recente é para a manutenção da importância das exportações de matérias-primas e está fora de causa uma regressão do setor primário. Por outro lado, as taxas elevadas de progressão das exportações de máquinas e outros artigos manufaturados devem ser vistas na

Taxa de crescimento das exportações dos países em vias de desenvolvimento

<i>Categoria de produtos</i>	<i>1955-60</i>	<i>1960-68</i>	<i>1968-71</i>
Produtos alimentares	1	3,8	6,9
Matérias-primas	1,9 S	0,5	5,7
Combustíveis	4,6	8,2	15,8
Produtos químicos	8,7	11,7	14,9
Máquinas e material de transporte	4,7	17,9	32
Outros artigos manufaturados	2,8	10,6	10,6
Total		5,6	11,1

Fonte: GRESI, *La Division...*, op. cit., v. I, p. 47.

perspectiva de crescimento de um setor muito jovem, onde o nível de base é muito baixo. Em 1971, a participação dos produtos Alimentares, matérias-primas e combustíveis no conjunto das exportações dos países em vias de desenvolvimento era da ordem dos 80%.

Isto significa uma extensão permanente, em termos absolutos, das atividades primárias, em particular do setor agrícola exportador, cujo peso, em termos de utilização de mão-de-obra, é muito grande. Paul Bairoch relata a seguinte evolução da produção mundial dos principais produtos tropicais:

Produção mundial dos principais produtos tropicais

(em milhares de toneladas; médias anuais de cinco anos envolvendo o ano referido)

<i>Produtos</i>	<i>1900</i>	<i>1916</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>
Algodão	1200	3280	6100	6830
Bananas	1800	8100	19400	25300
Borracha	60	995	260	2650
Cacau	102	730	1060	1370
Café	970	2420	4070	3 760

Chá	290	440	960	1150
Oleaginoso	2 700	12100	18800	22000

Fonte: Paul Bairoch. *Le Tiers-monde dans l'impasse*. Paris, Gallimard, 1971. p. 183.

A recondução do setor primário exportador é, portanto, evidente, qualquer que seja a importância relativa das exportações industriais, que adiante veremos.

Ora, um dos fatos gritantes, em termos de relações de exploração, é a extrema miséria dos trabalhadores do setor primário exportador dos países subdesenvolvidos. Esses trabalhadores pertencem quase sempre à metade pobre da população, e já vimos a parte reduzida do rendimento a que esta parte da população tem direito.

A tentação foi grande, durante bastante tempo, de alijar a miséria deste proletariado rural para cima do atraso das estruturas de produção, ligadas à pretensa subsistência do feudalismo. É, hoje em dia, uma posição insustentável, e sabe-se que, em grande parte, o problema qualitativamente posto, por exemplo, pelo desemprego no Terceiro Mundo, corresponde à expulsão de trabalhadores das grandes regiões de monocultura exportadora modernizada.¹²⁷

Na medida em que as técnicas são modernizadas e que a produtividade do trabalho se aproxima da do centro, enquanto a remuneração dos trabalhadores — é preciso ter em conta, em particular, os trabalhadores sazonais que constituem uma massa muito importante no caso da monocultura — se mantém muito baixa, o mecanismo da troca desigual reforça-se.

Para o centro, trata-se de uma recuperação da taxa de lucro através da troca desigual, permitindo à fase "redistributiva" no centro funcionar sem pôr em causa a taxa de acumulação, ou ainda, e é o essencial, assegurando recuperação parcial.

Neste sentido, a reprodução das relações de produção ditas "pré-capitalistas" nas grandes zonas de plantação corresponderia a um processo moderno que, por intermédio de uma série de mecanismos — a troca desigual, a deterioração dos termos de troca, o jogo sobre as taxas de câmbio — permite a recuperação da taxa de acumulação no centro. O reverso da medalha, naturalmente, é que a produção é exportada para o "centro" ou para o

¹²⁷ Uma imagem bem mais "moderna." e realista é dada pelo ORESI: "As empresas dos países desenvolvidos produzem, com seus capitais, suas técnicas, seu pessoal de enquadramento, as matérias-primas onde elas se encontram, e encaminham-nas para as 'metrópoles', onde são transformadas." ORESI. *La Division...*, op. cit., vol. 1, p. 65.

polo dominante interno que constitui um seu prolongamento, e o trabalhador é, desta forma, privado, na periferia, da participação alargada à realização do produto, e será fixado à plantação por relações de produção específicas.¹²⁸

b) A outra face da recuperação da taxa de acumulação no centro é a extensão da internacionalização do capital produtivo, sob seus dois aspectos: através da importação de mão-de-obra mais barata da periferia imediata — italianos, portugueses e outros na Europa, porto-riquenhos e mexicanos nos EUA, trabalhadores acampados em "Bantustans" na África do Sul — ou a exportação do aparelho produtivo do centro para a periferia, onde se situa a mão-de-obra barata.

Os dois fenômenos são fundamentalmente idênticos no seu sentido econômico: a recuperação da taxa de lucro no centro, compensando, pela exploração da periferia, a redistribuição de renda que exige a "base alargada" de realização no centro.

No primeiro caso, trata-se de obter mão-de-obra mais barata, ou pelo salário inferior, ou pela redução dos seus custos sociais de reprodução (habitação, escolas, etc.) ou, ainda simplesmente, pela manutenção, na periferia, do custo de reprodução da mão-de-obra, apropriando-se o centro da força de trabalho líquida. Esta forma de internacionalização do capital produtivo, característica da semiperiferia européia,^{21 129} tem evidentemente incidências sobre a orientação das regiões atingidas, e reencontramos aqui as relações de produção que estão na base de situações como a do Sul da Itália, integrado desde o início no mercado comum, mas cujo "atraso" parece literalmente reproduzido. Ainda aqui, a explicação que se limita aos

Ativos correspondentes aos investimentos diretos estrangeiros (em bilhões de dólares)

<i>País</i>	1967		1971		1972	
	<i>montante</i>	<i>%</i>	<i>montante</i>	<i>%</i>	<i>montante</i>	<i>%</i>
EUA	59,5	55,0°	86,0	52,0%	94,0	53,8%
Canadá	3,7	3,4%	5,9	3,6%	6,3	3,6%
Japão	1,4	1,3%	4,5	2,7%	6,8	3,9%
Reino Unido	17,5	16,2	24	14,5	25,5	14,6%
França	6	5,5%	9,5	5,8%	10	5,8%
Alemanha	3	2,8%	7,3	4,4%	8,2	4,7%

¹²⁸ Como não ver que, neste caso, o camponês do Terceiro Mundo, longe de ser o pequeno proprietário rural dono da sua produção que se conhece nos países do centro, arca com o maior sacrifício da acumulação capitalista mundial e, como tal, se vê em contradição objetiva com o sistema...

¹²⁹ O conceito útil de "semiperiferia" é desenvolvido por I. Wallerstein e permite abordar de forma bem mais precisa a realidade constituída por Portugal e outras formações auxiliares de um modelo que não é "puro".

Total	108,2		165		174,9	
-------	-------	--	-----	--	-------	--

Fonte: GRESI. *LaDivision...*, op. cit., vol. 10, p. 57.

fenômenos de superestrutura — tradições, máfia, etc. — que não são mais do que seus cães de guarda, é insuficiente.

No segundo caso, assiste-se à internacionalização do aparelho produtivo industrial, que se desloca para se instalar em regiões onde a mão-de-obra é barata.

Vejamos, antes de tudo, sua importância. O relatório citado do CRESI apresenta os números do quadro acima.

Observa-se a rapidez da progressão, passando o montante dos investimentos diretos no estrangeiro de 108,2 bilhões de dólares em 1967 a 174,9 bilhões de dólares em 1972. Por outro lado, observa-se o peso esmagador dos investimentos diretos norte-americanos, que ultrapassam largamente 50% do total.

O papel pioneiro dos EUA neste tipo de internacionalização do capital é já relativamente antigo. Raymond Vernon relata os seguintes dados:

"(...) Tem havido um aumento notável do número de filiais estrangeiras de firmas com sede nos EUA nas últimas décadas. Este crescimento está bem documentado no caso de um grupo de 187 firmas cujas atividades no estrangeiro foi possível detetar a partir de 1900. Este grupo de 187 contribui provavelmente com mais de 80% dos investimentos diretos dos EUA no estrangeiro, no setor da indústria, excluindo o Canadá. No fim da Primeira Guerra Mundial, o número de filiais estrangeiras neste grupo excedia ligeiramente 250; por volta de 1929, tinha atingido 500, por volta de 1945, estava um pouco abaixo das 1000; por volta de 1957, aproximadamente 2 000 e por volta de 1967, superior a 5 500".¹³⁰

A aceleração do processo é recente e a produção multinacional atinge uma parte importante da produção mundial. Ainda segundo Vernon, "de acordo com algumas estimativas grosseiras, o volume de negócios destas empresas fora dos seus países de origem pode totalizar até 500 bilhões (de dólares) em bens e serviços, cerca de um quarto do produto bruto do mundo não-comunista".¹³¹

Vimos (p. 112 supra) que um pouco menos de um terço destes investimentos se destina

¹³⁰ Raymond Vernon. *Future of the Multinational Enterprise in the International Corporation: a Symposium*. M.I.T. Press, 1970. p. 381.

¹³¹ R. Vernon. *Future...*, op. cit., p. 383.

às economias em vias de desenvolvimento. No entanto, estes investimentos têm um papel essencial do ponto de vista da recuperação da taxa de lucro pelas empresas no centro:

"O que há, sem dúvida, de mais chocante na orientação dos investimentos no estrangeiro é que, de 1960 a 1967, 13,7 bilhões de dólares, ou seja, 71% dos novos capitais, foram absorvidos pelo Canadá e Europa Ocidental, enquanto 20,1 bilhões de dólares, ou seja, 60,1% dos lucros, juros e *royalties* recebidos nos EUA provinham de investimentos na América Latina e no resto do Terceiro Mundo. Deste modo, durante a "década de desenvolvimento" dos anos 1960, efetuava-se uma importante transferência de capitais das regiões pobres para as regiões ricas graças ao sistema de firmas multinacionais e do mercado internacional dos capitais."¹³²

Ora, vimos acima a diferenciação dos salários (ver *supra*, p. 107): enquanto o salário mensal nas indústrias manufatureiras nos EUA era de 508,6 dólares em 1969, o da América

Latina era da ordem de 92 dólares, o da África 57 dólares e o da Ásia 42 dólares, sempre na indústria manufatureira.

Não vamos aqui retomar a teoria da troca desigual. Sendo esta um fato objetivo, nosso interesse volta-se para os fundamentos da sua existência, a reprodução do desnível dos salários que a torna possível. Em outros termos, as relações de produção mundiais que sustentam a relação de circulação caracterizada pela troca desigual.

Ora, na base da diferenciação constatamos a "especialização" entre centro e periferia, fornecendo esta uma força de trabalho superexplorada, o que permite reforçar a redistribuição dos salários no centro, onde se desenvolve a função de "realização" da força de trabalho.

Deste modo, através da diferenciação de dois modelos de acumulação capitalista, um dominante e outro dependente, a redução global da parte relativa das trocas entre centro e periferia leva ao reforço da interpenetração dos dois polos, num processo de acumulação mundial em que a "terceira via" não existe.

6.4. Limites da função da periferia na nova divisão internacional do trabalho

¹³² GRESI. *La Division...*, *op. cit.*, vol. 1, p. 55. Recordemos que se trata de um estudo de fundo realizado no quadro do Ministério da Indústria e Investigação francês.

Portanto, se no conjunto o recuo quantitativo da dimensão internacional do capitalismo dominante é nítido, bastando comparar a situação atual com a do princípio do século, parece tratar-se de uma transformação que marca o atual recuo relativo do peso das matérias-primas no comércio internacional, recuo da fase "clássica" da divisão internacional do trabalho, relativamente à progressão muito nítida do que Hymer chama a *cross-penetration* (interpenetração) das economias do centro.

Em contrapartida, constatamos o início da expansão da nova divisão internacional do trabalho, baseada na internacionalização do capital produtivo. E enquanto a nova DIT não tomar um peso importante, é natural que pareça haver um "recuo do imperialismo", quando se trata apenas de uma transição.

Acentuação da divisão internacional do trabalho

<i>Bilhões de dólares</i>	1955	1960	1965	1970	1971	1972	1973	1974
PNB mundial	1100	1500	2200	3200	3700	4200	4600	5100
Export. mundiais					351	418	577	
Export./PNB:								
Mundo	8,5%	8,6%	8,5%	9,8%	9,5%	9,9%	12,6%	15,8%
EUA	3,9%	4,1%	4,0%	4,4%	4,2%	4,3%	5,5%	7,0%
Japão	8,3%	10,8%	10,0%	9,8%	9,4%	8,5%	8,9%	12,1%
CEE	14,6%	16,1%	15,7%	18,0%	16,7%	17,3%	20,0	24,4%

Fonte: *International Economic Report of the President*. Washington, 1974, 1975. Citado em GRESI. *La Division...*, op. cit., v. I, p. 41.

A este título, é significativo que o coeficiente de exportação assuma nova importância na fase mais recente (veja quadro acima).

A parte exportada da produção mundial passa de 8,5% para 15,8% entre 1955 e 1974, e os autores do relatório concluem no sentido de uma maior "abertura das economias". Ora, o aumento da parte das exportações reflete apenas um aspecto da abertura das economias, visto que a produção no estrangeiro toma um papel cada vez mais importante, em particular no caso da produção norte-americana:

Exportação direta e produção no estrangeiro de filiais das multinacionais (em bilhões de dólares)

<i>Países</i>	1950	1960	1967	1971
---------------	------	------	------	------

Exportação direta:				
Estados Unidos	10,1	20,4	31,2	43,5
Grã-Bretanha	6	10	13,9	22,4
França	3	6,9	11,4	20,4
Alemanha Federal	2	11,4	21,7	39
Japão	0,8	4	10,4	24
Produção internacional				
Estados Unidos	23,6	64	119	172
Grã-Bretanha	14	24	36	48
França			12	19,7
Alemanha Federal	0	1,6	6	14,5
Japão	0	0,6	2,8	9

Fonte: GRESI. *La Division...*, op. cit., vol. 1, p. 60.

*Evolução das exportações totais e das exportações de artigos manufaturados
dos países em vias de desenvolvimento
(em milhões de dólares)*

	Exportações totais	Exportações de artigos manufaturados		
	valor	valor	taxa anual de variação	%das exportações totais
1955	23730	1840		7,8
1960	27390	2540		9,3
1961	27 750	2685	6	9,7
1962	29060	2860	7	9,8
1963	31500	3430	20	10,9
1964	34610	3985	16	11,5
1965	36490	4485	13	12,3
1966	39740	5700	16	13,4
1967	40000	5720	10	14,3
1968	44150	6830	20	15,4

Fonte: GATT. *Le Commerce international em 1968*. p. 252.

Deste modo, em 1971, a produção das filiais norte-americanas situadas no estrangeiro atinge 172 bilhões de dólares, enquanto a exportação direta atinge 43,5 bilhões de dólares.

A abertura das economias do centro encontra assim uma nova força, sob outra forma o processo é particularmente claro no caso do setor industrial da periferia. Gérard Marcy refere os dados¹³³ do quadro acima.

Constatamos que as exportações de artigos manufaturados progridem a uma taxa que

¹³³ Gérard Marcy. *Économie internationale*. Paris, PUF, 1973. p. 497

se situa à volta dos 15% ao ano e atingem, em 1968, 15,4% das exportações totais dos países em vias de desenvolvimento.

Por outro lado, as empresas multinacionais tendem a tomar uma parte preponderante nas exportações da periferia: em 1966, as exportações das filiais de multinacionais representavam 36% das exportações totais das economias subdesenvolvidas; em 1970, esta percentagem atingia 43%.¹³⁴

Exportações dos países em via de desenvolvimento e participação das filiais das firmas multinacionais (em bilhões de dólares)

	1966		1970	
	<i>montante</i>	<i>%</i>	<i>montante</i>	<i>%</i>
Exportações PVD das quais:	37,3	100	52,3	100
Exportações das filiais das multinacionais	13,5	36	22,5	43

Vimos anteriormente a função da recuperação da taxa de acumulação no centro que poderia representar esta internacionalização do processo de produção, deslocado para zonas de mão-de-obra barata.

Ora, a rapidez da passagem da produção no estrangeiro à exportação industrial coloca um problema importante. Com efeito, nesta fase inicial da expansão do aparelho produtivo do centro para a periferia, seria, *a priori*, mais compreensível que estas empresas realizassem *in loco* sua produção, aproveitando o mercado local.

Devemos voltar aqui à característica essencial da acumulação do capitalismo dependente, que é o fato de a indústria se desenvolver na base da reprodução da orientação extrovertida da agricultura e, portanto, da reprodução das relações de produção existentes, e não do seu questionamento.

Vimos anteriormente que a função do setor primário é mantida no quadro da nova DIT. Esta não é substituída, e sim acompanhada do processo de industrialização que constitui uma fonte suplementar de recuperação da taxa de acumulação. Não partimos, portanto, da reconversão ou revolução agrícola que desemboca num processo de industrialização que desemboca num processo de industrialização, mas uma reprodução da extroversão da produção agrícola que financia, pelas suas exportações, a formação de um polo industrial interno.

Neste sentido, não é a maior ou menor modernização da economia periférica que é determinante, mas sua inserção no sistema capitalista mundial através do modelo não-

¹³⁴ GRESI. *op. cit.*, vol. 1, p. 62.

redistributivo de acumulação.

Deste modo, ainda que seja de todo o interesse das empresas do centro produzirem na periferia com custo de mão-de-obra reduzido, as próprias bases de arranque desta industrialização colocam limites à sua extensão para os mercados locais.

Compreende-se, portanto, a procura por parte da indústria instalada nos países da periferia — e vimos que no Brasil esta opção vingou a partir de 1945 — da realização do produto industrial no exterior ou junto a mercados privilegiados da elite local.

Existem, sem dúvida, várias soluções: a substituição de importações, por exemplo, permite basear, durante a fase inicial, a produção no mercado interno. Mas, à medida que a industrialização avança e lança uma produção de massa — trata-se de indústrias modernas e não de oficinas do séc. XIX — a procura de mercados externos acentua-se, e os polos industriais do Terceiro-Mundo procurarão a formação de mercados de luxo restritos, característicos do capitalismo não-distributivo, ou tentarão ainda uma abertura dos mercados socialistas.

O essencial desta contradição nasce da diferenciação dos salários entre centro e periferia. Com efeito, o nível da renda no centro permitiu atingir o consumo de massa dos produtos que constituem o motor da indústria — a indústria de bens de consumo durável — a partir da própria redistribuição da renda.

Na periferia, a extensão deste perfil de produção não encontra, do ponto de vista da realização, mais do que uma coincidência marginal com o perfil de consumo local, centrado nos bens de primeira necessidade. Logo, a extensão de um perfil de produção que, no centro, corresponde às exigências do consumo de massa, na periferia só pode reforçar seu mercado correspondente através da concentração da renda, permitindo a uma minoria mais rica o consumo dos bens de consumo de massa no centro.

Estamos, portanto, perante uma produção de massa à qual corresponde, no centro, um consumo de massa e na periferia um consumo de elite, que exigindo uma concentração crescente da renda para assegurar o escoamento da produção, reduzindo de certa forma o número de consumidores para aumentar o consumo.

O sistema é, portanto, reproduzido; o modelo de realização — elitista — corresponde ao modelo de acumulação — não redistributivo — sobre o qual assenta a recuperação da taxa de lucro no centro.

Teria sido, naturalmente, difícil conciliar os dois e, no conjunto, constatamos um desequilíbrio fundamental criado pela separação espacial entre realização e acumulação,

nesta espécie de especialização industrial¹³⁵ em que o esforço de acumulação se faz sentir sobretudo na periferia (recuperação da taxa de lucro) e em que os benefícios da realização (consumo de massa de bens de consumo individual) se encontram sobretudo no centro e, evidentemente, no seio das elites ricas das economias periféricas.

6.5. Dinâmica principal e dinâmica secundária: limites do modelo

Trata-se aqui do modelo fundamental, mas não de um modelo perfeito.

Em particular, temos de nos distanciar nitidamente da ideia de contradições perfeitas, que não conteriam dinâmicas secundárias que modificam gradualmente os dados da questão.

O modelo fundamental é, sem dúvida, como já observamos, de um empobrecimento relativo na periferia e de um enriquecimento relativo no centro, conduzindo a uma polarização ao nível mundial que constitui o reflexo de relações de produção ao nível da acumulação mundial do capital.

Pode-se falar, de certa forma, de uma analogia com a análise da polarização ao nível basicamente nacional, que Marx realiza ao estudar a proletarianização do trabalhador inglês. Vejamos esta analogia.

No geral, Marx parte da análise do processo de acumulação do capital nos diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e da análise das relações de produção implicadas, para chegar à análise do processo de reestruturação de classes.

O processo analisado por Marx mostra, com a passagem ao capitalismo industrial, a formação de um mundo bipolar, capitalistas-proletários: os camponeses são proletarianizados à medida que a indústria necessita de mais braços para a produção; a pequena burguesia, que detém os bens de produção numa escala económica não-viável, é sugada no processo de concentração do capital, e vê-se igualmente, em grande parte, proletarianizada; enfim, o próprio desenvolvimento das forças produtivas reduz gradualmente o número de capitalistas pelo processo de centralização-concentração de capital.

De acordo com esta concepção, assiste-se à formação de um universo bipolar que

¹³⁵ É esta especialização em termos de modelo de acumulação-realização que constitui o centro da NDIT e não uma especialização técnica. Aderimos, neste ponto, às novas teses de De Bernis

compreende a massa dos proletarizados, por um lado, e a minoria capitalista, cada vez mais restrita e mais rica, por outro. Levada ao extremo, a polarização acabaria numa perda de controle, pela "aprendiz-feiticeiro", do próprio processo de acumulação do capital, que seria assumido pelos trabalhadores.

A conclusão do Livro I de *O Capital* é, deste ponto de vista, clara:

"À medida que diminui o número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, aumentam a miséria, a opressão, a escravatura, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe operária, alargando-se sem cessar e cada vez mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital torna-se num entrave para o modo de produção que, com ele e sob seus auspícios, cresceu e prosperou. A socialização do trabalho e a centralização das suas capacidades materiais atingem um ponto em que já não cabem no seu invólucro capitalista. Este invólucro rebenta e estilhaça-se. Soou a hora da propriedade capitalista. Os expropriadores são, por sua vez, expropriados. (...) Trata-se da expropriação de alguns usurpadores pela massa".¹³⁶

Deste modo, a ampliação da escala da produção gera uma contradição entre o nível das forças produtivas e as relações de produção. O aprendiz-feiticeiro capitalista é ultrapassado pelos acontecimentos.

No entanto, na medida em que esta contradição se manifesta ao nível do capitalista individual, este busca novas soluções para o controle da produção no seu estabelecimento. O aumento da produção exige tecnologia mais aperfeiçoada e uma busca de aperfeiçoamento em todos os níveis para reduzir os custos. Daí um reforço da divisão do trabalho e a formação de uma classe de "trabalhadores não-diretos".

Deste modo, o mesmo processo histórico de concentração do capital e de elevação da escala de produção que elimina os pequenos proprietários de bens de produção (pequena-burguesia clássica), provoca o nascimento de uma outra pequena-burguesia, os "trabalhadores não-diretos", os colarinhos brancos, os contramestres, os trabalhadores afetos a tarefas de concepção, etc., encarregados de organizar esta produção, que aumenta e se complica.

Desta forma, um efeito direto da dinâmica fundamental — polarização capitalistas-

¹³⁶ K«. Marx. *Le Capital*. Livro I, conclusion. Paris, Pléiade. v. I, p. 1240.

proletários e, por conseguinte, eliminação das camadas intermédias — "contém" outro efeito, a criação de uma classe de trabalhadores que organizam o trabalho e se situam a um nível intermédio entre os proprietários de bens de produção e o proletariado.

O movimento fundamental de polarização desdobra-se assim, gradualmente, numa nova dinâmica, determinada pelas relações técnicas de produção.

Por outro lado observamos que, do ponto de vista da realização do produto, a necessidade de reforçar a "base" da procura de bens de consumo individual fará destas camadas intermediárias o primeiro objeto da redistribuição dos rendimentos, constituindo o embrião de aristocracia operária do qual já falava Lênin.

Na medida em que a polarização fundamental não conduziu à revolução, à "expropriação dos usurpadores", nos fins do séc. XIX e princípios do séc. XX nas economias do centro, a segunda dinâmica reforçou-se, e ninguém pode pretender, hoje em dia, que a dinâmica das economias do centro continua a ser a mesma e que o proletariado do centro "não tem nada a perder a não ser as correntes".¹³⁷

Mas, se a "redistribuição" no centro foi em grande parte possibilitada pela recuperação da taxa de lucro na periferia e, portanto, pela reprodução da miséria das massas trabalhadoras, que têm de suportar atualmente um esforço de acumulação que não corresponde ao seu nível de desenvolvimento económico, dando origem à forma particular sob a qual se apresenta atualmente a realização da produção capitalista, não é menos verdade que a própria forma de modernização económica e de industrialização em curso "contém" implicações, ao nível das relações técnicas de produção, que constituem uma "corrente secundária" que tende para a redistribuição dos rendimentos na própria periferia.

O destino dos trabalhadores assalariados das "fábricas" de açúcar do Nordeste e o dos trabalhadores das multinacionais de São Paulo não são comparáveis. Com efeito, a partir do momento em que a industrialização não nasce de uma maturação interna da economia no seu conjunto, no sentido dum processo autodinâmico tal como o descreve Furtado, mas constitui uma "industrialização dependente", escalão superior na evolução

¹³⁷ Não se trata aqui de negar o potencial revolucionário do proletariado do centro. Parece-nos antes que isto implica a modificação do móbil "económico" na luta de classes, assim como o ter em conta os interesses da nova classe média. Recordemos que, nos EUA, o proletariado em regressão representa 31 % da população ativa, os agricultores 4% e o setor dos serviços 65%, com tendência para aumentar. Fazer de conta que nada mudou não ajuda em nada o movimento revolucionário.

das bases técnicas da dependência, é compreensível que implique a transferência para as economias subdesenvolvidas de unidades de produção com alta composição de não-diretos, e com exigência de formação de mão-de-obra muito elevada para o país — ou seja, a extensão, a uma parte do Terceiro Mundo (camadas médias e partes do proletariado industrial), de níveis de consumo próximos do nível conhecido pelo grosso da população no centro.

Se o sistema não cai sob o impulso revolucionário, é portanto muito provável que — no decurso de meio século — ele assimile para cima uma parte crescente da população, que participará com atraso no perfil de consumo atual do centro.

Mas para além desta hipótese teórica, é essencial compreender que os "prazos" encurtam, e que o problema não está na possibilidade teórica da extensão do modelo de consumo do centro, que penetra gradualmente na periferia, mas no fato de esta "captação" de novas camadas para o capitalismo mundial se fazer com uma lentidão que constitui dado novo, enquanto a pressão revolucionária se faz sentir em todas as Regiões do Terceiro Mundo.

No centro desta "lentidão", encontra-se um fenômeno fundamental: o defasamento entre o perfil de produção do centro e o perfil de consumo da periferia.

Com efeito, à medida que a diferença de renda entre o centro e periferia aumenta, torna-se cada vez menos possível que uma redistribuição da renda na periferia torne possível um acréscimo da procura de bens industriais, que constituem uma extensão do perfil de produção no centro. O camponês hindu, que tem de alimentar 40 famílias com o que ganha um norte-americano, não sabe o que fazer com os produtos de consumo de massa norte-americanos: a única forma de manter um mercado para estes produtos na periferia é manter a riqueza acumulada no topo da pirâmide, e esperar que a extensão da industrialização para a exportação e para a elite permitirá gradualmente, por efeitos indiretos, alargar a "base" interna de produção.¹³⁸

A industrialização na periferia e, por consequência, a recuperação da taxa de acumulação no centro através da internacionalização do capital produtivo encontra, portanto, limites que são postos pelas próprias premissas do seu desenvolvimento.

¹³⁸ Encontramos aqui uma limitação essencial aos efeitos de arrastamento, *ao trickling down*, imaginados por A. Hirschmann.

Mas enquanto o "centro", no qual a redistribuição da renda é intensa, puder absorver esta produção e enquanto as massas da periferia aceitarem produzir, com salários miseráveis em comparação com o centro, produtos que não lhes dizem respeito, o sistema pode funcionar.

No entanto, será profundamente reposto em causa se o motor do desenvolvimento do pós-guerra, o setor dos bens de consumo durável, tiver de enfrentar a redução da procura destes bens pela saturação relativa no centro, na altura em que sua expansão na periferia é travada pela própria miséria que o centro contribuiu para criar.

6.6. Sistema centro-periferia e hierarquização da acumulação mundial de capital

Como qualificar esta nova fase da acumulação à escala mundial, caracterizada pela internacionalização do capital produtivo?

Parece-nos que falar de nova divisão do trabalho coloca problemas. No caso das matérias-primas, trata-se da manutenção e reprodução, a um nível técnico mais elevado, da divisão do trabalho tradicional. No que se refere à industrialização, não nos parece que se possa ainda falar, nesta fase, de divisão internacional do trabalho, como o fazem vários autores: os dados gerais e relativamente pouco elaborados existentes não parecem concludentes quanto a uma nova divisão internacional do trabalho em termos de produção industrial.¹³⁹

As diferentes sugestões que foram feitas, segundo as quais a periferia se especializaria na indústria poluente, ou em indústria de tecnologia pouco avançada, ou nas etapas de produção

¹³⁹ De entre as múltiplas tentativas de marcar tendências, apontamos a de Faire e Sebord: "Podemos, de fato, interrogar-nos se os produtos industrial! de bale não terão, na economia mundial de amanhã, o papel que as matérias-primas têm na economia hoje em dia. O arbitrário dos preços das matérias-primas tomar-se-ia no arbitrário dos preços dos produtos industriais de base e os mecanismos do imperialismo manter-se-iam intactos." A. Faire e J. Sebord. *Le Nouvaau déséquilibre...*, op. cit., p. 62.

Distribuição das despesas em investigação e desenvolvimento no mundo capitalista, 1973

<i>Países</i>	<i>Milhões de dólares</i>	<i>Porcentagem das despesas totais</i>
América do Norte	33.716	50%
Outros países		
capitalistas desenvolvidos	30.423	46%
Países em vias		
de desenvolvimento	2.770	4%

Fonte: ONU. "Étude mondiale sur la recherche et le développement", citado Por: ONUDI — *L'industrie à l'horizon 2000*, Vienne, 1979, p. 200.

mais intensivas em mão-de-obra, não nos parecem ainda suficientemente claras, e os modelos de industrialização nas diferentes regiões da periferia, demasiado variados para esboçarem já uma tendência dominante.¹⁴⁰

Em contrapartida, a repartição entre trabalho de produção e de concepção não pode ser mais nítida (quadro acima).

Constatamos que o mundo capitalista concentra, no centro, 96% das despesas em "Investigação e Desenvolvimento", contra 4% na periferia, onde se situam, no entanto, quatro quintos da sua população.

Ora, qualquer que seja o peso da produção industrial no centro, não se pode esquecer a importância extrema que assume a tecnologia para a hierarquização do aparelho de produção mundial.

Neste sentido, e apesar da argumentação de De Bernis, parece-nos que se pode falar de uma nova divisão internacional do trabalho que se esboça.

Estariamos aqui, no quadro do que chamamos de deslocamento das bases técnicas da dependência, perante um novo escalão que amarra solidamente os países da periferia aos países do centro, permitindo à periferia passar à fase da produção de máquinas e à indústria pesada sem pôr em causa a hegemonia do centro.¹⁴¹

É evidente que, neste quadro e a longo prazo, as economias do centro não têm

¹⁴⁰ "A semelhança das estruturas industriais por ramos que aparece nestes países (desenvolvidos) contrasta nitidamente com a diversidade das estruturas nos países em desenvolvimento. Não foi encontrado nenhum ponto comum entre os ramos industriais dos países em desenvolvimento. Pode-se pois concluir que, vistos sob este ângulo, os setores manufatureiros dos países em desenvolvimento são muito heterogêneos." ONUDI. *L'Industrie dans le monde depuis 1960*. Nova York, 1979. p. 79.

¹⁴¹ A incapacidade de passar das relações de troca, no comércio internacional, às relações de produção que as sustentam conduzem, naturalmente, a uma conclusão absurda: a redução do peso relativo dos fluxos centro-periferia significaria um enfraquecimento da integração desta no sistema capitalista mundial,

nenhuma razão para se encontrarem "ameaçadas" pela industrialização da periferia; a própria industrialização e, em particular, a industrialização pesada constituem um mercado para a tecnologia do centro, ao mesmo tempo em que a dependência tecnológica cria as condições políticas que tornam utópica qualquer veleidade de desenvolvimento fora da DIT.

Por conseguinte, não há nenhuma razão para que a polarização do mundo capitalista entre centro e periferia signifiquem desenvolvimento para um e não desenvolvimento para o outro. De uma forma mais simples, a cada modelo de acumulação corresponde um modelo de produção diferente, relações de produção diferentes.¹⁴²

No entanto, o essencial é compreender que não se trata de duas vias diferentes, mas de duas vias complementares, que se entredeterminam uma à outra, as especializações estudadas segundo diferentes concepções da nova divisão internacional do trabalho não constituindo mais do que o suporte técnico destas duas vias.

Realçamos aqui um elemento que está no coração da diferenciação destas duas vias, as relações de exploração. Constatamos, a partir daí, um modelo de acumulação distributivo (centro) e um modelo não-distributivo (periferia).

A redistribuição permite passar à produção de massa dos bens de consumo durável que constituíram o motor do desenvolvimento industrial do pós-guerra, no centro.

Paralelamente, a industrialização na periferia abre mercados à tecnologia do centro, que ganha importância na divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que permite a recuperação da taxa de lucro no centro, dado o defasamento de salários entre o centro e a periferia.

Por outro lado, esta recuperação da taxa de lucro no centro é reforçada pela reprodução, na periferia, da fase "clássica" da divisão internacional do trabalho, com a especialização dos países subdesenvolvidos em produtos primários. A reprodução desta "especialização" da periferia permite, tanto a recuperação direta de lucros através do custo reduzido — à custa dos salários da periferia e da depredação dos recursos naturais — das matérias-primas, como a recuperação indireta, como no caso do Brasil, quando se trata da

¹⁴² A insuficiência da análise da diferenciação dos dois modelos é, hoje em dia, um entrave à compreensão da expansão capitalista do Brasil. A força de identificar subdesenvolvimento com não-desenvolvimento, e de reduzir o imperialismo aos seus mecanismos clássicos, vimo-nos sem instrumentos teóricos para explicar o progresso industrial do país.

transferência de renda do setor agroexportador para o polo de industrialização multinacional do próprio país.

Neste sentido, a concentração da renda é compreensível, no modelo de desenvolvimento da periferia. A contrapartida desta concentração é permitir às camadas superiores da população a participação no mercado que o centro quer desenvolver, o mercado de bens de consumo durável e o mercado de tecnologia avançada.

Enfim, dada a extensão social relativamente limitada do mercado deste tipo na periferia - limitação que resulta das fases anteriores da divisão internacional do trabalho — a exportação crescente destes bens torna-se uma necessidade, reforçando a imbricação da periferia na divisão internacional do trabalho, visto que a periferia deverá produzir em função do modelo de consumo do centro e no quadro das exigências tecnológicas do centro.

Trata-se simplesmente do processo de acumulação à escala mundial, já não ao nível da eventual exploração ou "injustiça" na troca entre países imperialistas e economias subdesenvolvidas, mas no quadro de uma polarização em que o esforço de acumulação foi, em grande parte, atirado para cima da periferia, gerando uma série de determinações estruturais e de relações de produção que reproduzem o sistema e explicam suas contradições.

Conclusão

Apoiado neste mecanismo, o capitalismo desenvolveu-se, durante os trinta anos que seguiram a Segunda Guerra Mundial, com raro vigor.

A situação catastrófica que ia sendo criada no Terceiro Mundo, na realidade não preocupou ninguém, ou melhor, preocupou cientistas e desesperou as próprias populações esmagadas pelo processo.

Hoje as Nações Unidas reúnem uma Assembleia Geral sobre estratégia do desenvolvimento, inicia-se a terceira década do desenvolvimento em meio ao ceticismo generalizado, em Havana a Associação dos Economistas do Terceiro Mundo reúne 650 cientistas para estudar a situação Norte-Sul, o Banco mundial lança um verdadeiro grito de alarma, e o patronato social-democrata europeu, através do relatório Brandt, clama por uma revisão radical das relações, e em particular por uma redistribuição maciça de rendimentos, do Norte para o Sul, para salvar o próprio Norte.

Na realidade, ninguém se preocupou excessivamente enquanto os efeitos catastróficos eram para o Terceiro Mundo apenas. Hoje, a inquietação resulta do fato de a crise geral do crescimento do Terceiro Mundo capitalista refluir de forma violenta sobre o desenvolvimento dos países capitalistas industrializados, destes membros da OCDE que durante trinta anos gozaram de uma prosperidade crescente e fecharam os olhos ao abismo que se abria com o atraso crescente de quatro quintos da população vivendo sob regime capitalista.

A raiz da crise, não há dúvida, está aí. Durante alguns decênios, a criação de ilhas de desenvolvimento elitista no Terceiro Mundo, que hoje constituem os São Paulo, Lagos, Seul, México, Hong-Kong e outros centros modernizados cercados de miséria, constituiu um complemento essencial da expansão capitalista no próprio centro.

Hoje, a própria reprodução da miséria das massas trabalhadoras do Terceiro Mundo

levou a um bloqueio deste processo. O *trickling down*, ou gradual enraizamento da modernização para abranger o conjunto das massas populares, não veio. E, ao invés de um sistema equilibrado de acumulação, vemos no Terceiro Mundo novos canais de exploração a favor das elites locais e do grupo de países industrializados.

E a polarização consequente a nível de rendimentos criou o principal impasse: as massas trabalhadoras do Terceiro Mundo vivem, na sua esmagadora maioria, de uma renda anual da ordem de 300 dólares por pessoa. Como estender para elas uma produção concebida para famílias de renda 30 ou 40 vezes superior? Como absorver uma população de nível de formação mantido no semi-analfabetismo, num mundo de tecnologia moderna e de absorção de mão-de-obra limitada? Como financiar a extensão desta tecnologia e sua generalização com produtos primários pagos a preços ridículos no mercado internacional?

Em consequência, as ilhas permaneceram ilhas. E na falta de um processo introvertido e auto dinâmico de acumulação, na falta de uma mobilização real do conjunto da população trabalhadora para uma modernização equilibrada dos processos produtivos, ficam estes pedaços de Norte implantados no Sul, totalmente dependentes do próprio Norte.

Esta dependência manifesta-se em vínculos concretos de transferência de tecnologia, assistência técnica, peças sobressalentes, produtos semielaborados, infraestruturas de serviços internacionais de apoio nas áreas de comunicações, transportes, seguros, comercialização e financiamento.

Nestas transferências, o Sul paga salários do Norte, ou seja, cobre uma renda dezenas de vezes superiores à dos seus próprios trabalhadores. Vimos um pequeno exemplo mais acima que, para pagar um ano de assistência técnica de um especialista médio do Norte, cerca de 150 agricultores devem trabalhar um ano inteiro no Sul para conseguir divisas correspondentes. A realidade é que as ilhotas de modernização constituem, hoje,, um luxo inacessível ou insustentável para praticamente cada um dos países subdesenvolvidos, salvo os que têm, como o Gabão ou o Zaire, a possibilidade de mantê-las durante alguns anos mas dilapidando os recursos naturais do país.

Mas o mais curioso é que hoje esta modernização extrovertida está igualmente custando caro demais aos próprios países do Norte, que ao se lançarem no processo esperavam uma gradual cobertura dos custos em divisas pelos países pobres. Hoje, na medida em que as bases internas do processo de modernização não evoluem, o recurso ao

financiamento externo dos custos de funcionamento em divisas se generalizou, e a dívida externa atinge, para o Terceiro Mundo, a loma astronômica de 400 bilhões de dólares, enquanto perto de 60% dos empréstimos contraídos em 1980 servem para o pagamento de amortizações e juros de dívidas contraídas anteriormente.

Um dos êxitos mais completos desta migração tecnológica, a Indústria multinacional brasileira, que cobre inclusive suas necessidades em bens de capital, vê-se paralisado com uma dívida da ordem de 60 bilhões de dólares, e um serviço da dívida estimado em cerca de 17 bilhões para o ano de 1981.

Assim, quanto mais o país se apoia no Ocidente, mais se deve apoiar no Ocidente, para financiar os déficits crescentes de uma máquina tecnológica que ultrapassa o nível de amadurecimento Interno da economia. Hoje, gigantes como o Chase Manhattan ou o City Bank estão em pleno recuo, buscando novos caminhos: cortar os financiamentos significaria condenar os centros modernos do Terceiro Mundo, continuar a sustentá-los de fora está se tornando impossível. Assim, relativamente aos centros ultramodernos e artificiais constituídos no Terceiro Mundo e às caríssimas elites que destes centros vivem, a finança internacional e o camponês do Terceiro Mundo chegam à mesma conclusão: o camponês do Senegal, por exemplo, não consegue mais financiar com amendoim de uma terra esgotada pela monocultura a voracidade de Dacar, nem os grandes centros financeiros internacionais têm possibilidades ilimitadas de complementar com financiamentos externos as necessidades em divisas que implantaram.

O resultado é que, nos últimos cinco anos, as condições de empréstimos ao Terceiro Mundo endureceram sensivelmente, com uma clara elevação das taxas de juros dos empréstimos destinados ao desenvolvimento. Assim, tudo leva a crer que este modelo se tornou hoje caro demais para seus próprios promotores.

Na realidade, o capitalismo já não cabe na sua camisa. A paz relativa do Terceiro Mundo só se pode manter à força de um número crescente de ditaduras sangrentas, e mesmo a estas é cada vez mais difícil conter as populações. A democracia ocidental é também a ditadura para o Terceiro Mundo. Mas, sobretudo, o mundo já não pode pagar o luxo de um desenvolvimento elitista onde as maiorias no Ocidente e as minorias no Terceiro Mundo vivem da asfixia econômica de três quartos da população, o vasto conjunto dos países subdesenvolvidos.

Será que o capitalismo necessita de um Keynes, de um Roosevelt, para explicar que o problema não reside nas técnicas econômicas, no padrão ouro ou nos D. E.S., mas no gigantesco fato político do desequilíbrio crescente do desenvolvimento capitalista?

Para quem trabalha em planejamento do desenvolvimento, e que assiste ao desmoronar dos projetos do Terceiro Mundo, como se fossem bonecos de neve ao sol, não resta senão fingir que ignora e ganhar tranquilamente seu salário — salário menos absurdo que a tarefa que desempenha — ou então gritar o mais alto possível para que o problema seja corretamente colocado: ao nível da reestruturação global do sistema capitalista, em termos econômicos e políticos. Não é viável? A realidade assim o forçará.

E a estratégia de desenvolvimento?

Na realidade, tanto o caminho que bloqueia o desenvolvimento como o que a ele conduz são sobejamente conhecidos.

O primeiro consiste numa exploração desenfreada do campesinato do Terceiro Mundo, deste novo e gigantesco proletariado. Sua produção está ligada à acumulação dos países capitalistas desenvolvidos, quer diretamente pela exportação quer indiretamente pela transferência do excedente rural para as minorias urbanas. Nos dois casos há uma característica fundamental comum: o excedente não fica no mundo rural, é partilhado pela elite comercial ou industrial urbana e pelos países desenvolvidos.

Assim, o campesinato não consegue romper o círculo vicioso do atraso técnico, pela impossibilidade de uma acumulação rural que permita lançar as bases de uma verdadeira revolução agrária. Simultaneamente, sua pobreza impede-o de se tornar um mercado solvente para o setor moderno. Assim, os empresários bem podem ser nacionalistas e querer investir no mercado popular interno, que este não tem expressão capaz. A indústria vê-se, por seu lado, obrigada a produzir para a elite rica e para o estrangeiro, para completar o financiamento em divisas de equipamento importando e para escoar o excedente de produção. Assim, a agricultura e a indústria viram-se para o exterior, e criam-se nestes países monstros urbanos modernos e luxuosos, lado a lado com uma miséria explosiva. E como escolher outras tecnologias quando os produtos industriais devem entrar em concorrência, no mercado interno e externo, com as empresas multinacionais? Experimente-se vender automóveis "apropriados" à burguesia de Kinshasa!

Então, que alternativa? É bem conhecida, simples e clara, desculpem a audácia. Dado

que a base da massa trabalhadora é rural, é necessário orientar o desenvolvimento no sentido de seu reforço, de modo que as "ilhas" modernas não fiquem suspensas no ar e alimentadas pelo cordão umbilical do mundo desenvolvido. Isto significa atacar dois tipos de problemas-chave: os da produtividade e os do autoconsumo. O primeiro exige que a prioridade industrial seja conferida à produção virada ao setor agrícola e, em especial, aos bens de produção simples e generalizáveis. É o caso de adubos, pás, carros de mão, semeadoras, debulhadoras, enxadas, equipamentos de tração animal, materiais que nesta era de "revolução tecnológica" raramente são acessíveis aos camponeses do Terceiro Mundo. O segundo exige que as políticas de importação e de industrialização sejam decididamente orientadas para a satisfação das necessidades do mundo rural, em bens de consumo de primeira necessidade. E não é assim tão complicado estimular os trabalhadores rurais a aumentar sua produção e a trocá-la em maior escala por produtos industriais, contribuindo assim para o alargamento do mercado interno. E a partir do momento em que o camponês disponha de uma certa estabilidade no seu processo de acumulação rural e de um excedente suficientemente confortável, passível de tributação sem que o ritmo de investimento e de modernização ou o poder de compra dos produtos industriais sejam demasiado atingidos, então poder-se-á gradualmente aumentar sua participação no financiamento do desenvolvimento do setor moderno e de novas iniciativas, como a construção de belas capitais.

Em vez de ser a imensa maioria de uma população miserável a financiar um setor moderno cujas despesas em divisas e cuja ligação aos países industrializados é sempre mais que proporcional às divisas criadas, o setor moderno deverá ser orientado para a dinamização da vasta base rural do seu desenvolvimento. Assim, a indústria e a agricultura desenvolver-se-ão uma em função da outra, com os serviços assegurando predominantemente esta articulação interna, e não a articulação com o exterior.

Não é apenas o custo de transferência de tecnologia que deve ser radicalmente modificado, mas também o tipo de tecnologia e as linhas de produção. É necessário produzir para o Terceiro Mundo ou dar-lhe a possibilidade de produzir para si.

Voltemos ao problema. Mais de 150 países se debruçam na ONU sobre a estratégia de desenvolvimento para os próximos dez anos: não chegarão a uma bateria de soluções técnicas. Sabem já o que é preciso — ou será necessário — fazer. Pois que a questão não é

como organizar o desenvolvimento, que estratégia de desenvolvimento adotar, mas saber quem dela se deve beneficiar. Não há transformação possível sem ruptura da estrutura de privilégios estabelecidos.

Para os países ricos existe, evidentemente, a solução de 1939, que permitiu na época o reforço, a curto prazo, do procura. Ela desagrada entretanto às multicionais, pois reduz, por assim dizer, o número de consumidores. Em contrapartida, a solução após 1945, a redistribuição da renda, desta vez a nível mundial, será de qualquer modo inevitável. Mas, provavelmente, só se produzirá no momento em que a situação se tenha tornado insustentável.